

Juliana Prestes Ribeiro de Faria

INFLUÊNCIA AFRICANA NA ARQUITETURA DE TERRA DE MINAS GERAIS

Dissertação apresentada ao programa de Pós-graduação em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável, da Universidade Federal de Minas Gerais, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Arquitetura e Urbanismo.

Área de concentração: Bens Culturais, Tecnologia e Território

Linha de pesquisa: Tecnologia do Ambiente Construído

Orientador: Prof.^o Dr. Marco Antônio Penido Rezende

Belo Horizonte

2011



**Universidade Federal de Minas Gerais
Escola de Arquitetura e Urbanismo
Programa de Pós-Graduação em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável**

Dissertação intitulada "*Influência Africana na Arquitetura de Terra de Minas Gerais*", de autoria da mestranda Juliana Prestes Ribeiro de Faria, aprovada pela banca examinadora constituída pelos seguintes professores:

Prof. Dr. Marco Antônio Penido Rezende – FAU/UFMG – Orientador

Prof. Dr. Günter Weimer – FAU/UFRGS

Profa. Dra. Vanicléia Silva Santos - FAFICH/UFMG

Belo Horizonte, 14 de junho de 2011

Agradecimentos

Primeiramente a Deus pelos momentos de iluminação.
A minha mãe pelo amor incondicional e respeito a todas as minhas escolhas.
Ao meu pai pelo incentivo e pelas palavras de otimismo.
A minha irmã pela generosidade e delicadeza de sempre me acompanhar.
A minha madrinha e meu padrinho pela eterna presença.
Aos amigos pelo apoio e estímulo.
Ao meu orientador pelo cuidado e atenção.
E a todos aqueles que contribuíram para a realização deste trabalho.

“Na sua forma mais autêntica, o impulso arquitetônico parece associado a um desejo de comunicação e comemoração, uma ânsia de nos declararmos ao mundo por meio de um registro não verbal, por intermédio da linguagem dos objetos, cores e tijolos: uma ambição de deixar que os outros saibam quem somos – e, nesse processo, lembrar de nos mesmo”.

Alain de Botton, 2006.

RESUMO

A arquitetura popular constitui-se em um importante elemento de expressão das interações ocorridas entre as diversas culturas formadoras de uma sociedade. O Brasil se caracteriza por uma ampla formação cultural que nos legou uma diversidade ainda maior de heranças construtivas, sendo uma destas as africanas. Propõe-se assim o reconhecimento das influências africanas ocorridas devido à interação entre as culturas construtivas em terra crua da mão de obra escrava, de origem afro-ocidental trazida para trabalhar, e daquelas técnicas usadas nas construções do século XVIII. A investigação nos leva até Minas Gerais, pois a descoberta de ouro e pedras preciosas promoveu o encontro entre distintas culturas, que inseridas dentro de uma dinâmica social sem precedentes, irão proporcionar ao escravo condições para a impressão de seus saberes e fazeres na construção de suas habitações. O grau de autonomia dado ao escravo na concepção de suas moradias nas fazendas, nos arredores das vilas e nos assentamentos das empresas mineradoras será distinto daquele conferido a estes na formação de quilombos. Esta diferenciação se reproduziu nas formas, usos e apropriações dos espaços, entretanto sempre estiveram ligadas a matrizes arquitetônicas africanas. Desta maneira, foi possível atestar que as relações entre as configurações espaciais e as estruturas sociais na África Ocidental e em Minas Gerais são similares em vários aspectos, sendo estas partes constituintes de nossa arquitetura popular e da mesma forma de nossa paisagem cultural, à medida que consideramos que a ligação do homem com o seu espaço é, em grande escala, a paisagem cultural por ele criada.

Palavras-chave: Minas Gerais; Moradia Escrava; Arquitetura Popular; Técnicas Construtivas em Terra Crua.

ABSTRACT

The popular architecture is an important element of expression of the interactions observed between different cultures within a given society. The vast cultural diversity present in Brazil resulted in a great variety of architectonic (structural) legacies, including among these, the African inheritance. In this study, it is proposed the investigation of the African influence on the Brazilian architecture, which resulted from the interaction between the earth-construction techniques used by Western African slaves brought to work in Brazil and those used in constructions of the 18th century. The current investigation report us to the State of Minas Gerais, as the discovery of gold and precious stones facilitated the coexistence of different cultures which, immersed in a social dynamic without precedent, furnished the slaves with tools to stamp their houses with their distinct construction knowledge and practices. The autonomy given to these individuals during the conception of their houses in the farm, surrounding the village and in the houses' settlement of the mining industry was different from that given to the slaves in the *quilombos*. This differentiation was reflected in the forms, use and appropriation of the spaces, although these were, in origin, always related to the African architectonic style. Thus, it was possible to confirm that the interactions between the spacial configuration and social structure observed in Western Africa and in the State of Minas Gerais are similar in many aspects and, in addition, these can be regarded as part of the Minas Gerais State's cultural scenery.

Keywords: State of Minas Gerais; Slavery Habitation; Popular Architecture; Earth-Construction Techniques.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – África: os principais pontos de contato do comércio europeu do século XVII	18
Figura 2 – Esboço de mapa etnológico africano no Brasil	19
Figura 3 – Mapa das sub-regiões da África	22
Figura 4 – Mapa com a representação da Costa do Marfim, Costa do Ouro e Costa dos Escravos	24
Figura 5 - África: o delta do Niger e os Camarões do século XVI ao XVIII	24
Figura 6 – Baía de Ponatif	44
Figura 7 – Aldeia mundane	44
Figura 8 – Povoado de Rebola na ilha de Fernando Pó	44
Figura 9 – Vila Fula	45
Figura 10 – Vila Fula	45
Figura 11 – Tipos Mandingas na Guiné Francesa em 1906	45
Figura 12 – A Guiné Propriamente Dita, Bem Como a Maior Parte da Nigricia ou a Terra dos Negros, Aquela Chamada de Etiópia Inferior por Geógrafos Modernos, a Outra Etiópia Meridional	53
Figura 13 - Crioulo fugido: desde o dia 18 de outubro de 1854, de nome Fortunato: RS 50U000 de Alviçaras	61
Figura 14 – Mapa com a localização dos principais quilombos mineiros no século XVIII	63
Figura 15 – Quitandeira de frutas	67
Figura 16 – Planta do Quilombo do Ambrósio	71
Figura 17 – Planta do Quilombo da Samambaia	72
Figura 18 – Planta do Quilombo de um dos braços da perdição	73
Figura 19 – Planta do Quilombo chamado do Rio da Perdição	74
Figura 20 – Planta do Quilombo dos Santos Fortes	75
Figura 21 – Planta do Quilombo de São Gonçalo	76
Figura 22 – À esquerda, planta do Quilombo de um dos braços da perdição e planta do Quilombo chamado do Rio da Perdição, à direita	77
Figura 23 – À esquerda, planta do Quilombo dos Santos Fortes e planta do Quilombo da Samambaia, à direita	80
Figura 24 – Mensageiro real em bronze, Benin	83
Figura 25 – À esquerda, planta do Quilombo São Gonçalo e planta do Quilombo do Ambrósio, à direita	84
Figura 26 - Tecidos africanos	85
Figura 27 - Quilombo de Palmares apresentado por Barleus em 1647	87

Figura 28 – Planta das casas lorubas _____	89
Figura 29 – Vista de um Compound loruba _____	90
Figura 30 – Planta do Quilombo de São Gonçalo, com destaque para os blocos de três moradias dispostos ao redor de um pátio central _____	92
Figura 31 – Representação das tipologias arquitetônicas identificadas nas plantas dos quilombos mineiros _____	93
Figura 32 – Timbuktu avistada a distância e retratada por Heinrich Barth em setembro de 1853 _____	100
Figura 33 – Busca de pedras preciosas num rio _____	101
Figura 34 – Lavra de diamantes do senhor Vidigal no rio Jequitinhonha (tiragem de cascalho) _____	103
Figura 35 – Feitores castigando negros _____	107
Figura 36 – Esquema da variabilidade das plantas baixas das casas dos imigrantes negros _____	110
Figura 37 – Família pobre em sua casa _____	119
Figura 38 – Parede exterior do Grande Zimbabwe _____	128
Figura 39 – “Borrow Pits”. Áreas destinadas à obtenção de solo desértico para construção de casas. Kano, norte da Nigéria. _____	135
Figura 40 – Habitação de negros, gravura de Rugendas, 1835 _____	141
Figura 41 – Negra pobre dando a mão ao filho que leva uma cana na mão, aquarela de Guillobel, 1814 _____	142
Figura 42 – Interior de uma casa do baixo povo, aquarela de Guillobel, 1820 _____	143
Figura 43 – Moradia em pau-a-pique, Cape Coast, 1912 _____	146
Figura 44 – Cabana de pescadores, Bahia, obra anônima atribuída a Maria Callcott ____	147

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	10
2. OS POVOS AFRICANOS NA SOCIEDADE MINEIRA	17
3. O DISCURSO DOS VIAJANTES SOBRE A ARQUITETURA DE TERRA EM MINAS GERAIS NO SÉCULO XIX	28
3.1 OS VIAJANTES EM MINAS GERAIS NO SÉCULO XIX: IMPRESSÕES E PRÉ-CONCEITOS	29
4. INTER-RELAÇÕES ARQUITETÔNICAS ENTRE BRASIL E ÁFRICA	36
4.1 ARQUITETURA POPULAR: CONCEITOS	36
4.2 ARQUITETURA POPULAR AFRICANA	41
4.3 ASSENTAMENTOS DA ÁFRICA OCIDENTAL	49
4.4 ARQUITETURA POPULAR AFRICANA EM MINAS GERAIS	57
4.4.1 MORADIA ESCRAVA NOS QUILOMBOS MINEIROS	57
4.4.2. MORADIA ESCRAVA NAS FAZENDAS MINEIRAS, NAS PROXIMIDADES DAS VILAS E NOS ASSENTAMENTOS DAS EMPRESAS MINERADORAS	96
5. INTER-RELAÇÕES TECNOLÓGICAS ENTRE BRASIL E ÁFRICA	111
5.1 O UNIVERSO TÉCNICO EUROPEU	112
5.2 TÉCNICAS CONSTRUTIVAS EM TERRA EM MINAS GERAIS	114
5.2.1 TAIPA DE PILÃO	114
5.2.2 ADOBOS	116
5.2.3 PAU-A-PIQUE	118
5.3 TERMOS TÉCNICOS	120
5.3.1 ADOBE	122
5.3.2 TAIPA	123
5.3.3 SEBE	126
5.3.4 TABIQUE	129
5.4 TÉCNICAS CONSTRUTIVAS EM TERRA NA ÁFRICA OCIDENTAL E SUAS RELAÇÕES COM O BRASIL	131
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	149
REFERÊNCIAS	152

1. INTRODUÇÃO

A paisagem é composta pela combinação de elementos naturais e daqueles construídos por sua sociedade em processo de formação. Suas formas físicas e culturais denotam os significados atribuídos a este espaço, sendo estas a pura impressão de costumes, crenças, saberes e fazeres dos povos que as ocupam. O espaço representa assim uma paisagem socialmente produzida e repleta de valores culturais que relegam aos locais traços identitários. A paisagem como representação identitária e cultural apresenta-se como uma fonte importante e capaz de revelar modos de morar e construir, em essência, a arquitetura de um povo.

Essa pesquisa direciona o seu olhar para a paisagem colonial de Minas Gerais, que se formou a partir da descoberta do ouro e de pedras preciosas, que provocaram o crescimento populacional, o surgimento de vilas e cidades e uma considerável intensificação do comércio de escravos para esta região. No início do povoamento as vilas mineradoras surgiram como centro gravitacional dessa economia em função das inúmeras lavras auríferas presentes em seu território. A sua formação urbana e as características arquitetônicas das construções foram obra de um sincretismo cultural e social coligados a condições do meio ambiente físico, sendo estes os fatores que definiriam a originalidade da paisagem arquitetônica do século XVIII de Minas Gerais.

Nesse contexto produziu-se ali uma arquitetura delineada por um modo de vida, por uma sociedade em processo de constituição e miscigenação, com um repertório de conhecimentos, em um meio ambiente que forneceu determinados materiais e recursos em condições específicas a fim de satisfazer as necessidades advindas de seus usos e costumes. A casa, enquanto representação de uma tipologia arquitetônica, é uma expressão cultural. O negro como parte dessa sociedade, estava na condição de escravo, e por isso não pode trazer consigo, nos costados dos navios negreiros, mais do que valores culturais. A sua força de resistência eram, portanto, seus valores culturais. Se a casa vernácula é uma expressão cultural e se o escravo quando veio para o Brasil, tinha somente a sua cultura como arma para manter a sua africanidade. Não estariam impressas em nossa arquitetura e mais objetivamente em nossos saberes e fazeres as heranças da tradição construtiva destes escravos?

Podemos encontrar na nossa cultura legados africanos nas mais diferentes formas de manifestação. Os estudos que pretenderam verificar as contribuições africanas na cultura

brasileira basearam-se principalmente no reconhecimento das influências na religião, na linguagem, na culinária, na música, nos modos de produção agrícola e na mineração, entre outros, contudo a arquitetura foi raramente abordada. A presença de estudos relativos à contribuição africana em nossos saberes e fazeres construtivos é relativamente restrito, o que é intrigante, pois o negro entrou para história do Brasil como elemento braçal do nosso processo de colonização. A ele cabia o trabalho na lavoura, na mineração, no ofício doméstico e na construção. Na ausência ou escassez de mão-de-obra especializada, o escravo era utilizado na produção e apropriação do espaço habitacional, fosse este o espaço do outro, fosse este o seu próprio espaço de moradia.

O foco de análise desta pesquisa centra-se na concepção das moradias escravas no âmbito dos quilombos que se formaram em todo o período colonial de Minas Gerais e das habitações escravas erigidas pelos cativos nas fazendas mineiras, nas proximidades das vilas e nos assentamentos das empresas mineradoras. Distinguem-se estes dois tipos específicos de moradia pelo grau de autonomia escrava atribuído a estas, assim como pelo nível de controle senhorial ao qual os escravos estavam submetidos na construção desses espaços.

Os modelos arquitetônicos das moradias escravas assim como suas tipologias usos e apropriações do espaço são parte constituinte da arquitetura africana no Brasil, sendo que esta se insere como uma das inúmeras culturas que contribuíram para a formação da arquitetura popular brasileira. Dentro deste universo arquitetônico esta pesquisa pretende explorar as nuances da ampla variedade de heranças construtivas africanas experimentadas em sua constituição, explicitando uma dentre as inúmeras inter-relações arquitetônicas e tecnológicas que ocorreram. Esta seleção faz-se necessária, pois o resultado construtivo esteve intimamente ligado ao conhecimento e à habilidade do africano, características que se diferenciavam pela sua região de origem.

Apesar da imprecisão dos dados da demografia escrava sobre a origem étnica dos africanos vindos pelo trânsito, diversos estudos históricos indicam que os escravos que vieram como mão-de-obra para o Brasil são procedentes de três grandes regiões da África Ocidental, a África Centro-Ocidental e a África Oriental. Entretanto, os escravos procedentes da África Ocidental apresentaram certa predominância nos plantéis das regiões mineradoras na primeira metade do século XVIII, pois havia uma preferência dos senhores pela compra destes escravos. Assim, o recorte geográfico desta pesquisa define-se entre Minas Gerais e África Ocidental, particularmente na Costa dos Escravos.

Aliado a este fato tem-se que o tempo histórico do trabalho se insere no século XVIII e XIX, já que os descobrimentos das lavras auríferas datam de 1680, e as primeiras construções transitórias coincidem com esse ano. Até 1730 tem-se a predominância das construções com terra crua, sendo substituída pela pedra a partir de 1750, porém isso não significa que técnicas como, o adobe, a taipa e o pau-a-pique tivessem se perdido, pelo contrário, estas permaneceram em uso até o século XIX sendo amplamente referenciadas pelos viajantes que estiveram em Minas Gerais no período.

As construções mencionadas são aquelas que através de diversas técnicas construtivas, usavam a terra crua como material de construção, e que constituem grande parte da nossa arquitetura colonial, sendo que estas foram trazidas por portugueses e africanos. Assim ambos os povos detinham o conhecimento da técnica, entretanto os saberes e fazeres eram distintos. A participação conjunta destas duas mãos-de-obra nas construções nos leva a um questionamento. Como seria possível uma interação entre duas culturas construtivas não gerar uma inter-relação Brasil-África?

Pressupõe-se então que neste período tenha ocorrido uma interação entre as culturas construtivas africanas, representadas pelos escravos que foram a “mão construtora” do nosso processo de colonização, e as culturas construtivas mineiras, representadas pela sociedade em início de formação. O resultado foi uma inter-relação arquitetônica entre Brasil e África no âmbito da arquitetura de terra e das técnicas de construtivas.

Para entender este universo, buscou-se como referência as obras dos artistas-viajantes e dos viajantes que estiveram em Minas Gerais e na África Ocidental no século XIX e descreveram as paisagens por eles percorridas em suas incursões por essas terras. Essas fontes narrativas da época não se empenhavam em registrar minuciosamente o comportamento e a vida cotidiana dos escravos, já que estes homens eram movidos por fortes preconceitos raciais e culturais, entretanto, sem que esta fosse sua intenção, revelaram vários aspectos da sua cultura material. Apesar disso, em seu conjunto e articulada dentro de seu contexto, a literatura de viagem nos brindará com uma visão surpreendente da arquitetura africana em Minas Gerais.

A sua utilização como principal fonte deste trabalho se justifica pelo fato de que a arquitetura popular em sua vertente africana só poderia estar descrita nos mesmos, já que em fontes oficiais como os termos de arrematação, testamentos e inventários foram encontradas descrições das construções de prédios oficiais, pontes, chafarizes e calçamentos que

correspondem a arquitetura erudita. Salienta-se também que não há escassez de dados históricos que se refiram a esta arquitetura, a verdade é que esta nunca foi percebida realmente como “arquitetura”, pois para os europeus as construções africanas no Brasil não passavam de abrigos, assim nem se cogitava a sua descrição em fontes oficiais. Mas esta não é uma perspectiva histórica, já que reflete uma mentalidade que vem se alterando há poucos anos, como observado por Oliver (1978):

“Aos tratados de história da arquitetura, raras vezes interessa algo além dos edifícios monumentais. Até muito pouco tempo atrás, o que aparecia na “história” dos textos escolares eram reis e rainhas, príncipes e imperadores, papas e bispos, a história das batalhas e conquistas, mais do que as pessoas que integravam a população. A história se libertou em grande parte desse espartilho e já se interessa muito mais pela natureza mutante e da evolução da sociedade como um todo. Enquanto a dita “história” agora presta a atenção à vida das pessoas simples que tomaram parte nas batalhas e foram conduzidas pelos grandes senhores, a da arquitetura continua substancialmente obscurecida com a contemplação dos edifícios que alojaram os principais atores da velha “história” formal” (OLIVER, 1978, p. 7).

Os tratados da história da arquitetura contemplaram a arquitetura erudita, seus princípios, conceitos e realizações que eram fundamentalmente os edifícios monumentais, se esquecendo de toda a produção arquitetônica popular. Entretanto, consideramos que a arquitetura dos povos africanos no Brasil é um patrimônio cultural nacional. São escassos os estudos sobre arquitetura desses grupos, se comparados aos de influência estrangeira, porém esta é a raiz tecnológica e cultural da arquitetura popular, devendo ser reconhecida e valorizada pela sociedade. Isso se deve, segundo Weimer (2005), devido a preconceitos históricos das elites que a apresentavam como primitiva, selvagem e atrasada, sendo que este “pré-conceito” irá nos perseguir por todo o trabalho, por justamente analisarmos os relatos de viagem.

Essa pesquisa volta o seu olhar para essa arquitetura produzida pelo povo, e assim objetiva o resgate cultural dos saberes e fazeres construtivos que utilizaram a terra como material de construção. A busca pelo elo que permitiu a transferência de tradições da cultura construtiva afro-ocidental para a cultura de Minas Gerais no século XVIII, através de um olhar retrospectivo sobre a literatura de viagem, nos conduz a revelar certas limitações e potencialidades deste trabalho.

Com relação às limitações colocamos que apesar de únicas, a meu ver, as fontes utilizadas são essencialmente secundárias, pois tanto as representações dos artistas-viajantes como as descrições encontradas na literatura de viagem são visões de homens que estavam inseridos em um momento histórico distinto do nosso e por isso nos transmitem uma “realidade pessoal”. A natureza destas fontes nos exigiu uma análise focada não apenas em seus relatos, mas em todas as questões que se relacionavam aos fatos descritos e assim se inseriam em um contexto cultural, político e social.

Para fins de sustentação desta proposição, adotou-se o método interpretativo-histórico, já que este permite uma imersão no contexto de um evento ocorrido, localizando o objeto de estudo no espaço temporal, de modo a se produzir um registro fiel do passado através da máxima coleta de evidências. É o diálogo com as evidências que produz os fatos históricos, pois os fatos não tem voz em si mesmos, como diziam os positivistas. Quem dá voz e vida aos fatos é a narrativa interpretativa que reconstrói o passado e atribui-lhe um sentido.

As narrativas dos diários de viagem e a iconografia pertinente ao período e regiões de análise, Minas Gerais e África Ocidental, foram analisadas comparativamente. Esse tratamento torna-se adequado à medida que aproxima dois termos entre os quais existe uma relação de semelhança. Dentro dessa relação foi possível elencar divergências e similitudes entre tipologias arquitetônicas e técnicas construtivas. Além disso, a comparação entre os métodos construtivos permitiu formular indagações, pois foram encontrados indícios explícitos e implícitos de influencia. As questões levantadas passaram por uma análise histórica e contextual capaz de abordar as interações entre essas culturas construtivas, levando em conta parâmetros sociais, ideológicos, técnicos, além de condições ambientais.

As potencialidades desta pesquisa estão associadas à compreensão da arquitetura popular brasileira de um ponto de vista abrangente, no qual os conceitos relacionados à concepção e apropriação do espaço, em sua origem africana, são uma das suas partes constituintes. Para além deste fato tem-se que as contribuições africanas em âmbito arquitetônico e tecnológico estão impressos em nossos saberes e fazeres construtivos que estão estampados em nossa arquitetura e da mesma forma em nossa paisagem como uma expressão cultural do povo brasileiro.

O presente trabalho se estrutura em seis capítulos, sendo que o primeiro e o sexto se referem à introdução e as considerações finais, respectivamente. O segundo capítulo aborda a primeira etapa da pesquisa que esteve centrada na busca de uma delimitação geográfica da África que representasse a origem dos escravos enviados as regiões

mineradoras no século XVIII. A triangulação de fatos sobre esse incidente, por via de diferentes recursos foi realizado por vários pesquisadores da demografia escrava, e neste capítulo discutidas. Examino também nesta sessão a complexa sociedade mineira colonial e suas intrincadas relações escravistas, com o único intuito de compreender o nível de desenvolvimento e a capacidade que estes escravos tiveram de se expressarem culturalmente em nosso país.

O terceiro capítulo é uma discussão sobre a percepção dos viajantes europeus diante da arquitetura de terra produzida em Minas Gerais, recorrendo-se a análise das descrições panorâmicas das vilas mineiras e das técnicas construtivas por eles identificadas. Intui-se que ao entendermos este olhar retrospectivo estaríamos revelando as impressões e os pré-conceitos dos viajantes com relação a esta arquitetura, e desta forma dando fidedignidade aos dados.

No quarto capítulo relaciono os aspectos físicos e sociais da cultura construtiva afro-ocidental no século XVIII, a fim de compará-los com a constituição dos quilombos em Minas Gerais – sociedade de negros que se formaram e floresceram durante todo o período colonial. A sua constituição política, dinâmica social, ligações com a sociedade escravista e atividades econômicas desenvolvidas foram abordadas neste capítulo através do estudo da expedição empreendida no ano de 1769 pelo Mestre-de-Campo, Regente e Guarda-Mor Inácio Correia Pamplona. Conjuntamente com a documentação que descreve esta expedição estão as plantas dos quilombos encontrados e abatidos, sendo que assim foi possível comparar as estruturas arquitetônicas dos assentamentos da África Ocidental com os de Minas Gerais. Também fazem parte deste capítulo as análises relativas às moradias escravas nas fazendas mineiras, nas proximidades das vilas e nos assentamentos das empresas mineradoras.

O quinto capítulo intitulado “Inter-relações tecnológicas entre Brasil e África” transcorre com o objetivo de constatar semelhanças tecnológicas entre a arquitetura de terra africana e a de Minas Gerais. Desta forma procedeu-se com uma releitura do passado através da comparação entre as descrições dos viajantes e a iconografia pertinente, sendo que através destas foi possível identificar materiais, técnicas e elementos construtivos. As comparações levaram em conta as possíveis adaptações em função de condições materiais, climáticas e das interações ocorridas entre as culturas que possam ter gerado novas soluções.

Com efeito, o encontro entre estas culturas promoveu um dialogo entre os povos que estiveram em contato permitindo a conexão entre seus valores e identidades. No entanto, a

formação das identidades social e cultural assim como a construção da arquitetura popular constituem-se em dois processos intimamente relacionados, pois em ambos ocorre uma interação dialética entre a auto-definição e as definições impostas, gerando conquistas e mestiçagens.

2. OS POVOS AFRICANOS NA SOCIEDADE MINEIRA

A formação do mundo Atlântico envolveu uma gigantesca migração internacional de pessoas, pois milhares de europeus mudaram-se para as ilhas do Atlântico e para as Américas, assim como milhões de africanos foram enviados forçadamente a estas. Esse encontro “não só fomentou a comunicação como reconfigurou um conjunto de sociedades, propiciando a criação de um Novo Mundo” (THORNTON, 2004, p. 54). As primícias deste episódio se pautam no comércio entre a Europa - de onde partiam embarcações carregadas de produtos manufaturados, como armas de fogo, rum, tecidos, ferro, e jóias de pouco valor - e a África, onde se trocavam escravos por estes produtos.

Mas este comércio triangular que conectava a Europa, a África e as Américas desde o século XV, sofreu uma relativa mudança conceitual a partir da segunda metade do século XVI, pois, aos olhos dos europeus, este continente deixava de ser uma fonte de ouro e pedras preciosas para tornar-se um imenso reservatório de mão-de-obra (FIG. 1). O comércio transatlântico passaria então a assegurar o desenvolvimento econômico de grande parte da América e do Caribe e promoveria a acumulação de capital na Europa e na África. Este fato torna-se claro quando analisamos o número de escravos enviados ao Brasil entre os anos de 1575 e 1675, que foi da ordem de 400.000 a 450.000, sendo que no século XVIII este número chegou próximo a marca de 2 milhões de pessoas (MALOWIST, 2010).

Esta mão-de-obra cumpriu um papel fundamental no desenvolvimento de nossa economia, pois garantiu a produção de açúcar para exportação, nos séculos XVI e XVII, a exploração das minas de ouro e diamante do Brasil central e mais tarde, no século XIX, o desenvolvimento da cultura do café. Definindo de outra forma, a população de origem africana representou 61,2% da população total do Brasil em 1798 e 58% em 1872, tornando-se uma população dominante em algumas áreas do país¹ (INIKORI, 2010).

A verdade é que o comércio intercontinental de escravos foi o principal fator de origem da presença dos negros no mundo inteiro e, da mesma forma, no Brasil. A natureza de tal comércio e suas conseqüências despertaram o interesse de historiadores, pelo conhecimento dos antecedentes africanos na cultura americana e da sua experiência nas

¹ Esta população concentrava-se nas regiões que forneciam ouro e produtos agrícolas para a Europa. Assim, em 1873, 79,2% dos escravos africanos estavam divididos em seis províncias brasileiras, Bahia, Pernambuco, Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, sendo que a maior concentração se encontrava em Minas Gerais, a província produtora de ouro (INIKORI, 2010).

sociedades do Novo Mundo. De certa forma, esse debate continua a se ater a uma visão restrita, pois não aborda a importância da história da África na própria história da América.



Figura 1 – África: os principais pontos de contato do comércio europeu do século XVII (mapa estabelecido por J. Jiles). Fonte: (MALOWIST, 2010, p. 5).

No Brasil, o início dos estudos acerca das origens dos povos africanos, estiveram no âmbito da antropologia, que se balizava no conceito de raça e focava a miscigenização do povo

brasileiro. O trabalho de Nina Rodrigues (1932) se destaca como precursor por justamente perceber que a população escrava na colônia não era homogênea em sua constituição, demonstrando a multiplicidade cultural destes povos. Arthur Ramos (1934) compartilha destas mesmas conceituações e ressalta o fato de que os povos sudaneses eram detentores de uma superioridade cultural com relação aos povos bantos, devido em grande parte pelo contínuo contato destes com os mouros (FIG. 2).



Figura 2 – Esboço de mapa etnológico africano no Brasil. Em Minas Gerais esta assinalada a presença de povos bantos e mina-jeje. Fonte: (CASTRO, 2002, p. 45).

O sociólogo Gilberto Freyre viria então para dar a verdadeira dimensão que a cultura africana exerceu sobre os costumes do povo brasileiro, “na ternura, na mímica excessiva, no catolicismo em que se deliciam nossos sentidos, na música, no andar, na fala, no canto de ninar menino pequeno, em tudo que é expressão sincera da vida, trazemos quase todos a marca da influência negra” (FREYRE, 1992, p.367). O autor também valoriza o fato de que sem esta mão-de-obra escrava o empreendimento português não teria êxito nas Américas.

Os escravos vindos das áreas de cultura negra mais adiantada foram um elemento ativo, criador, e quase que se pode acrescentar nobre na colonização do Brasil; degradados apenas pela sua condição de escravos. Longe de terem sido apenas animais de tração e operários de enxada, a serviço da agricultura, desempenharam uma função civilizadora. Foram a mão direita da formação agrária brasileira, os índios, e sob certo ponto de vista, os portugueses, a mão esquerda. (FREYRE, 1992, p.391).

A partir da década de 1980, uma nova geração de historiadores da escravidão no Brasil ² começa a explorar fontes ainda inéditas, como os testamentos, inventários *post-mortem*, requerimentos, ações de liberdade, que poderiam esclarecer a dinamicidade das relações entre senhores e escravos e averiguar se realmente os povos africanos tiveram a capacidade de absorver e influenciar a cultura na qual estavam inseridos. Contudo, antes de reconhecer sua influência, seria fundamental identificar de forma precisa as nações que compunham as comunidades africanas e assim traçar um quadro deste universo a época. A consulta aos registros demonstrou que havia uma infinidade de procedências e designações de nações que, quando analisadas em seu contexto histórico, não correspondiam as origens destes povos mas sim as suas procedências portuárias.

Desta forma, ficava claro que a divisão feita pelos primeiros estudiosos da cultura afro-brasileira, em dois grandes grupos, bantos e sudaneses, estaria amplamente distante da correta delimitação da multiplicidade das etnias africanas vindas para o Brasil. A complexidade deste acontecimento exigia então uma redução da escala de análise, que passaria da linha de troncos lingüísticos para a das procedências portuárias divididas por regiões, ainda que estas não fossem totalmente fieis à realidade.

Os africanos escravizados seriam então originários de três regiões, África Ocidental, África Centro-Ocidental e África Oriental: cada uma destas englobando um número proeminente

² Nesta vertente destacam-se os trabalhos de Karasch (2000), Bastide (1974), Soares (2000) e Del Priore (2001).

de regiões, sendo que estes eram ainda habitados por diversas etnias.³ Segundo Manning (1990) as terminologias África Ocidental, África Centro-Ocidental e África Oriental são de alguma forma antiquadas, mas permitem a correta distinção de algumas unidades importantes na história do tráfico escravo e desta forma detêm a conotação tanto cultural como geográfica (FIG. 3). Realmente se analisarmos de modo genérico, a proximidade entre os povos ofereceu a estes contatos comerciais, políticos e trocas culturais que os tornaram semelhantes preservando certas diversidades. De qualquer forma, esse novo viés historiográfico, ao propor ultrapassar as fronteiras ditadas, encontra ainda obstáculos que estão sendo transpostos pelo contínuo estudo da demografia escrava.

Acompanhando as premissas desta nova abordagem histórica, adotaremos a mesma separação por região de procedência na África utilizada por Libby (2007), Alencastro (2007), Paiva (2001), Rezende (2006) e Karasch (2000), destacando que os quatro primeiros autores centraram suas análises na determinação da etnia de maior contingente escravo africano enviado a Minas Gerais do século XVIII. Estes concordam que na primeira metade do século houve um predomínio da entrada de escravos “minas” na capitania mineira, que neste momento era abastecida pelo mercado escravo soteropolitano. E que na metade seguinte dos Setecentos, será notável a presença significativa de escravos de origem Centro-Ocidental, vindos do porto do Rio de Janeiro.⁴

Paiva (2001) alerta para o fato de que apesar das designações encontradas na documentação oficial não corresponderem a origem dos escravos, é possível especular que a predominância das denominações Mina e Angola nas listagens dos testamentos e inventários sugerem, “no mínimo, a preponderância dos portos localizados nessas regiões africanas, onde eram embarcados os cativos que mais tarde seriam levados para as Minas Gerais” (PAIVA, 2001, p.71).

A mudança do mercado abastecedor de escravos, da Bahia para o Rio de Janeiro na segunda metade do século, irá provocar dois fenômenos significativos na composição da escravaria, que foram denominados por Rezende (2006) como criouliização e bantolização. O primeiro se fundamenta na diminuição do poder aquisitivo causado pelo declínio da extração aurífera que obrigou os senhores a se utilizarem desta mão-de-obra, e o segundo

³ A partilha da África promovida pelas nações da França e Reino Unido, assim como pela Itália, Bélgica, Alemanha, Portugal e Espanha, no período compreendido entre 1880 e 1914, desrespeitou as divisas entre povos, colocando etnias em alguns casos inimigas em um mesmo território, país.

⁴ “Entre 1695 e 1696, havia apenas dois caminhos praticáveis pelos quais os que desejassem alcançar as minas do ouro de Minas Gerais poderiam chegar até elas” (BOXER, 1969, p. 62 e 63).

se refere à predominância de escravos advindos da África Centro-Occidental em Minas, explicada pela ascensão do comércio entre esta capitania e o Rio de Janeiro.

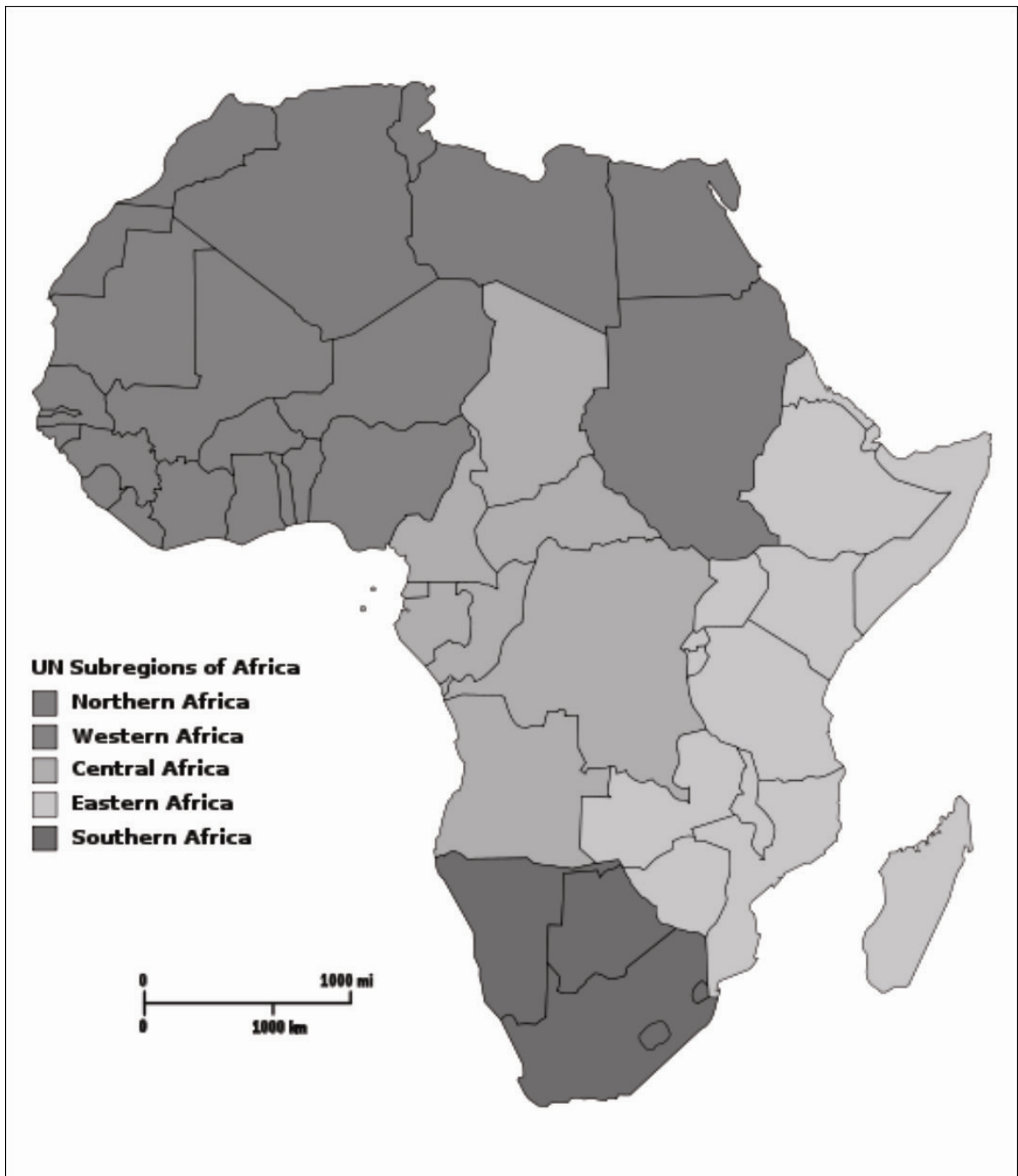


Figura 3 – Mapa das sub-regiões da África. As cinco divisões do continente africano são: África do Norte, África Ocidental, África Central, África oriental e África do Sul.
Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Africa_map_regions.svg

A preferência por escravos oriundos da África Ocidental pelos senhores das Minas Gerais, também se revela um ponto relevante para esta predominância, segundo alguns autores. Para Costa e Luna (1978, p.2) estes “foram levados para as Minas Gerais em razão de possuírem conhecimento técnico mais avançado e estarem familiarizados com os trabalhos de mineração em suas nações de origem”. Boxer (1969, p. 28) coloca que estes eram “mais inteligentes, mais robustos, e mais rijos no trabalho” apesar de serem igualmente “mais rebeldes, e menos dispostos a se conformarem com sua sorte mesquinha”⁵. O fato é que estes estiveram em maior número nos planteis dos principais núcleos mineratórios das Minas Gerais no início do século XVIII.⁶

As diversas relações entre os portugueses e posteriormente dos luso-brasileiros com os povos da África influenciaram toda a formação do tráfico de escravos para o Brasil. Os portugueses tiveram na África Ocidental sua primeira região de contato, sendo denominada por estes de Costa da Mina, que correspondia na verdade às regiões da Costa do Marfim, Costa do Ouro e Costa dos Escravos (FIG. 4). No século XVIII, os proventos da mudança do tráfico português da Costa do Ouro para a Costa dos Escravos, irão alterar significativamente a política de alguns estados africanos locais, promovendo a ascensão do reino do Daomé como principal intermediário entre os mananciais escravistas do interior e os europeus (FIG. 5). Evidentemente, que estes mananciais de reservas de escravos, foram obtidos pela constante guerra com outras comunidades que não estavam organizadas sob este Estado, sendo que além da justificativa de conseguir escravos para os mercadores europeus os daometanos buscavam prisioneiros como vítimas para as divindades.

As instituições políticas destes pequenos estados em guerra com os daometanos foram extintas e o Reino do Daomé foi responsável pelo restabelecimento da ordem política nesta região. Esta nova organização se originou da união dos diversos grupos dos povos aja, entre estes os egun, os fon, os arada e outros povos da parte meridional da atual República do Benin (ALAGOA, 2010). A contínua expansão deste reino e a sua intenção de anexar à nação mahi provocaram o início de uma guerra com o vizinho de território Oyo, um Estado loruba poderoso, ao qual Daomé era submisso e pagava tributos. “Essa situação perdurou até o século XIX, quando Oyo se envolveu em uma guerra civil, tornando-se uma fonte de escravos para o período” (THORNTON, 2004, p. 403).

⁵ Os outros critérios para compra dos cativos eram: idade entre 15 a 20 anos e sexo, havendo preferência pelos homens.

⁶ Segundo Rezende (2006) a procura pelo escravo da África Ocidental se dava com maior vigor nos centros auríferos, enquanto que nas áreas voltadas para a plantação e comércio, o cativo da África Centro-Ocidental era mais procurado.

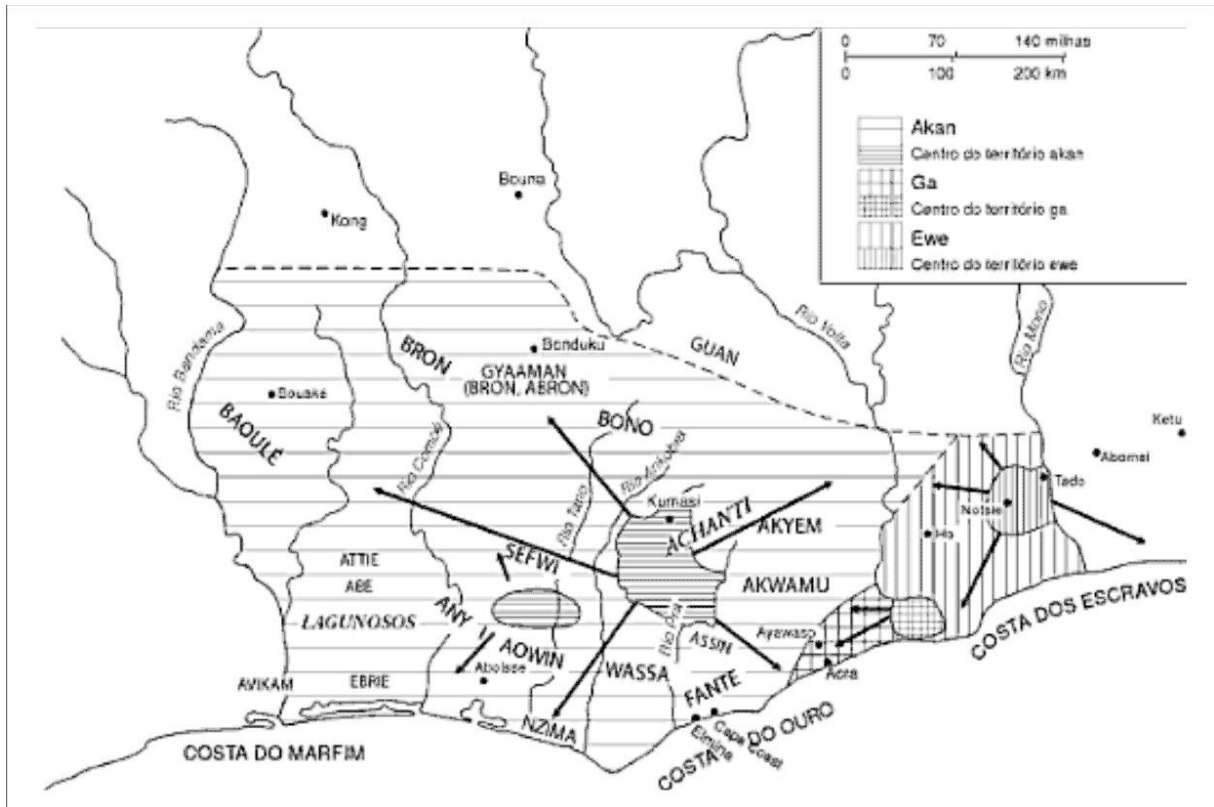


Figura 4 – Mapa com a representação da Costa do Marfim, Costa do Ouro e Costa dos Escravos. Localização dos povos akan, ga e ewe. Fonte: (BOAHEN, 2010, p. 476).

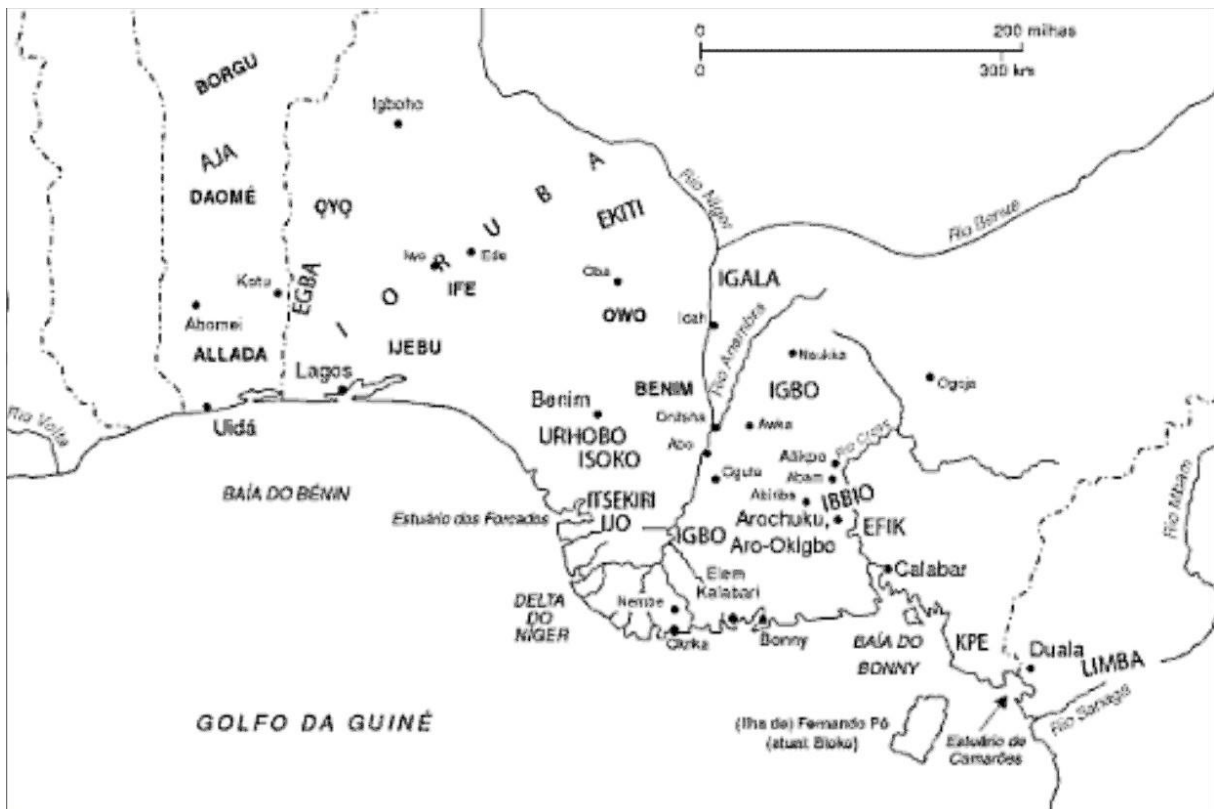


Figura 5 - África: o delta do Niger e os Camarões do século XVI ao XVIII. O mapa apresenta a localização do reino de Daomé e dos seus vizinhos Iorubas. Fonte: (ALGOA, 2010, p. 520).

Pelo Golfo do Benin foram remetidos ao tráfico internacional, no século XVIII como um todo, um milhão e duzentos mil escravos, o que significou vinte por cento do total das exportações da África (FIG. 5). As causas do aumento do tráfico na África Ocidental poderiam ser resumidas, como:

“A descoberta de ouro na região de Minas Gerais e, devido a isso, a introdução mais forte dos traficantes luso-brasileiros, principalmente dos baianos, na Costa dos Escravos; e o uso do tabaco de terceira qualidade pelos traficantes baianos na permuta por escravos na África Ocidental, que acabou por retirar os mercadores lisboetas do comércio da região”. (REZENDE, 2006, p.48)

O trecho acima explicita tanto a dependência da população mineira pelas importações contínuas de escravos africanos, como a rede comercial que se articulava da África passando por Salvador, um dos portos marítimos luso-brasileiros, até chegar a Capitania mineira. De acordo com Libby (2007) os centros auríferos foram os maiores compradores de cativos, pois entre os anos de 1716 e 1728, Vila Rica e Vila do Carmo absorveram entre 47% e 55,7% dos escravos enviados a Minas Gerais.

Livres, libertos e escravos compunham esta sociedade mestiça e mineira nos núcleos urbanos e nas áreas rurais, permeada de relações sociais escravistas que acabaram por gerar um universo colonial tão peculiar a Minas Gerais. O Setecentos mineiro foi caracterizado pelos encontros pessoais, materiais e culturais que resultaram na “aproximação entre universos geograficamente afastados, em hibridismos e em impermeabilidades, em (re) apropriações, em adaptações e em sobreposição de representações e de práticas culturais” (PAIVA, 2001, p. 27). Esta sociedade móvel complexa e cheia de contradições misturou informações, etnias, tradições e práticas culturais que certamente não se tratavam de um modelo de “organização social transferido, *in totum*, de um lado para o outro do Atlântico, nem da mera soma entre o molde e alguma especificidade local. O resultado era bem mais complexo, assim como o era o processo de formação” (PAIVA, 2001, p. 36).

Neste emaranhado de relações encontram-se os “trabalhadores e empregados africanos, que exerceram seu papel de transmissores de uma cultura africana para as Américas e fomentadores de uma nova cultura afro-atlântica” (THORNTON, 2004, p.190). Esta nova cultura emergente vivenciou a interseção de dois grupos aos quais pertenciam: a comunidade da propriedade onde moravam e trabalhavam, e a nação, em que podiam encontrar a familiaridade cultural e lingüística. Nessa dimensão do viver, do dia-a-dia colonial, nos contatos triviais foi permitido ao negro certa mobilidade cultural e certa

expressão de suas práticas com suas histórias, memórias, hábitos e conhecimentos técnicos.⁷

Na culinária, na música, nos festejos e celebrações, na religiosidade, na indumentária e nos ornamentos, na língua, no conhecimento técnico, medicinal e mágico misturaram-se heranças culturais diversas, sendo que “o universo cultural na colônia empregou muito mais a tolerância contida na conjunção e que na exclusividade representada pela conjunção *ou*” (PAIVA, 2001, p. 39). Mas, sem sombra de dúvida, este universo não se formou nem linearmente nem harmonicamente, pois a convivência em seu interior ocorreu de maneira conflituosa exigindo adaptações constantes e novos arranjos para a sua preservação.

O universo cultural da Minas Gerais do século XVIII foi o pano de fundo e o palco onde foram encenadas as práticas cotidianas dos escravos, definidas por Del Priore (1997, p. 276) como “ritos de passagem da vida: nascimento, casamento e morte”. A vida doméstica, o morar, o alimentar-se, o trabalhar, o vestir-se e o socializar dos africanos e afro-brasileiros, neste solo se impregnava das suas práticas culturais, que não foram apagadas ou esquecidas na travessia do Atlântico, na instituição da escravidão ou pela sua condição de escravo.⁸

Para Thornton (2004, p.49), as contribuições dos escravos africanos nas Américas estão intimamente ligadas às “condições que tornaram os escravos africanos tão atraentes para os colonizadores europeus no Novo Mundo, e assim ironicamente, os colocaram em uma boa posição como atores centrais no novo meio cultural do mundo atlântico” – esta condição foi a do trabalho. Tanto os escravos das áreas urbanas, como os trabalhadores das propriedades rurais tiveram a possibilidade de se associarem e de transmitirem uma herança cultural em mutação para uma nova geração por meio da socialização de sua prole. Assim, tanto o trabalho como as relações sociais deram aos escravos a condição de contribuir para a constituição da nova cultura que se formava em solo mineiro.

⁷ Para Paiva a Minas Setecentista oferecia possibilidades reais de ascensão econômica e social ainda que para os escravos esta última fosse amplamente dificultada. Acordos entre senhores e escravos resultaram em quantidades excepcionais de alforrias, como percebido pelo autor na análise dos testamentos e inventários post-mortem. Os motivos são diversos, é o “filho que obriga o pai a reconhecê-lo oficialmente como tal; escravo que se torna confidente da senhora; escrava que é tomada como mãe pelo senhor branco; cativos que emprestam dinheiro para proprietários; escravo que passa a manipular a vida de senhora demente; escravos que se tornam proprietários de escravos; libertos que deixam legados materiais para antigos senhores [...]” (PAIVA, 2001, p.33).

⁸ Alguns autores argumentam que as condições da escravidão nas Américas e a diversidade cultural dos africanos importados dificultaram a transmissão direta da cultura africana para as Américas. Esse é o caso de Gilberto Freyre que coloca “Sempre que consideramos a influência do negro sobre a vida íntima do brasileiro, é a ação do escravo, e não a do negro por si, que apreciamos. [...] O negro nos aparece no Brasil, através de toda a nossa vida colonial e da nossa primeira fase da vida independente, deformado pela escravidão” (FREYRE, 1992, p.397).

É neste sentido que se desenvolve o presente estudo, buscando compreender a herança cultural africana na sociedade mineira, mas especificamente na “arquitetura” produzida por estes povos. Os estudos começam pela proveniência e demografia escrava na província de Minas Gerais, já que a tendência em se presumir uma homogeneidade cultural inicial entre os escravos não é pertinente. Em suma, a origem destes escravos esteve centrada em três regiões, sendo que a predominância de negros de origem Afro-Ocidental na primeira metade do século XVIII em Minas Gerais delineará todo o percurso desta pesquisa. Esclarece-se que esta escolha não propõe ocultar a contribuição dos povos da África Centro-Ocidental e Oriental mas sim permitir um foco maior de análise sobre este amplo espectro que compõe a cultura da África Ocidental.

3. O DISCURSO DOS VIAJANTES SOBRE A ARQUITETURA DE TERRA EM MINAS GERAIS NO SÉCULO XIX

Os depoimentos deixados pelos viajantes do século XIX têm sido considerados uma fonte relevante para a reconstituição da história. “Não se pode subestimar o poder do olhar dirigido a um mundo com o qual não se está familiarizado” (BELLUZZO, 1994, p. 11). Cada registro de viagem é uma parte revelada de uma realidade “reinventada” que demonstra um ponto de vista repleto de valores individuais e culturais. Assim o objeto deste capítulo é buscar como esse passado foi interpretado e representado já que estes relatos são constituídos de partes ficcionais, documentais e científicas.

A leitura do mundo social mineiro realizada pelos viajantes é composta por descrições da arquitetura colonial e das técnicas de construção com terra crua que estiveram presentes em todo o nosso processo de colonização. Nas construções dos edifícios públicos, religiosos e nas habitações rurais e urbanas de todas as classes sociais, revelando-se este um patrimônio extenso, variado, duradouro e de elevada relevância.

Este capítulo propõe analisar os diários e narrativas de seis viajantes estrangeiros que percorreram Minas Gerais no século XIX. Selecionados dentro de um quadro cronológico que compreende o período de 1808 a 1868, estes viajantes destacam-se por procederem de diferentes locais, o que permite mapear as variadas percepções a respeito da arquitetura de terra visualizada por estes.

As variações de “percepção de lugar” que cada viajante experimentou no Brasil indicam que, nas relações entre as pessoas e os espaços, ocorre uma correspondência física aliada a um componente psicológico. Segundo Castello (2007), o principal componente que permite o desenvolvimento da percepção de lugar é a presença de estímulos, que são emitidos a partir de fatos ambientais que estão relacionados a uma natureza objetiva e material do ambiente, como de uma natureza subjetiva, imaterial e imponderável.

O autor classifica essas interações entre pessoas e ambientes, onde em primeiro plano há o “lugar da aura”, no qual se ressalta o papel da dimensão espacial, que “envolve fenômenos relativos à natureza física dos lugares, à sua constituição material, à objetiva morfologia de que são feitos” (CASTELLO, 2007, p.17). Esta aura é adquirida a partir de qualificações naturais, sensoriais e paisagísticas e estimulada por elementos do imaginário espacial local. No segundo plano, se insere o “lugar da memória” que compreende as interações entre

pessoas e ambientes relativas à história do lugar, as formas construídas de acordo com padrões arquitetônicos vigentes em diferentes períodos históricos, e todo um corpus de memória estimulada pelo “imaginário temporal local”. E a situação que é compartilhada pelas duas anteriores, é o “lugar da pluralidade”, que se origina da interação entre pessoas, associada aos contatos interpessoais no ambiente considerado (CASTELLO, 2007).

Objetivamente tem-se que, o tipo de lugar percebido pelas pessoas, por meio de estímulos visuais que associam uma imagem de lugar, a características físicas, materiais, espaciais e morfológicas é denominado como o “lugar da aura”. Essa pesquisa só se atentará a análise desses estímulos, originários da dimensão espacial, em concordância com seu ambiente natural e aquele construído pelo homem.

3.1 OS VIAJANTES EM MINAS GERAIS NO SÉCULO XIX: IMPRESSÕES E PRÉ-CONCEITOS

O levantamento de Gravatá (1970) identificou que entre os séculos XIX e XX, mais de 45 viajantes chegaram aos portos brasileiros, sendo eles predominantemente ingleses, franceses e alemães. As cidades litorâneas foram as primeiras a serem visitadas, especialmente o Rio de Janeiro, por ser esta a cidade com sede do governo e centro urbano mais desenvolvido. Depois de conhecido o Rio de Janeiro, os viajantes se interessavam pelo interior do Brasil, principalmente a região das Minas, já que o olhar dos mesmos estava direcionado às áreas de conhecimento mais diretamente vinculadas às possibilidades de exploração.

O século XIX foi marcado por transformações relacionadas à industrialização, à abolição do tráfico de escravos e à transição do regime escravo para o assalariado. Esse período de transição econômica em Minas Gerais foi marcado por transformações decorrentes do declínio da mineração, e juntamente com ela da expansão da agricultura e do comércio. Apesar das notícias do esgotamento do ouro já terem chegado a Europa, a curiosidade acerca dos minerais e pedras preciosas que escorriam com abundância pelos riachos, atraíam a curiosidade dos europeus. Deste modo, Minas Gerais recebeu durante o século XIX a visita de inúmeros viajantes europeus, sendo que alguns residiram por anos e outros permanecerem por dias.

A chegada destes viajantes ocorreu após a transferência da corte portuguesa para o Brasil e a promulgação do decreto de abertura dos portos às nações amigas, o que gerou uma produção sistemática de obras sobre este país escritas por estrangeiros vindos em missões científicas. Os ingleses vêem no Brasil um mercado potencial, para dar vazão aos estoques que já abarrotavam seus depósitos, obviamente apoiados no Tratado de 1810, onde são asseguradas aos produtos ingleses as menores tarifas alfandegárias. Além disso, constroem estradas de ferro, exploram minas e investem grandes quantidades de capital e tecnologia. A missão francesa que aqui chegou em 1815, veio com a incumbência de dar assessoria técnico-profissional à Escola Real de Belas Artes, e trouxe consigo pintores como Jean Baptiste Debret e Nicolas-Antoine Taunay que retrataram o Brasil do século XIX. A presença alemã esteve diretamente ligada aos laços de parentesco e da união de dois países através do casamento de D. Pedro com D. Leopoldina (BELLUZZO, 1994).

Os viajantes em Minas Gerais se depararam com paisagens naturais e cenários urbanos, sendo estes um dos principais temas abordados em seus diários de viagem. As vilas do ouro foram apresentadas nas narrativas com uma dicotomia de percepções, marcadas por impressões de cenários urbanos florescentes com altivos ritmos de desenvolvimento, e em outros casos, determinados pelo aspecto de abandono e decadência. Os arraiais mineiros impressionaram, pela irregularidade de suas ruas e de seu escarpado relevo, onde as casas eram construídas em estreitos lotes, ladeira acima ou ladeira abaixo, dando um aspecto único e até então desconhecido para os visitantes estrangeiros.

A superposição dos sucessivos períodos de construção, que se iniciaram com os assentamentos localizados próximos aos veios auríferos no final do século XVII, e que no século XVIII atingiram o ápice do seu desenvolvimento econômico e social, permitiu aos viajantes que estiveram em Minas Gerais no século XIX visualizar o resultado construtivo em casas, igrejas e edifícios públicos, e assim relatá-los em seus diários de viagem de modo que fosse possível hoje se estudar a arquitetura do século XVIII através destes.

No Brasil, a utilização da terra crua como material de construção ocorreu conjuntamente com o nosso processo de colonização, sendo essa uma herança dos colonizadores portugueses e da mão de obra escrava, que na África dominava amplamente os sistemas construtivos em terra crua (OLIVEIRA, 2005). Desde as primeiras ocupações - simples ranchos de quatro esteios de pau roliço fechados com tramas de varas que serviam para a sustentação do barro com que se dava o acabamento - até a posterior casa com cômodos diferenciados, janelas a meia altura das paredes construídas de taipa de pilão, revestidas

com argamassa de barro ou de cal e areia, caiadas - utilizaram-se das técnicas de construção com terra crua (VASCONCELLOS, 1983).

O quadro cronológico das viagens que serão abordadas nesta pesquisa abrange quase todo o século XIX, pois se inicia em 1808, com a entrada do viajante inglês John Mawe, seguido por Auguste de Saint-Hilaire, John Luccock e Johann Emanuel Pohl que viajaram pelo Brasil entre 1816 a 1822. Posteriormente, o inglês George Gardner, tendo passado dois anos no Rio de Janeiro e arredores, viajou para o interior do Brasil entre 1839 a 1841 e, após este, o cônsul britânico Sir Richard Francis Burton, que visitou a província de Minas Gerais no ano de 1868.

John Mawe foi o primeiro viajante a obter licença oficial para visitar as Minas. Este comerciante inglês era um estudioso de mineralogia que registrou suas observações não só sobre os minerais, mas também sobre os aspectos da vida e costumes mineiros.

Saint-Hilaire, viajante francês, percorreu o Brasil de 1816 a 1822. Conhecedor profundo da literatura científica e dos procedimentos práticos de um naturalista, viajou pelas províncias do centro-sul do Brasil patrocinado pelo governo francês, tendo como intuito oficial enviar pesquisas e coleções ao Museu de História Natural de Paris. Esse interesse pela natureza é explicado pelo fato de que nos séculos XVIII e XIX as ciências naturais tiveram seu desenvolvimento áureo. A concepção idealizada da natureza no período medieval é derrubada por uma visão realista, que buscava explicar o mundo não mais a partir de um Deus, mas sim do próprio homem e de sua observação do mundo. Assim, o homem do século XIX, procura entender os fenômenos naturais através da observação e do conhecimento pré-científico (LEITE, 1986).

Nos relatos de viagem de Mawe e Saint-Hilaire os caminhos percorridos são detalhadamente narrados e acompanhados de descrições de uma paisagem onde se inserem as construções. A definição destas construções é composta de uma percepção espacial, onde são avaliadas a forma, as dimensões, a volumetria, e as relações físicas entre os componentes da paisagem. A interpretação destes relatos revela que invariavelmente, todos esses parâmetros estão associados à materialidade da técnica construtiva empregada no edifício. Assim, Saint-Hilaire em sua descrição de uma vila mineira expõe que “As casas próximas umas das outras são pequenas, baixas, cobertas de telhas e só tem o rés-do-chão” (1974, p.77). Em outra viagem passando pela Vila das Areias, ele relata que, próxima à estrada ficava uma fazenda que “Como em todas as

fazendas que vi hoje, a casa do proprietário é baixa, pequena, coberta de telhas, construída de pau-a-pique e rebocada de barro” (SAINT- HILAIRE, 1974, p.100).

O conceito europeu de arquitetura desta época estava interligado a construção ornamental e monumental, onde o mais evidente elemento da grandeza da arquitetura era a sua magnitude física. Um edifício de grande escala era considerado sempre mais majestoso que um de reduzida escala. “O efeito da arte nas construções, estava então, em proporção direta com as suas dimensões” (OLIVER, 1978, p. 8, tradução nossa). Este conceito é então associado à técnica construtiva, relacionando a dimensão e a volumetria, baixa e pequena da fazenda ao pau-a-pique. Segundo Vasconcellos (1983), o partido das primeiras edificações mineiras é definido por plantas quadradas, com cômodos quadrados e um pé direito baixo, com cerca de 2,50 metros. No entanto, as técnicas construtivas em terra crua não foram restritivas à construção de edificações majestosas como a Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição de Sabará, que é constituída de uma estrutura autônoma de madeira e vedação em adobe, e a Igreja Matriz de Santo Antônio de Tiradentes, que foi edificada em taipa.

Essas associações estão diretamente relacionadas com a formação intelectual, os conhecimentos pessoais e da época, assim como das impressões dos fatos vividos por cada viajante. Johann Emanuel Pohl, médico e botânico, chegou ao Brasil com a missão austríaca em 1817 permanecendo até 1821. Em seus manuscritos fez diversas observações sobre a vida, os costumes e as características das cidades, fornecendo detalhes sobre as construções, seus materiais e suas técnicas. Porém, essas descrições são baseadas em conceitos referenciados na arquitetura européia, como pode ser observado na narrativa de Pohl, quando este descreve a vila de Barbacena como: “uma cidade que conta com 300 casas, na maioria construídas de madeira e barro, mas cobertas de telha. Poucos edifícios têm sobrado. Quase nenhuma se pode comparar com uma casa de cidade da Europa” (POHL, 1951, p. 196, v.I).

Esta influência e comparação com o universo europeu pode ser observada também nas análises de Luccock, comerciante inglês que viajou por Minas Gerais, Bahia, São Paulo, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, e que na descrição da cidade de São João Del Rey, ele relata o privilegio desta ainda não ter sofrido as transformações causadas pela industrialização, assim como ele assistiu na Inglaterra.

A mistura de numerosas igrejas com as casas, de telhas vermelhas e ainda não enegrecidas pelo fumo, de telhados não deformados pela intromissão de chaminés, de paredes feitas limpas e alvas pela aplicação de argamassa e caiação, de calçamento cor-de-cinza das ruas, das areias amarelentas do rio e do verde dos jardins, formava um quadro pitoresco e interessante. (LUCCOCK, 1975, p.301)

John Luccock residiu durante dez anos no Brasil como representante da firma inglesa Lupton & Co. de Ledds. Contudo, as suas referências estão calcadas na Inglaterra do século XIX e nas condições urbanas daquelas cidades que, confrontadas com o aspecto pitoresco das vilas mineiras, suscitam impressões rebuscadas de sentimentos.

A visão panorâmica das regiões e lugares visitados, assim como do cenário urbano com suas casas, igrejas e edifícios públicos, é recorrente na literatura dos viajantes. Nestas descrições, a estética da arquitetura de terra na percepção de cada viajante liga-se diretamente ao seu acabamento externo. Saint-Hilaire, em sua visita a Vila Rica, oferece descrições precisas dessas casas:

“O maior número, construídas de barro e mal conservadas, atesta os poucos recursos dos habitantes. A cor parda dos tetos cujas abas avançam bastante além das paredes pardacentas das casas, e as gelosias de um vermelho carregado, contribuem para a maior melancolia da paisagem; e algumas construções, caiadas a fresco, fazem ressaltar mais ainda as cores sombrias das casas próximas” (SAINT-HILAIRE, 1975, p.70, 71).

As casas sem caiação, onde a técnica construtiva com terra crua se encontra aparente, são associadas a uma estética privada de valores, onde o reboco de barro atesta “cores sombrias”, e o aspecto de desmazelo é referenciado pela expressão “mal conservadas”. A perspectiva de Saint-Hilaire, que era um homem profundamente religioso e conhecedor das artes, é a da arquitetura como disciplina do século XVIII e XIX na Europa, que tinha uma clara correspondência com os edifícios projetados com o espírito estético. Assim, a arquitetura evocaria a “sua sensação estética pelo tratamento de superfícies e detalhes, pela totalidade e a inter-relação das massas exteriores, e finalmente pela organização dos espaços interiorizados” (OLIVER, 1978, p. 9, tradução nossa).

A fragilidade das construções em terra com relação a estações chuvosas também é abordada pelos viajantes. “Toda a cidade conta cerca de 700 casas, na maioria construídas de madeira e barro, de um só andar. Na estação chuvosa muitas vezes penetra nelas a água e, então, desabam muitas dessas casas mal construídas” (POHL, 1951, p. 327, v.I). A veracidade desta colocação não pode ser contestada, porém é importante ressaltar que as construções com terra crua em Minas Gerais, utilizavam-se de detalhes arquitetônicos, com

materiais e camadas impermeáveis que tinham a função protetora dos elementos construtivos, como observado por Vasconcellos (1979), que relata que as coberturas avançavam externamente, em beirais salientes apoiados em cachorros de madeira ou série de telhas sobrepostas. E foram estes detalhes arquitetônicos, que permitiram que edificações centenárias, construídas com terra crua, permanecessem até hoje nas cidades históricas.

Em outra perspectiva, tem-se que a arquitetura de terra se relaciona com conceitos de insalubridade, miséria e inferioridade estética. Essa relação é encontrada no relato de viagem de John Mawe, quando ele propõe, uma análise da classe média da sociedade mineira, utilizando como exemplo, o dono de uma propriedade rural que também possui datas nas minas de ouro e um contingente de escravos entre cinqüenta a sessenta negros. O parâmetro usado para avaliar sua condição social é a casa onde este mora com sua família.

“A habitação mal merece o nome de casa: é a mais miserável toca que a imaginação possa figurar, e composta de um pequeno número de quartos construídos uns em seguida aos outros, sem nenhuma regularidade. As paredes consistem em palha rebocada de barro. [...] As fendas abertas na taipa raramente são tapadas, e muito poucas vezes vi uma casa consertada. O piso é de barro úmido e ainda mais desagradável pela imundície dos habitantes, a quem os porcos disputam o direito de gozá-las” (MAWE, 1978, p. 240).

O uso acentuado de termos depreciativos que foram empregados na descrição da habitação encontra-se em conexão com a definição da técnica construtiva empregada, assim como da conservação da mesma. Ocorre também uma correlação entre a habitação e a falta de higiene, enfocando a “imundície”, e a comparação com os porcos.

O primitivismo das construções em terra é uma característica encontrada nos relatos de Pohl e Mawe, sendo que o primeiro comenta que as casas de barro e madeira, que são “construídas a maneira deste país”, têm o aspecto da decadência, com “paredes desabadas”, que sempre estão prestes a ruir. O segundo utiliza-se do termo “miserável” abundantemente, de modo a caracterizar as casas dos lavradores como “miseráveis choupanas de um andar, o chão não é pavimentado nem assoalhado, e os compartimentos são formados de vigas trançadas, emplastadas de barro e nunca regularmente construídas” (MAWE, 1978, p. 68)

Conclusivamente, a visão eurocêntrica do século XIX privilegiava o povo e a cultura européia em detrimento de outras culturas, firmadas na suposta superioridade física, econômica, religiosa e social dos grupos étnicos europeus perante outros grupos, que eram

percebidos como exóticos e inferiores (BELLUZZO, 1994). A intensidade do olhar que compreende o mundo a partir desse ponto de vista e de suas referências, está impresso nas descrições e relatos, empreendidos pelos viajantes que estiveram no Brasil. Como descrito por Leite (1986):

O uso da literatura dos viajantes como fundamentos empíricos de explicações sociológica, históricas, antropológicas, sem a sua devida relativização em relação ao imperialismo e etnocentrismo acabam por efetivá-los, ou seja, reproduzem no interior de trabalhos que pretendem ser críticos, as idéias que tentam superar (LEITE, 1986, p.337).

Em uma perspectiva mais individualista, têm-se os valores culturais de cada um dos viajantes, que compreendem a sua formação intelectual, os seus conhecimentos a respeito da arquitetura, os seus conceitos concernentes ao espaço, ao estilo e às formas arquitetônicas e, principalmente, as suas concepções relativas à estética e à técnica. Na análise proposta, constatou-se que este “conjunto de valores” foi transportado pelos viajantes para o relato descritivo da arquitetura mineira.

A esse respeito, as descrições panorâmicas das vilas mineiras são impregnadas de “pré-conceitos” que associam forma, volumetria e uma estética privada de valores das casas, igrejas e instituições públicas às técnicas construtivas com terra crua. Do mesmo modo, os elementos arquitetônicos empregados para desempenhar a função de proteção das construções em terra crua, nas estações chuvosas, também são evocados nos relatos com a intenção de denotar a suscetibilidade das técnicas frente a essas condições.

Essas prerrogativas podem ser entendidas como produto do momento histórico da arquitetura européia. A transposição da fase técnica compreendida pela utilização dos materiais naturais – a pedra, a madeira e o barro – já haviam sido alcançadas na Europa com a utilização do tijolo cozido e do ferro. Sendo assim, os novos materiais eram entendidos como superiores aos materiais naturais.

O estudo dos relatos de viagem do século XIX permitiu a constatação de uma convergência de conceitos negativos a respeito da arquitetura de terra em Minas Gerais, baseados não na qualidade dos materiais e da execução das técnicas em si, mas na representação que esta arquitetura possuía no universo europeu de então. Esses fatores tornam-se relevantes e serão apropriados na análise das descrições da arquitetura e das técnicas construtivas encontradas nos relatos, a fim de que possam ser apresentados de forma coerente, nos próximos capítulos.

4. INTER-RELAÇÕES ARQUITETÔNICAS ENTRE BRASIL E ÁFRICA

4.1 ARQUITETURA POPULAR: CONCEITOS

No período colonial, a arquitetura erudita compreendia em grande parte, as obras dos arquitetos e engenheiros militares formados nas escolas européias, com uma longa tradição construtiva que descende dos mestres-construtores e das reminiscências dos grandes canteiros-escola. As igrejas, fortificações, edifícios civis e cidades se materializavam em inúmeros desenhos realizados pelos arquitetos e engenheiros militares portugueses a serviço da coroa.

À estes profissionais de formação especializada foi designada a construção da arquitetura religiosa brasileira – as catedrais, igrejas matriz, igrejas das ordens beneditinas, franciscanas e carmelitas, e por fim das capelas –, assim como dos edifícios públicos como as casas de câmara e cadeia e, em menor âmbito, a arquitetura residencial como as casas rurais, os solares das famílias patricias, as casas-grande de engenhos e fazendas e as residências de governadores e bispos. As fortificações e as obras de defesa completam todo o espectro de atuação dos arquitetos e engenheiros militares portugueses, que do ponto de vista das edificações são especificamente uma arquitetura reinol transplantada e fortemente baseada em tratados arquitetônicos que estavam à disposição dos construtores do Brasil setecentista.⁹

Partindo-se da análise de todas as construções do período colonial, é notável que a arquitetura erudita represente uma pequena parte de toda a atividade construtora do período, sendo o restante compreendida por residências de menor pretensão arquitetônica. Assim se delineia uma linha delimitadora entre a tradição erudita e a vernacular.

Os tratados de história da arquitetura voltaram-se para a análise das construções monumentais. James Fergusson em seu livro “History of Architecture” observava que “Prover abrigo é fácil, mas o abrigo monumental e ornamentado, ou, em outras palavras, a arquitetura, é uma das mais proeminentes entre as artes plásticas”. Desta maneira, os

⁹ A arquitetura religiosa colonial do Brasil foi abordada no estudo clássico de Bazin (1983) e posteriormente por Bury (1991) e Oliveira (2003). As fortificações nos centros litorâneos e as obras de defesa projetadas pelos engenheiros militares foram pesquisadas por Mendonça (2004). Com relação à arquitetura residencial ressalta-se os trabalhos de Smith (1955), Rodrigues (1975) e Vasconcellos (1983).

abrigos que apenas tinham como objetivo prover a proteção contra intempéries estiveram fora do âmbito de consideração dos tratados e da própria definição de arquitetura.

Assim, as primeiras designações terminológicas desta arquitetura que se diferenciava da erudita foram caracterizadas pela sua imprecisão e inadequação, já que o termo “arquitetura primitiva”, denota tanto uma origem primitiva a esta arquitetura como pode representar que a sociedade a qual ela é originária, é primitiva. A denominação “arquitetura tradicional” é mais adequada que a anterior, pois reconhece a herança histórica desta, e por esta mesma razão, porém, é aplicável a arquitetura formal projetada (OLIVER, 1978).

O termo “vernacular” adquiriu ampla aceitação na comunidade acadêmica, pois na Roma Antiga “verna” designava o escravo nascido em seu país de origem, aquele que era “nativo”, além disso, etimologicamente, a palavra latina “vernaculus” detêm este mesmo significado, o que sugere que a arquitetura vernacular é aquela originária de determinada sociedade (OLIVER, 1978). Weimer (2005) coloca que o qualificativo vernacular é um neologismo que, na pós modernidade, adquiriu o significado de língua ou costumes próprios de um país ou região, e que no sentido figurado seria a linguagem correta, e no etimológico significa escravo, bobo, patife, velhaco, conquanto o autor julga esta terminologia inadequada ao se referir a arquitetura. No entanto, Oliver (1978) conclui que apesar dos inconvenientes que a expressão “arquitetura vernacular” possui, esta detem uma tradição de uso que assegura a sua permanência.

Argumento que apesar desta tradição de uso, não é possível entender esta arquitetura como natural de um país, pois como no caso brasileiro, foram introduzidas e aprendidas formas importadas da metrópole e que em grande parte não foram erigidas por povos nativos a este país. Concomitantemente, existe um número restrito de culturas construtivas que possam ser consideradas isentas de trocas e influências com outras culturas, pois desde o princípio da humanidade estas sofreram processos de interação, evolução e decadência, não sendo prudente atribuir a estas arquiteturas a característica da originalidade.

Na compreensão de Weimer (2005), “arquitetura popular” seria a designação apropriada, já que em sua origem latina “populus” significava o conjunto de cidadãos menos afortunados, a plebe da Roma Antiga, a qual não possuía representação no senado, ao contrário dos prósperos patrícios. Concordo com o autor que este seja o termo menos metafórico, apesar de estar acompanhado da palavra arquitetura que, como dito anteriormente, remete à presença de um construtor chefe. Certamente esta expressão é a mais fidedigna a

abordagem desta pesquisa, que busca as origens da arquitetura própria do povo e por ele realizada, sendo esta a terminologia referenciada em todo o trabalho.

Dentro desta mesma perspectiva, este capítulo propõe a análise da arquitetura popular em Minas Gerais no século XVIII, produto de uma sociedade que se formara segundo a condição social dos grupos de serem livres, forros ou escravos, sendo que as camadas menos abastadas foram o elemento braçal do processo de colonização brasileiro. Ao negro cabia o trabalho na lavoura, na mineração, no ofício doméstico e na construção. Na ausência ou escassez de mão-de-obra especializada, o escravo era utilizado na produção e apropriação do espaço habitacional dos brancos e do seu próprio habitat. Assim, torna-se adequada a utilização da terminologia “arquitetura popular”.

As características intrínsecas a esta arquitetura se referem, em primeira instância, a sua simplicidade, que se justifica pela utilização de materiais fornecidos pelos meio ambientes. Essa estreita relação com a natureza lhe confere a característica da adaptabilidade a condições diversas, o que a configura como uma arquitetura criativa em termos de linguagem formal e emprego de materiais. A outra característica se refere à intenção plástica e a sua relação com a técnica construtiva, que no caso da arquitetura erudita, a primeira determina a utilização da segunda. Na arquitetura popular, acontece o inverso, a forma plástica é o resultado – entre outros – da técnica e dos materiais empregados. Entretanto, a relação entre forma e cultura não se apresenta como resultado do emprego de uma técnica e de um elenco limitado de materiais, já que juntamente com estas se apresenta o respeito às tradições construtivas do grupo. (WEIMER, 2005)

Correlacionadas a estas características estão os processos e os fatores determinantes da criação da forma construída que de modo teórico se relacionam aos aspectos físicos – o clima, a função de proteção do homem dos fenômenos naturais, os materiais e a tecnologia, e o lugar -, e aos aspectos sociais, que se materializam na economia, na defesa e na religião das sociedades. (RAPOPORT, 1972)

Rapoport (1972) revela que estas teorias de natureza determinista tornam-se excessivamente simplistas ao atribuir a forma edificada uma causa única, não expressando a complexidade que só se apresenta através da consideração de todas as variáveis possíveis e seus efeitos. A forma edificada é a manifestação da completa interação de fatores e a troca entre os mesmos são, em si, fenômenos sociais significativos. O autor coloca em *check* o papel determinante destes fatores quando analisados de forma isolada. Como no caso do clima e da necessidade do homem de proteger-se das ações da natureza,

este ressalta que em países localizados dentro de uma mesma zona climática são encontradas inúmeras tipologias, sendo que mesmo se analisando os micro-climas esta variação ainda é significativa, o que demonstra que juntamente com o clima, operam outras forças.

Com relação aos materiais, construção e tecnologia, foi vigente por anos na teoria da história da arquitetura a máxima de que as formas construídas vernáculas eram produtos dos materiais disponíveis na natureza e do emprego destes materiais em técnicas de construção que foram evoluindo ao longo do tempo. Esse ponto de vista determinista não se atém ao fato de que outros valores podem ser prioritários sobre a tecnologia. É o caso, por exemplo, dos antigos egípcios que apesar de deterem conhecimento sobre o sistema construtivo de abóbadas, utilizaram-nas em espaços onde não era possível vê-las, já que estavam em desacordo com seus ideais estéticos (RAPOPORT, 1972).

Desta maneira, a forma é parcialmente independente dos materiais e dos meios estruturais utilizados, sendo que estes devem ser considerados fatores modificantes e não determinantes. Obviamente, os materiais estabelecem diferenças, sobretudo ao restringir alguns procedimentos construtivos e, de outro modo, por resultarem em formas distintas. No entanto, as técnicas construtivas e os materiais parecem não explicar, completamente, por si mesmos, a natureza e a diversidade das formas encontradas.

A localização como um dos fatores determinantes da forma, em termos de tipo de solo e topografia do terreno, não deve ser minimizada, mas sim relacionada a outras condições relevantes. É o caso de alguns povos que apresentam um apego mítico a terra, e que estão ligados a lugares históricos e a fontes de água sagrada. Além de preceitos espirituais estas comunidades podem estar apoiadas em valores e ideais políticos e sociais ou ainda, na organização espacial da comunidade. A natureza física da localização influi sobre o cultivo, o abastecimento de água e a topografia, mas estas não determinam a forma, pois em uma mesma localização houveram distintas formas construtivas coordenadas por diferentes povos em outras épocas (RAPOPORT, 1972).

Dentre os fatores de ordem social que atuam na concepção da forma das construções, a mais mencionada é a que se refere aos meios de defesa desta sociedade, motivação capaz de explicar modelos compactos de assentamento. É indiscutível o fato de que as preocupações de uma comunidade com relação a sua defesa contribuam para a escolha da tipologia das habitações e ainda esclareçam o uso de cercas, valas e paliçadas. Mas estas não explicam todas as formas e concepções adotadas pelos povos para se defenderem, já

que em inúmeros casos estas se referem a costumes matrimoniais, religiosos e ainda aspectos climáticos (RAPOPORT, 1972).

A economia também tem sido utilizada para explicar as formas dos edifícios e assentamentos, sendo inegável a sua influência, entretanto, ao se lançar um olhar determinista sobre esta é possível que se cometa equívocos. Sociedades que apresentam economias similares podem ter sistemas morais e visões de mundo diferentes, sendo que a própria habitação é uma expressão destes valores, o que confirma o fato de que a economia não determina a forma construída.

Em uma vertente oposta ao determinismo físico tem-se o determinismo anti-físico, que se abstém do conjunto de fatores materiais para atribuir a forma exclusivamente à religião e ao “caráter sagrado da casa”. Os aspectos simbólicos e cosmológicos estão presentes e são distintos a cada sociedade, como no caso africano, onde a casa é principalmente espiritual, um enlace entre os homens, seus antepassados e a terra, sendo que os principais habitantes destas casas são seres invisíveis e sobrenaturais. Assim, seria incorreto afirmar que todos os aspectos das habitações são determinados exclusivamente por esta variável, já que o que ocorre é um equilíbrio entre valores físicos e simbólicos (RAPOPORT, 1972).

Ao negar o determinismo físico e o de ordem cultural este autor revela que a peça fundamental para o entendimento dos fatores que atuam sobre a concepção da forma é o de uma abordagem tanto do ambiente interior, social e religioso, como do físico, sendo que se deve ater ao fato de que ocorre uma primazia, e não uma ação exclusiva, das forças socioculturais.

Em seu livro “Cobijo y sociedad”, Oliver (1978) apresenta os laços fortemente integrados das habitações ao contexto cultural e ambiental.

O clima, o local e as limitações impostas pelos materiais e a tecnologia podem modificar, mas não determinam a forma da construção. Forma que, antes de tudo, será resultado da opção adotada diante das diversas possibilidades. Essa opção refletirá a imagem de uma vida ideal expressa por forças sócio-culturais, de maior importância que as físicas na concepção da forma construída (OLIVER, 1978, p.74, tradução nossa).

Para Oliver (1978) as perspectivas do estudo dos edifícios em relação às culturas que os produziram apresentam uma relação íntima entre sociedade e habitação, que se revelam em primeiro plano nos aspectos visíveis – os recursos utilizados para a construção, a tecnologia empregada, a maneira como se extraem os materiais do canteiro, como são

cortados, recolhidos, curados, cozidos, como se organiza a distribuição do trabalho e a sua adequação as condições de clima e uso – e em segundo plano nos aspectos invisíveis. Os últimos correspondem aos aspectos socioculturais destas sociedades que perpassam pelas estruturas comunitárias – tribais, de família nuclear ou extensa -, pelas funções atribuídas a homens e mulheres, pela responsabilidade e o comportamento social de jovens e crianças e pelo tipo de economia desta comunidade – caça, pastoreio, indústria ou comércio – assim como os vínculos destas com outras comunidades.

Deste modo, morar, residir e habitar são verbos que possuem significados semelhantes, mas que se diferem pelos valores que cada cultura lhes atribui. Os termos expressam duas características inerentes a todas as habitações: a sua condição constitutiva, a qual se refere aos aspectos materiais, e a sua condição simbólica, que engloba a construção cultural de cada sociedade refletida na natureza de sua ocupação.

4.2 ARQUITETURA POPULAR AFRICANA

O interesse ocidental sobre as artes africanas foi marcado inicialmente pela publicação de Leo Frobenius em 1889 do artigo intitulado “As máscaras e sociedades africanas secretas”, e seguido de outras publicações que davam notícia do descobrimento da escultura africana e de sua qualidade perante as artes visuais (OLIVER, 1978).

O estudo das artes visuais no ocidente é tradicionalmente dividido em escultura, desenho, pintura e arquitetura. Consequentemente, quando as artes africanas começam a atrair a atenção ocidental na virada do século, a arquitetura africana se encontrava separada das demais. Assim, entre o descobrimento das artes visuais e a arquitetura africana, têm-se um longo período marcado por publicações representativas como “Voyages au Congo” de André Gide e fotografias de Amadée Ozenfant que foram incluídas no livro de Le Corbusier, Foundations of Modern Art (OLIVER, 1978).

Prussin (1974) considera que o grande interesse atual na arquitetura africana pode ser explicado em parte pela revolução ocorrida na teoria da arquitetura e na corrente reavaliação dos conceitos e definições desta disciplina. Em contraste com a postura clássica tradicional que restringe severamente o campo para os edifícios singulares e monumentais, os atuais arquitetos começam a refletir sobre o amplo espectro do ambiente construído. As

interpretações se baseiam no pressuposto básico de que a arquitetura inclui todo o ambiente construído pelo homem, e que a sua qualidade deriva da identificação do homem com o que ele constrói, e do significado da sua expressão própria.

Assim, os arquitetos ocidentais passaram a considerar os “primitivos” abrigos da África, que eram construídos com materiais naturais e edificados pela própria comunidade, como arquitetura. A oportunidade de aprender com as soluções adotadas pelos africanos diante das necessidades de habitar ambientes, onde havia uma quantidade limitada de recursos disponíveis, despertaram o interesse destes profissionais. Outro fator alavancador deste processo foi à identificação de que a arquitetura africana detinha uma forte relação com a natureza, expressa por sua alta capacidade de se adaptar aos mais diversos climas e meio ambientes.

No caso desta pesquisa, o recorte espacial realizado no continente africano corresponde à região da África Ocidental na Costa dos Escravos, local de procedência de uma parte da população africana que chegou a Minas Gerais no século XVIII. Esta região da África abrange três ambientes ecológicos diferentes e, por este motivo são encontradas neste território arquiteturas distintas e coerentes a estes climas. Assim, a avaliação das influências ambientais e sociais sobre as formas construtivas torna-se pertinente a este estudo e será feita nesta seção.

A África Ocidental engloba uma diversidade de climas. Na costa litorânea tem-se a floresta tropical úmida que se modifica gradualmente em savana, à medida que se aproxima do interior, até finalmente se transformar em semi-árido e posteriormente em clima árido, típico do deserto do Saara. Com relação à vegetação, ocorre que à medida que as terras se afastam da costa, a floresta perde o vigor, e esta se torna esparsa e de reduzido porte, sendo que no extremo norte da Savana o crescimento das pequenas árvores é gradualmente substituída pela acácia espinhosa com sua malha de ramos curtos e finos¹⁰.

A arquitetura popular africana sempre se utilizou de materiais como a madeira, as fibras e as folhas. A primeira está condicionada a princípios estruturais sendo que as outras são relativas à cobertura e aos fechamentos. A natureza e a textura destes materiais orgânicos são amplamente variáveis sendo possível encontrar desde madeiras macias até as duras e,

¹⁰ A acácia não pode ser adaptada a uma estrutura, a menos que sejam reunidas em feixes e usadas na formação de uma armação de nervuras. No deserto do Saara, a arquitetura móvel dos povos nômades, é composta de tecidos e couro. Essas estruturas têxteis reduzem para o mínimo o número de suportes de madeira e nos requeridos para o abrigo e para a estabilidade estrutural (PRUSSIN,1974).

de resinosas a fibrosas, assim como aquelas de pequenas até grandes dimensões dependendo da disponibilidade.

O clima da faixa costeira de floresta tropical úmida é caracterizado pela pequena variação de temperatura entre o dia e a noite e entre as estações seca e chuvosa. Para assegurar o conforto humano as casas nesta região demandam a ventilação cruzada, assim, os construtores da costa incorporaram variações de tipos de aberturas. Os pisos são elevados e a casa fica sobre uma plataforma capaz de capturar a brisa do oceano. A forma tradicional retangular encontrada nesta zona climática¹¹ torna-se adequada devido a sua adaptação a uma orientação cardeal, e por permitir à exploração da ventilação cruzada. Nesta região as coberturas são de folha de palmeira (FIG. 6, 7 e 8).

Paredes em terra crua, quando estas são usadas nos trópicos úmidos, requerem uma armadura; de outra forma, chuvas fortes e a umidade perene podem desmoroná-las. Conseqüentemente, na zona de transição entre a floresta e a savana, a técnica tradicional de construção de paredes é uma técnica parecida com o pau-a-pique. Esse é o caso dos Ashanti, Baule, Ibo, Urbobo e Ioruba (PRUSSIN, 1974).

Saindo da floresta tropical úmida em direção a savana com árvores baixas e arbustos de crescimento irregular, o protótipo retangular de estrutura de madeira da floresta tropical úmida é substituído por um protótipo redondo e curvilíneo de terra crua da savana. Assim, os assentamentos são formados por unidades de moradia cilíndricas e coberturas cônicas, encontrada nos povos Malinka, Grunsi, Mossi, Dogomba, Somba, Hausa e Msusgu (FIG. 9, 10 e 11).

¹¹ Weimer (2005) coloca que outra forma de arquitetura encontrada entre os povos sudaneses, é a das aldeias edificadas sobre o leito dos lagos através da construção de palafitas, que são plataformas de altura entre um e dois metros, sobre as quais são construídas as casas. Sendo que o acesso as mesmas é feito por meio de rampas.



Figura 6 – Baía de Ponatif. Fonte: (BIERNATZKI, 1902, p. 507).



Figura 7 – Aldeia mundane. Fonte: (BIERNATZKI, 1902, p. 461).

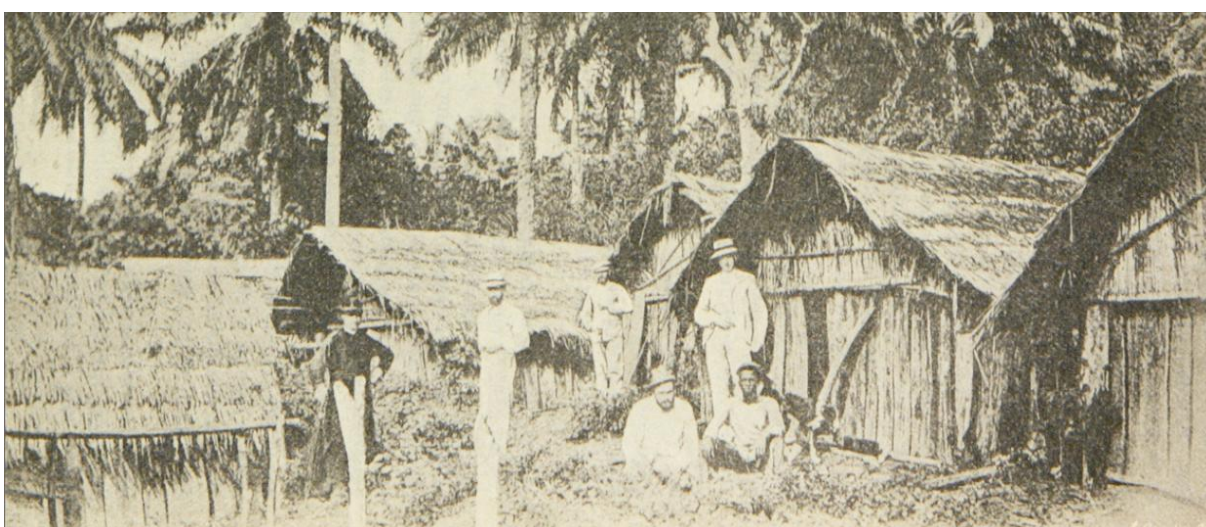


Figura 8 – Povoado de Rebola na ilha de Fernando Pó. Fonte: (VIVAR, 1912, p. 29).



Figura 9 – Vila Fula. Habitações de plantas circulares. Fonte: (ROUGET, 1906, p. 193).

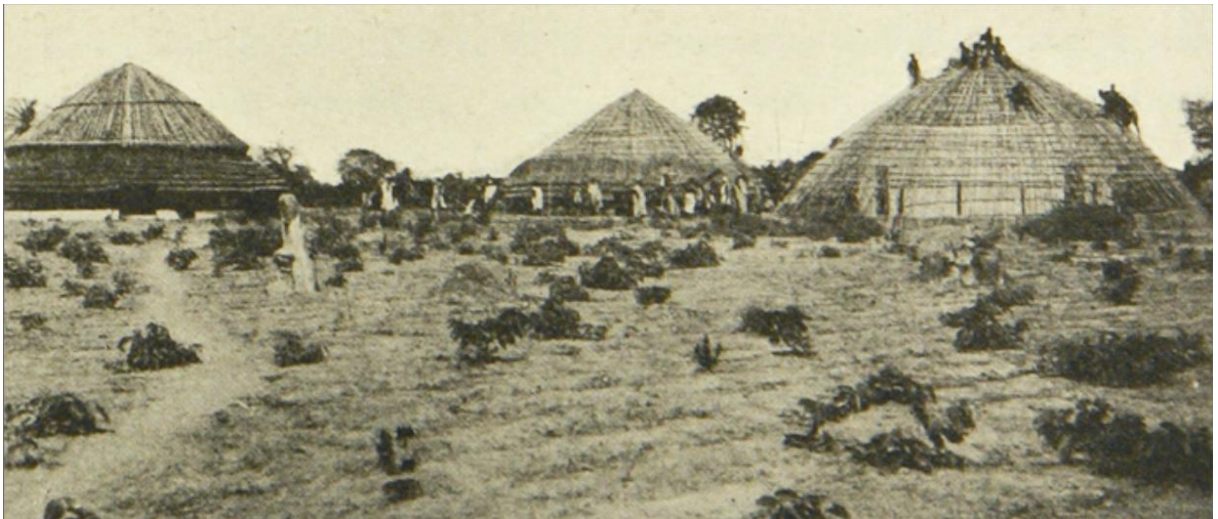


Figura 10 – Vila Fula. Habitações de plantas circulares. Fonte: (ROUGET, 1906, p. 193).

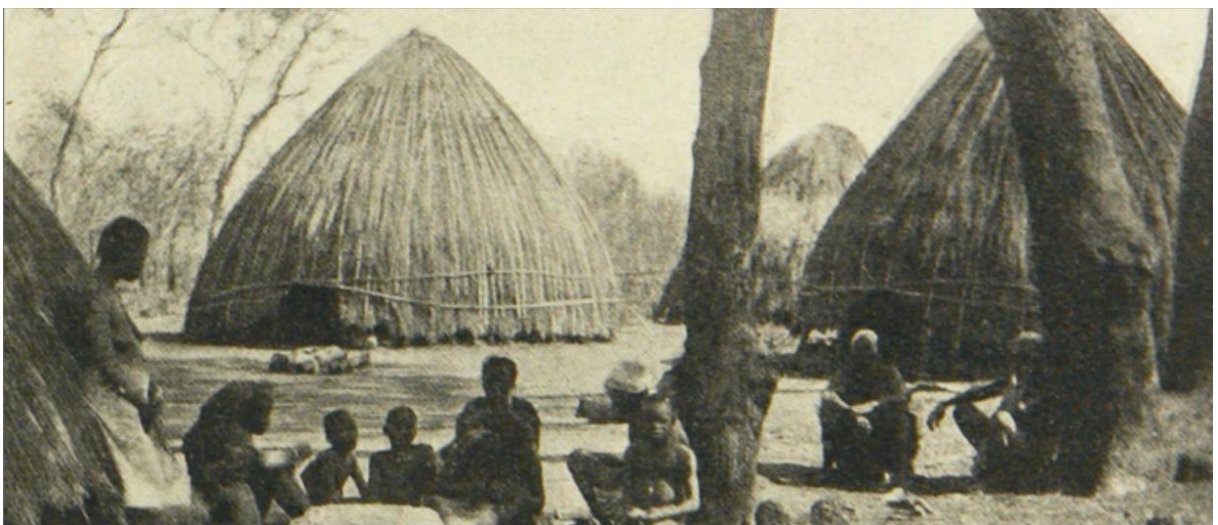


Figura 11 – Tipos Mandingas na Guiné Francesa em 1906. Habitações de plantas circulares. Fonte: (ROUGET, 1906, p. 249).

O clima típico da savana tropical consiste em duas estações bem definidas: uma relativamente fria e seca e a outra quente e úmida. O alto índice de precipitação pluviométrica anual promove o crescimento de vegetação e torna possível a produção de culturas, sendo a agricultura a atividade predominante. A alternância entre as estações úmidas e secas, a disponibilidade de solos argilosos e o modo de vida sedentário dos produtores favorece o surgimento de uma tipologia arquitetônica que abrange ambas as estações (OLIVER, 1997).

Esta tipologia deve proteger os habitantes dos ventos frios cortantes e ao mesmo tempo resguardar os mesmos do intenso sol do meio-dia. As paredes externas erigidas em terra crua detêm a capacidade de isolamento térmico, o que permite o acúmulo do calor do dia e a sua manutenção para o conforto da noite. A forma circular, em contraste com a retangular, contribuiu para a concentração da radiação térmica em um espaço central, fechado e interior. Ao contrário da costa, o construtor da savana irá evitar a ventilação pelas aberturas, retirando as janelas¹² e reduzindo as dimensões da porta única, assim as propriedades térmicas oferecidas pelas paredes em terra crua são maximizadas.

Os abrigos são construídos para servir a uma variedade de funções, sendo que a primeira destas se relaciona à criação de um micro-clima apropriado a seus residentes. As construções não podem modificar o clima, mas devem controlá-lo, instituindo condições internas de conforto capazes de minimizar as variações climáticas das estações. O conhecimento dos povos tradicionais sobre o clima permitiu que estes adotassem diversas soluções arquitetônicas ao longo do tempo, sendo que estas ainda são encontradas na arquitetura popular africana.

Por outro lado, a ausência de vegetação densa na savana permite uma incidência mais intensa de luz nas superfícies. O contraste entre luz e escuridão criado por planos perpendiculares, típico das florestas tropicais, é convertido em sombra suavemente graduada nas Savanas, com a adoção de formas arredondadas e curvilíneas, e o emprego de paredes em terra crua, que detêm uma textura áspera (PRUSSIN, 1974).

¹² A existência da janela é relativamente recente na arquitetura africana, pois nas formas tradicionais de habitação não havia a presença das mesmas nas casas. Assim, as senzalas dos escravos que foram apresentadas pela literatura científica como uma forma desumana de habitação não encontram respaldo técnico na história, já que se trata de uma forma tradicional da arquitetura africana e não uma solução adotada pelos senhores com o objetivo de dificultar a fuga (WEIMER, 2005).

Além da escassez de madeira tem-se que a construção em terra crua torna-se mais adequada às condições climáticas, pois o próprio clima seco permite o uso de materiais em terra sem estrutura de suporte e reforço. As paredes curvilíneas em terra crua são rebocadas de ambos os lados, além disso os terraços de terra pisada ou com coberturas em palha, se tornaram a solução onipresentes dos domicílios dos agricultores sedentários da savana.

Percebe-se assim que o solo é o principal material de construção na África Ocidental, tanto para a região da floresta como da savana. A sua composição granulométrica permite que se tornem coesos quando expostos ao vento, tornando-os adequados às construções, por conter uma variação ideal de areia, silte e argila. Entretanto quando estas granulometrias ideais não eram encontradas, os antigos construtores se utilizavam de outros elementos naturais para a correção dos solos. O esterco de vaca, os sucos vegetais e a palha picada eram aplicados de acordo com cada tipo de solo e também de acordo com o método construtivo da região.

Outra solução adotada pelos povos que viviam próximos a rios como os Konkomba e os Sorko que se assentaram ao longo dos bancos do Niger, os Oti, no rio Volta e os Bani era a de utilização de conchas e espinhas de peixe como um agente de endurecimento para as suas argamassas de terra. As conchas do rio se transformavam numa substância parecida com a cal, e que quando misturadas com a terra crua promoviam paredes de superfície lisa e rígida, o que facilitava a decoração e oferecia uma maior durabilidade a estas estruturas (PRUSSIN, 1974).

A pedra, com origem em afloramentos graníticos, lateritas oxidadas e calcários foi utilizada como material preferencial em algumas regiões, em detrimento do solo. Esta foi empregada nos centros urbanos medievais da África Ocidental - entrepostos do antigo comércio transaara – mas também nas sedes das dinastias do grande império africano construído em pedra, como também nas habitações dos povos Dogon, aninhada na escarpa granítica do Bandiagara, Mali (PRUSSIN, 1974).

Uma das dificuldades de se construir com pedra é o fato de que as ferramentas disponíveis ao construtor, em regiões onde este material abunda, não eram adequadas para a sua limpeza, aparo e corte em blocos regulares de construção. Portanto, essas pedras encontradas dependiam de uma camada de argamassa de terra capaz de assumir faces redondas. A construção com pedras regulares encontrada em antigas capitais e centros de mercado como Koumbi, Tegdaoust, Walata, Tichit e até Timbuktu são resultado, provável

de uma disponibilidade local de arenito estratificado que, facilmente dividido, deixava uma superfície plana. (PRUSSIN, 1974) Entretanto, as construções em terra crua dominam amplamente a paisagem rural da África Ocidental, sendo que a pedra se restringe a exemplares monumentais e, em alguns casos, como resquícios da permanência europeia nestas regiões.

Entretanto, independentemente do tipo de material empregado, há uma relação que se estabelece entre as sociedades africanas e as tecnologias empregadas. A habitação é processo e artefato, concebido por homens e mulheres com capacidade e vontade de moldar seu ambiente familiar e relacioná-lo com a sua comunidade. Assim, a sensibilidade e conhecimento prático são fatores primordiais para se construir de forma harmônica com seu ambiente físico, incorporando valores e necessidades especiais a estes, e criando com autenticidade a sua respectiva forma construída.

A criação de formas arquitetônicas se relaciona diretamente com o ambiente tecnológico de cada sociedade, que perpassa pelo uso dos materiais, das ferramentas empregadas, da especialização de habilidades, da divisão do trabalho e da distinção entre o processo de construção individual e o comunal. A relação entre estas especificidades do trabalho construtivo é fundamental para o entendimento do desenvolvimento da tecnologia de construção da África Ocidental.

A construção de uma nova moradia ou de um assentamento envolve o dono e os membros de sua extensa família, assim como a comunidade como um todo, sendo este um processo de construção comunal. Nas savanas, a terra é trazida pelo homem das áreas de captação adjacentes, a água é carregada pelas mulheres para a mistura da terra até a consistência adequada, e o barro amassado é então moldado em bolas esféricas, cônicas e cilíndricas e entregue ao proprietário – o construtor mestre – que os define no local. Desta forma, o proprietário é o construtor mestre de sua casa, mas as habilidades de construção estão nas mãos de todos os integrantes da comunidade.

A prescrita divisão do trabalho entre homens e mulheres não é mero acaso, esta reflete as funções atribuídas a cada gênero nas sociedades rurais africanas. A jurisdição sobre a terra se relaciona com as responsabilidades agrícolas assumidas pelos membros homens da comunidade, assim como o transporte de água e a provisão estão arroladas ao domínio doméstico, uma responsabilidade da mulher.

A divisão do trabalho e a estrutura familiar de tradição patrilinear que prevalece na vida sedentária agrícola tem ainda mais ramificações para a criação de formas arquitetônicas. Nas sociedades patrilineares os homens constroem comunitariamente, mas também são eles que exercem os direitos jurídicos sobre os residentes, direitos validados por laços genealógicos ancestrais. Por esse motivo, os conhecimentos sobre construção são transmitidos socialmente através das linhagens dos homens.

A mulher, por outro lado, pode se casar na própria comunidade ou eventualmente se casar com membros de outras comunidades. Como consequência, embora as tradições de construção tendam a ser conservadoras e a mudarem lentamente, os elementos decorativos de superfície estão mais suscetíveis a mudanças, já que este é aplicado pelas mulheres, e esta está envolvida em uma interação social frequente e diversa.

As ferramentas permitem a utilização dos recursos naturais disponíveis, no entanto estas estão restritas a certas condições ambientais, como é o caso dos construtores rurais que fazem uso das mesmas ferramentas utilizadas em suas atividades agrícolas. Os mesmos vasos cerâmicos usados para carregar e armazenar água para cozinhar são usados para carregar a água necessária para a mistura da argamassa de barro. As mãos também são ferramentas utilizadas em varias das etapas de construção, uma discreta habilidade que viaja de mão em mão pelos assentamentos africanos.

Conclusivamente colocamos que as práticas construtivas na África Ocidental envolvem as comunidades como um todo, sendo estas a própria materialização de uma série de apropriações de ordem social, ambiental, técnica e econômica, que podem ser generalizadas em dois arranjos arquitetônicos distintos. O primeiro, como vimos, é o da faixa costeira com suas habitações de planta retangular e quadrada sob pisos elevados, com várias aberturas capazes de promover a ventilação cruzada e o conforto no interior da habitação. E, caminhando em direção ao interior para a região das Savanas encontramos o segundo arranjo, o das moradias de planta circular com coberturas cônicas e um número reduzido de aberturas.

4.3 ASSENTAMENTOS DA ÁFRICA OCIDENTAL

Os aspectos invisíveis da arquitetura popular africana se relacionam ao ambiente social e aos laços que ligam estas comunidades com o meio ambiente físico, já analisado

anteriormente. A compreensão da vida cotidiana revela a visão de mundo destas sociedades. No entanto é primordial entendermos primeiramente como os assentamentos africanos estão estruturados, apresentando as características da arquitetura e relacionando-a aos aspectos sociais. É neste sentido que se pretende desenvolver esta sessão.

Um dos termos utilizados para denominar um assentamento é “compound”¹³. Na literatura internacional este designa uma entidade plural da África Ocidental rural, formada por um número de famílias organizadas sobre uma base de descendência patriarcal¹⁴ que cultiva separadamente ou coletivamente e reside no mesmo espaço. Este espaço se constitui de diversas unidades de moradia individuais habitadas por gerações de uma linhagem apoiada sobre um homem ancestral (PRUSSIN, 1974).

Para Weimer (2008) os assentamentos familiares são denominados “Kraal” e se constituem por um terreno cercado que contém diversas cubatas¹⁵ e espaços sociais, que compartilham características como a delimitação com cercas, a existência de uma entrada única e o uso de espaços externos para atividades comunitárias. A estrutura de formação destas comunidades compreende as habitações e outras formas de construção que servem a propósitos relacionados com a vida. A dinâmica social exige a criação de espaços como celeiros, estábulos, currais, casas de reunião, mercados e locais de culto, que ajudam a sustentar a vida física e espiritual destas sociedades.

Os assentamentos africanos são habilmente localizados uma vez que privilegiam a proximidade aos recursos naturais e a sua própria defesa. Os lugares escolhidos são inóspitos e de difícil ingresso, com apenas um caminho de acesso ao assentamento. A localização é planejada com o intuito de que o assentamento se funda na paisagem tornando-se dificilmente visível até mesmo a uma pequena distância. O efeito da ocultação se completa com a construção de muros capazes de proteger as famílias de animais selvagens e de clãs inimigas (FOYLE, 1953).

Os tipos de assentamento que prevalecem na região das Savanas são os semi-dispersos e os dispersos, em detrimento dos assentamentos nucleados. Esta classificação se refere à composição de uma série de construções arranjadas informalmente que no entanto obedecem a rígidas associações clânicas ou familiares.

¹³ Este termo foi utilizado pelo império Britânico na África e na Ásia para designar as aldeias fortificadas, sendo assim os autores ingleses e americanos se utilizam desta antiga terminologia.

¹⁴ Comunidades matrilineares também são encontradas na África Ocidental, mas estas são minorias.

¹⁵ Segundo WEIMER (2005), por cubata deve-se entender uma construção que abriga uma só atividade, como uma cozinha, um dormitório ou um sanitário.

Em todos estes são encontradas guaritas e celeiros, o primeiro é concebido como um caramanchão e posicionado na entrada do assentamento, sendo utilizado para o descanso dos adultos e a supervisão da circulação de entrada e saída do “compound”. Os celeiros guardam a produção anual de cereais como o milho e o sorgo, consistindo em um contenedor da garantia de continuidade para a sobrevivência das famílias, e sendo ornamentados de acordo com as práticas e simbologias do grupo (OLIVER, 1997).

Os diferentes ambientes físicos demarcados geram conseqüentemente uma gama de atividades econômicas praticadas por seus habitantes, atividades que por sua vez influenciam e até ditam formas particulares de arquitetura. Na floresta tropical as culturas de subsistência são tubérculos como a mandioca e o inhame, as quais não requerem estocagem anual. Na região das savanas, entretanto predomina o cultivo de cereais como o milho, que requerem armazenagem de uma colheita para a outra. Portanto, o celeiro em terra crua, característico da arquitetura da savana é raramente encontrado, nos trópicos úmidos.

As moradias nestes assentamentos estão sujeitas à cinética da estrutura social, sendo necessária certa capacidade de adaptação a mudanças que venham a ocorrer na vida das famílias. À medida que a família cresce com a entrada de cônjuges e filhos, o assentamento e as próprias habitações se expandem pela inclusão dos novos, o que é claramente perceptível na demarcação e extensão dos espaços.

A terra crua como material de construção e as estruturas transitórias destes assentamentos são particularmente adequadas para acomodar modificações ocorridas nas relações humanas. Se um dos membros desta extensa unidade familiar partir, morrer ou estabelecer novos laços sociais e econômicos, essas mudanças são facilmente arrançadas por alterações físicas.

Apesar de a “permanência” ter sido considerada ao longo da história um tradicional cânone da qualidade arquitetônica, recentes preocupações com a mobilidade na sociedade contemporânea têm gerado um novo interesse nos aspectos cinéticos da forma arquitetônica. Aqui também a cena africana oferece abundantes recursos. Com exceção das ruínas em pedra de um número de cidades medievais, existe pouca evidência para uma arquitetura africana com o emprego de materiais permanentes. O conceito de permanência existe talvez apenas na medida em que este marca o “espaço sagrado” para a habitação ancestral.

O próprio conceito de habitação é visto principalmente a luz da continuidade familiar e sua organização social. A casa, como local central da existência humana, onde o homem encontra sua identidade, é também uma expressão concreta da continuidade que marca o ciclo da vida da família que habita. As paredes da casa parecem existir quando os espaços anexos são ocupados. Uma edificação sem ocupantes é sem vida e isso irá leva - lá ao arruinamento, a não ser que esta seja imbuída com significados sagrados que justifiquem a sua contínua manutenção. Essa qualidade da transitoriedade do material se estende para além da casa e chega à vila. A não permanência, entretanto, não pressupõe a ausência de um sistema estável de espaço mas conota renovação, rejuvenescimento e renascimento.

O plano de um assentamento da África Ocidental apresenta ao observador não somente o tamanho do grupo de ocupantes como um todo, mas a precisa hierarquia de relações existentes entre seus membros. A distribuição dos espaços de moradia revela a relação entre esposas e maridos, entre pais e filhos, definindo áreas de responsabilidade e territorialidade. A disposição das unidades reflete não apenas as relações entre residentes, mas a relação destes como um todo e com toda a extensão que estes cultivam.

Todos estes aspectos da arquitetura popular africana estão representados iconograficamente em um mapa de 1743, publicado na Alemanha, fundamentado no trabalho anterior do cartógrafo francês Jean Baptiste d'Anville (Fig. 12). O mapa¹⁶ mostra a África Ocidental da atual Mauritânia ao norte até o Gabão ao sul, e traz uma ilustração no canto inferior esquerdo com a representação de um assentamento africano e detalhes dos trajes, casas e atividades domésticas. A autoria é desconhecida, no entanto sabe-se que estas foram feitas com base nas descrições do Padre Labat¹⁷, constantes nos relatos de sua viagem a Guiné entre 1725 a 1727.

¹⁶ Os geógrafos antigos se referiam a África como "Aethiopia", sendo este substituído, a partir do século XV, pelo termo Nigritia para designar o interior do continente. Entretanto, este mapa usa os dois termos. A legenda do mapa está em latim, sendo traduzida como:

A- morada permanente fortificada de terra vermelha; B- cozinha, separada da casa.

C- choupana para milho e arroz paredes feitas de terra vermelha; D- Choupana na qual reuniam suas próprias coisas e faziam negócios; E- átrio; F- Lugar público, fora do assentamento; G – Costume do rei do reino Iuda que é situado ao longo da Costa do Ouro e Benin; H- Costume da rainha do reino Iuda; I – Capuz de palha.

¹⁷ Padre Labat foi um missionário dominicano francês, explorador e geógrafo que publicou diversas obras de caráter descritivo da África Ocidental.



Figura 12 – A Guiné Propriamente Dita, Bem Como a Maior Parte da Nigricia ou a Terra dos Negros, Aquela Chamada de Etiópia Inferior por Geógrafos Modernos, a Outra Etiópia Meridional. Mapa de 1743 que mostra a África Ocidental e trás no canto inferior esquerdo as habitações de um vilarejo africano e ampliado abaixo. Fonte: Biblioteca Digital Mundial. Disponível em: http://www.wdl.org/pt/item/2586/?r=Africa&a=8000&b=2010&view_type=gallery. Acesso em agosto de 2010.

A ilustração mostra os tipos de habitação dos negros em Cabo Mezurado, antigo porto do trânsito de escravos de domínio francês na atual Libéria. O rio de mesmo nome, Mezurado, permitia o transporte de arroz e milho que eram produzidos nos “compounds” e comercializados com os europeus.

A primeira construção, apresentada na ilustração com a legenda A, é designada como uma “morada permanente fortificada de terra vermelha”. Esta pode ser descrita como a forma tradicional retangular da floresta tropical úmida, com cobertura inclinada em quatro águas, e pisos elevados a fim de captar a brisa. A outra característica marcante desta arquitetura é o emprego da terra crua como material de construção, que aparece na própria legenda, assim como o termo “fortificada” que alude, provavelmente, ao fechamento do assentamento, como pode ser visto na ilustração. A afirmação se confirma, quando se analisa as letras E e F da legenda, que correspondem aos espaços internos ao assentamento, o átrio e os externos a este. Para se ter esta configuração é necessária que haja uma divisa, que se conforma em um muro. É curioso o emprego do termo permanente como qualificativo da morada, sendo possível aferir que esta tipologia apresentava algum diferencial em relação à outra, entretanto não se sabe qual seria esta na visão do ilustrador.

A segunda tipologia é a cozinha, que se molda em uma construção de planta retangular e cobertura de duas águas, de maior comprimento e largura restrita, que tem certa semelhança com uma varanda. O costume destes povos é de cozinhar ao ar livre ou sob um prolongamento do telhado, o que parece ser muito próximo da concepção tipológica da ilustração.

Na legenda da ilustração, a letra C corresponde a “casa para milho e arroz com paredes feitas de terra vermelha”, o que se configura como o celeiro, construção essencial para a sobrevivência das famílias e da continuidade dos assentamentos. Apesar desta tipologia ser característica da região das savanas, onde as culturas de subsistência são tubérculos, aparece aqui a predominância das relações econômicas com os europeus, que compravam cereais como o milho e o arroz, destes povos. Estes celeiros são construídos em terra crua no formato cone-cilíndrico e cobertura cônica. O método tradicional de construção nas regiões da savana da África Ocidental é uma técnica denominada “banco”, sendo característico o seu uso na construção de celeiros.

A quarta tipologia é uma construção definida como uma “choupana na qual reuniam suas próprias coisas e faziam negócios”, uma espécie de espaço de troca, um mercado que se localiza fora dos assentamentos. A terminologia choupana indica que este é um tipo de

abrigo que se forma estruturalmente por pilares de madeira, sem paredes de fechamento externo - um simples telheiro.¹⁸

Aliadas a estas características têm-se outras três que são constitutivas dos assentamentos da África Ocidental: a centralidade, divisa e a verticalidade. A origem da primeira está atrelada ao islã, que por muitos séculos influenciou a região da África Ocidental, e personificou o conceito de “centro” como um ideal. Para muitos povos africanos, o centro do universo é a terra em si mesma, na qual seus ancestrais residem e da qual eles vem, o que valida o conceito da terra ter o caráter sagrado (PRUSSIN, 1974).

Para a região das savanas, onde a terra em si é o material de construção primário, este costume confere àqueles que lidam com este material a condição de seres iluminados e dotados de poderes mágicos especiais. Tradicionalmente, a habilidade especial de erigir uma parede em terra crua é interpretada como um presente de forças sobrenaturais. Os construtores não são especialistas em virtude de seu conhecimento empírico, mas por possuírem poderes especiais concedido a eles pelas divindades da Terra e dos seus ancestrais. De forma a garantir o sucesso do processo de construção, um número de ritos propícios devem ser realizados para eles (PRUSSIN, 1974).

Quanto à crença na existência de um “centro” como um lugar sagrado, esta é aplicada na arquitetura de modo a determinar limites, distinguindo o que é sagrado daquilo que é profano, o que é conhecido e ordenado, daquilo que é desconhecido. Concretamente, o centro é uma circunferência que define, por meio de paredes, os limites e o recinto de um domínio conhecido. As paredes de um assentamento de uma comunidade africana, apesar do fato de ser construída com materiais não perenes, comunicam os limites de um domínio (PRUSSIN, 1974).

O desenvolvimento de uma estrutura política hierarquizada entre os povos loruba, os Fon e os Ashanti instigou novas definições arquitetônicas do espaço. Como as decisões das dinastias foram validadas pelo dom divino e o domínio político foi de muitas maneiras a contrapartida do domínio religioso, existe uma continuidade do reino sagrado ao político, o que denota a clara influencia do Islã.

¹⁸ As demais letras da ilustração se referem às vestimentas de costume de reis e rainhas, que não serão abordados neste trabalho.

Ao invés de representações em terra crua dos ancestrais genealógicos, foi o patrimônio mitológico que formou o assunto representado nas paredes do Palácio e na entrada. As placas de bronze nas paredes do palácio dos governadores de Benin, as esculturas em baixo relevo nos pilares dos Fon palácio de Abomey, assim como os motivos arabescos nos santuários Ashanti refletindo o rico conhecimento proverbial dos povos Akan, que enquanto diferentes em forma são equivalentes em conceito e função (PRUSSIN, 1974, p. 202, tradução nossa).

A direção vertical é dotada de um significado especial. Ela representa o sagrado e pode conectar o homem terreno ao céu. O eixo vertical também se refere à conquista da gravidade física, que é notada na concepção da arquitetura africana, no caso da posição central do celeiro no assentamento, e do significado simbólico do pilar em terra crua. O conceito da verticalidade também é expresso no uso da altura para a distinção política nas sociedades, que pode ser ilustrada com o fato de que o reino Fon em Abomey não permitia a nenhuma pessoa a construção da sua casa com mais de quatro níveis, entretanto o próprio Palácio tinha cinco níveis. Casas de dois pavimentos eram de direito exclusivo não apenas dos reis de Abomey, mas daqueles de Kumasi, a capital do reino Ashanti, assim como em Benin. (PRUSSIN, 1974)

Os três conceitos que foram considerados, centralidade, divisa e verticalidade se fundam para formar o quarto, a cúpula. A forma cônica foi associada, ao longo da história mundial, com o sagrado – com ancestrais, divina realeza e residências celestiais. O mesmo simbolismo aparece na África Ocidental. Pode-se citar a persistência de estruturas arredondadas nos mausoléus no reino Fon em Abomey, em Daomé, os santuários dos deuses Ashanti e os santuários Bambara, todos no meio de casas tradicionais retangulares.

A compreensão da organização espacial dos assentamentos da África Ocidental exige um amplo conhecimento do ambiente social destes povos, pois as concepções dos espaços de convívio e das próprias moradias se configuram em traduções deste mundo social. Ainda neste sentido percebe-se que os significados atribuídos às estruturas existentes nestes assentamentos extrapolam as suas funções, para se conformarem em preceitos de ordem simbólica. De qualquer maneira, as principais características destes assentamentos se resumem a existência de uma entrada única, a delimitação territorial do assentamento com muros, a presença dos santuários ancestrais assim como de guaritas e celeiros. Além disso, fatores como a proximidade de recursos naturais e a escolha de locais de difícil acesso, que permitam a defesa das comunidades completam o espectro que configura estes assentamentos dispersos, semi-dispersos e nucleados da África Ocidental.

4.4 ARQUITETURA POPULAR AFRICANA EM MINAS GERAIS

Nesta sessão trataremos da arquitetura africana produzida pelos escravos em solo mineiro. Este tema será abordado em duas perspectivas distintas, a primeira examina as origens de uma tipologia arquitetônica identificada nas plantas de alguns dos quilombos que se formaram e floresceram durante todo o período colonial em Minas Gerais. Em uma segunda perspectiva avalia-se a presença das moradias escravas na composição da paisagem mineira, através dos relatos de viagem que descrevem a vista destas habitações nas fazendas mineiras, nos arredores de povoados, arraiais e vilas, assim como nos assentamentos de empresas mineradoras. Estes aspectos se completam e demonstram o rico espectro que envolve a gênese da arquitetura popular africana desenvolvida em Minas Gerais.

Cabe ainda esclarecer que só serão analisadas as tipologias de moradia isolada dos escravos africanos, tanto nas propriedades rurais como nas proximidades das vilas. Essa distinção faz-se necessária, pois existem outros tipos de habitação escrava, como as senzalas e as enxovias, que devido ao seu nível de especificidade não serão tratadas por esta pesquisa.¹⁹

4.4.1 MORADIA ESCRAVA NOS QUILOMBOS MINEIROS

A escravidão foi disseminada e inata à sociedade africana, seu crescimento e desenvolvimento foram independentes do comércio Atlântico. Os europeus simplesmente entraram nesse mercado já existente e os africanos responderam ao aumento da demanda durante séculos com uma escravização intensa (THORNTON, 2004).

Assim, quando os europeus chegaram à África e se ofereceram para comprar escravos, não é surpreendente que tenham sido imediatamente aceitos, tendo em vista que já existia um comércio escravo bem desenvolvido. Este fato pode ser notado quando se avalia o número de escravos nas mãos de proprietários privados, os ricos mercadores africanos, que já faziam negócios com o norte da África e abasteciam o próprio mercado interno.

¹⁹ Na identificação e definição das tipologias arquitetônicas afro-brasileiras feitas por Weimer (2008) aparecem as seguintes categorias: casas isoladas, senzalas, enxovias e quilombos.

Deve-se aceitar que a participação africana no comércio de escravos era voluntária e estava sob controle dos africanos, devido a sua própria estrutura ideológica e social, como observado por Thornton (2004):

[...] O comércio atlântico de escravos e a participação da África tinham sólidas origens nas sociedades e sistemas legais africanos. A instituição da escravatura era disseminada na África e aceita em todas as regiões exportadoras, e a captura, a compra, o transporte e a venda de escravos eram circunstâncias normais na sociedade africana. A organização social preexistente foi, assim, muito mais responsável do que qualquer força externa para o desenvolvimento do comércio atlântico de escravos. (THORNTON, 2004, p. 152)

Contudo, o pensamento convencional sobre a escravidão elaborado pelo estudo das sociedades europeias não se molda na África. As sociedades africanas compreendiam a instituição da escravidão com uma concepção e significado diferente de sua conotação na Europa e nas Américas coloniais. A causa desta diferença está enraizada em uma estrutura institucional onde os escravos eram a única forma de propriedade privada que produzia rendimentos nas leis africanas. A ausência de propriedades privadas de terra e o predomínio da propriedade coletiva levaram a difusão da escravidão na sociedade africana, já que a única forma de propriedade rentável e legal era a humana. Thornton (2004) esclarece:

As pessoas que desejavam investir em formas produtivas de riqueza não podiam comprar terras, pois não existia propriedade privada. Assim, o único recurso era comprar escravos, os quais, como sua propriedade pessoal, poderiam ser herdados ou gerar riqueza. Elas não tinham dificuldade em obter terras para que esses escravos trabalhassem na produção agrícola, porque a legislação africana disponibilizava terras para quem quisesse cultivá-las, livre ou escravo, desde que não houvesse um lavrador já trabalhando nelas. (THORNTON, 2004, p. 140)

Contrariamente, para os europeus a terra era a principal forma de propriedade privada lucrativa e a escravidão ocupava uma posição relativamente inferior. Assim, na Europa, a forma de investimento seguro e com retorno financeiro estava baseada na compra de terras, que por si só não produziam riqueza, e por isso eram exploradas pelo proprietário com o emprego de mão-de-obra. Esses trabalhadores eram contratados e assalariados, sendo que os escravos eram usados apenas quando o trabalho era difícil, exigente e degradante e por isso frequentemente maltratados. No entanto, isso não se reproduzia necessariamente na África, pois os escravos não recebiam um tratamento diferenciado dos demais trabalhadores.

Assim, aqui se apresenta uma questão primordial. Se o negro já estava na condição de escravo em seu país de origem, porque este não aceitou a escravidão no Brasil? A

compreensão deste fato se baseia na excessiva violência a qual esta mão-de-obra estava exposta, e que ocasionou a sua resistência e resposta à exploração de diferentes formas, que se iniciavam com a má vontade e a sabotagem ao trabalho, a revolta, e que culminavam na fuga para quilombos.

Os detalhes da opressão sofrida pelos negros no Brasil fazem parte do estudo de Freyre (2010) acima dos anúncios de jornais sobre a busca e captura de escravos fugidos no século XIX (FIG. 13). O autor flagra as relações que se estabeleciam entre os escravos e seus proprietários, e conclui que em muitos casos aqueles que estavam fugidos tinham sido maltratados por seus capatazes antes da fuga. Além disso, o próprio texto descrevia marcas de violência e deformidades físicas, que indicavam os maus tratos que recebiam por parte de seus senhores ou proeminentes do excessivo trabalho aos quais estavam submetidos. Assim, para a implementação da escravidão no Brasil foi necessário o uso da violência que gerou a resistência dos escravos, e a conseqüente existência de quilombos, uma realidade onipresente em todo o nosso período colonial.

Quilombo é seguramente uma palavra originária dos povos de língua bantu²⁰ especificamente de língua umbundu de acordo com Miller (1976). Na África, esta designação se refere a uma instituição sócio-política e militar capaz de reunir grande número de etnias desvinculadas de seus clãs que eram submetidos a rituais de iniciação.

A iniciação conferia a estes homens forças e qualidades específicas aos grandes guerreiros. Além disso, esta detinha a função de unificar e integrar ritualmente homens de linhagens distintas ao grupo de origem, fortificando o caráter transcultural desta instituição. O quilombo africano se caracterizava por uma estrutura centralizada e liderada por um guerreiro chefe que comandava com disciplina militar seus súditos.

Mas a criação desta estrutura é resultado de uma longa história que envolveu povos e regiões em conflito pelo poder e que gerou a cisão de grupos e a migração em busca de novos territórios, com a conseqüente ligação entre etnias alheias através de alianças políticas. Todo este processo ocorrido entre os séculos XVI e XVII, culminou no aparecimento e posterior amadurecimento da instituição africana intitulada quilombo, que

²⁰ Contemporaneamente, a palavra bantu designa uma área geográfica e um complexo cultural específico dentro da África Negra, sendo esta uma palavra herdada de estudos lingüísticos ocidentais que identificaram a existência de raízes similares e as classificaram em famílias principais. Segundo os lingüistas comparatistas especialistas da área bantu, esses povos hoje com identidades diferentes foram no início grupos criados por irmãos (MUNANGA, 1995).

surpreendentemente apresenta semelhanças com a sociedade de negros que se formaram e floresceram durante todo o período colonial no Brasil, o quilombo.

Este vocábulo consta em inúmeros documentos manuscritos referentes à capitania de Minas Gerais e existentes no Arquivo Histórico Ultramarino²¹, e foi utilizado pelos portugueses para designar as povoações africanas construídas nas matas básicas pelos africanos em diáspora. Mas o emprego desta denominação dos dois lados do Atlântico pressupõe que, na percepção dos portugueses, as semelhanças entre as estruturas encontradas no Brasil e aquelas identificadas na África eram notáveis. Isso torna-se claro quando se atenta ao fato de que o período de amadurecimento desta instituição na África é aquele compreendido pela presença portuguesa neste continente.

Outra hipótese a ser levantada é a de que os próprios escravos tenham se utilizado desta denominação por entenderem que o processo histórico do quilombo na África era similar ao que eles estavam submetidos no Brasil. Entretanto, torna-se irrelevante o fato de quem se utilizou desta mesma denominação - colonizador ou colonizado - já que a chave para o entendimento da questão está na percepção de uma destas culturas quanto à similaridade entre as estruturas criadas no Brasil e na África.

O conceito de quilombo que vigorava oficialmente no século XVIII aparece nos regimentos emitidos pelo governador de Minas no período. O intuito destes documentos era de determinar medidas que pudessem evitar ou controlar as fugas para os quilombos. No regimento dos capitães do mato de 12 de dezembro de 1722, Dom Lourenço de Almeida, determinava os valores a serem pagos pela captura de negros fugidos, sendo que a definição de quilombo aparece como “distantes da povoação onde estejam acima de quatro negros, com ranchos e pilões, e modo de ali se conservarem”. Já na provisão régia expedida pelo Conselho Ultramarino em 1741, a definição de quilombo aparecia como “toda habitação de negros fugidos que passasse de cinco em parte despovoada ainda que não tenha ranchos levantados nem nela se achem pilões”.²²


²¹ Logo após a restauração da independência, o rei Dom João VI estabeleceu o Conselho Ultramarino, cujo estatuto foi dado a público no dia 14 de julho de 1642. Este se ocupava de todas as matérias administrativas que fossem relativas às partes ultramarinas, Índia, Brasil e Guiné. A documentação original se encontra no Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa, Portugal.

²² A legislação acabou por produzir uma expressiva quantidade de bandos, alvarás, regimentos e ordens régias. A série legislativa de que se dispunha na colônia sobre os quilombos e capitães-do-mato são: a provisão de 12 de janeiro de 1719 que manda observar a prática de haver capitães-do-mato; o regimento baixado por dom Lourenço de Almeida em 1722; as provisões de 24 de fevereiro de 1731 e de 31 de dezembro de 1735 que concedem a pena de morte sobre os escravos que matassem seus senhores; o alvará de 3 de março de 1741 que mandava marcar com um F a espádua de fugitivos; e o de 12 de junho de 1741 que se refere aos assaltos aos quilombos.

1854

CRIOULO FUGIDO.

RS. 50U000



DE ALVIÇARAS

Anda fugido, desde o dia 18 de Outubro de 1854, o escravo crioulo de nome

FORTUNATO,

de 20 e tantos annos de idade, com falta de dentes na frente, com pouca ou nenhuma barba, baixo, reforçado, e picado de bexigas que teve ha poucos annos, é muito pachola, mal encarado, falla apressado e com a bocca cheia olhando para o chão; costuma ás vezes andar calçado intitulado-se forro, e dizendo chamar-se Fortunato Lopes da Silva. Sabe cozinhar, trabalhar de encadernador, e entende de plantações da roça, donde é natural. Quem o prender, entregar á prisão, e avisar na côrte ao seu senhor Eduardo Laemmert, rua da Quitanda n.º 77, receberá 50U000 de gratificação.

Rio de Janeiro. — Typ. Universal de LAEMMERT, Rua dos Invalidos, 61 B.

Figura 13 - Crioulo fugido: desde o dia 18 de outubro de 1854, de nome Fortunato: RS 50U000 de Alviçaras. A imagem do negro traçoeiro, ladrão e fujão foi sendo reforçada ao longo da história, como consta nos textos dos anúncios de jornal e nesta iconografia que evidencia a figura de um negro com uma trouxa amarrada com um pau nas costas. Fonte: Fundação Biblioteca Nacional. http://bndigital.bn.br/scripts/odwp032k.dll?t=xs&pr=fbn_dig_pr&db=fbn_dig&disp=list&sort=off&ss=new&arg=crioulo+fugido&argaux=crioulo+fugido&use=kw_livre&x=0&y=0. Acesso em abril de 2011.

A primeira definição se atém a quatro componentes capazes de caracterizar um quilombo, são estes: a distância do assentamento com relação a povoação - distantes; uma quantidade mínima de fugitivos – quatro negros; a presença de moradias – os ranchos; e o pilão - um utensílio que transforma grãos em alimento e que simbolizava a manutenção da vida comunitária e conseqüentemente um modo de ali se conservarem.

O significado atribuído ao termo na provisão régia de 1741 é distinto daquele descrito no regimento de 1722. Neste há uma ampliação dos componentes que caracterizam um quilombo, pois passa-se da ênfase da condição de sobrevivência continuada nos matos (com ranchos e pilões) para “toda habitação de negros fugidos [...] em parte despovoada”. Além disso, esta definição não exige a presença de moradias e nem mesmo de uma economia de subsistência, representada pelos pilões. A mudança na definição de quilombo é bastante significativa, pois estas são “[...] parecidas mas assentam-se em bases diferentes: uma considera a distância do lugar onde se estabelecem, e a outra a disposição para resistir ou ainda a capacidade de sobreviver por longo tempo nos matos” (LARA, 1996, p.97).

Isso indica que no período compreendido entre a expedição dessas ordens legais tenha ocorrido, possivelmente, uma intensificação das fugas de escravos para os quilombos, o que exigiu das autoridades uma legislação coercitiva.²³ Esta hipótese é confirmada por Guimarães (1983) que se debruçou sobre o acervo documental das câmaras e da secretaria de governo das Minas Gerais, entre os anos de 1710 e 1798, a fim de se avaliar a extensão da instituição dos quilombos sobre esta região, e concluiu que foram descobertos e destruídos pelo menos cento e sessenta quilombos neste período (FIG. 14).

A quantidade expressiva de assentamentos quilombolas em Minas Gerais se apresenta como um fator suficientemente relevante para se fundamentar a primeira característica dos quilombos mineiros. A sua formação e instituição ocorreu nas proximidades dos núcleos de povoamento, já que os escravos não fugiam para muito longe das comunidades urbanizadas. Esses quilombos ficavam num raio de apenas alguns quilômetros das zonas de mineração, não havendo a presença de grandes quilombos mas sim de numerosos e pequenos agrupamentos, em sua maioria sem nome ou identificadas por sua localização (RAMOS, 1996).

²³ Entre os anos de 1718 e 1719, Conde de Assumar manteve intensa correspondência com o rei, e alertava para a movimentação escrava na região das Minas do Ouro, onde haviam vários mocambos de negros, que ameaçavam levar grande ruína aos moradores das Minas (LARA, 1996).

A influência dos quilombos sobre a dinâmica da sociedade mineira compreende todo um conjunto de relações que se estabeleceram entre estas. Para os escravos fugidos era importante manter ou até estabelecer uma teia de relacionamentos comerciais, que permitissem a compra e venda de produtos específicos, além de um trânsito de informações capazes de alertar e prevenir a ação de perseguidores. Deste modo, foram delineadas relações clandestinas com contrabandistas, taverneiros e até mesmo com fazendeiros, assim como relações afetivas entre escravos, forros e quilombolas.

A autonomia²⁴ almejada pelos quilombolas exigia o desenvolvimento de complexas organizações econômicas, culturais e sociais. Os contatos entre as sociedades escravistas e os quilombolas consistiram em um círculo de interesses com lógica própria e capacidade de entrecruzar negócios, solidariedades, tensões e conflitos, e do quais os últimos souberam tirar proveito e conseqüentemente aumentar a sua autonomia (GOMES, 1996). A formação desta trama é intitulada pelo autor como “campo negro”, e este define:

O que denominamos campo negro é essa complexa rede social. Uma rede que podia envolver em determinadas regiões escravistas brasileiras inúmeros movimentos sociais e práticas socioeconômicas em torno de interesses diversos. O campo negro, construído lentamente, acabou por se tornar palco de luta e solidariedade entre os diversos personagens que vivenciavam os mundos da escravidão. (GOMES, 1996, p. 278)

O quilombo com frequência existiu perto e cooperou com elementos da sociedade que ele deixara para trás. Em Vila Rica os primeiros quilombos surgiram no período da descoberta do ouro, prosperaram durante a estabilidade econômica e sobreviveram até o declínio da mineração (RAMOS, 1996). Este é um forte indício da ocorrência de uma colaboração entre os quilombolas, os moradores e os comerciantes de Vila Rica, sendo que esta situação se repetiu em toda a Minas Gerais do século XVIII.

As comunidades quilombolas localizadas próximas às vilas, ou em contato com elas, em permanente confronto com as forças policiais, tendiam a atrair inevitavelmente a atenção de autoridades. Em junho de 1737, o governador Gomes Freire de Andrada advertiu que era chegada a hora de maior vigilância porque “sendo agora que há milho no campo é o tempo em que se costumam juntar os escravos nos quilombos” (RAMOS, 1996, p.186). As autoridades atentavam para o fato de que essas comunidades estariam produzindo milho, e que isso ocasionava uma migração dos escravos urbanos para os quilombos, pois era tempo de colheita.

²⁴ O conceito de autonomia difere do de soberania, uma vez que o segundo tem plenos poderes sobre si próprio, enquanto que no primeiro esses poderes são parciais.

Associado a este fato tem-se que a economia dos quilombos mineiros foi dependente do mercado das vilas próximas e, por outro lado, desempenhavam um papel complementar ao comércio das mesmas. Nas regiões auríferas, a exploração do ouro e diamantes realizada pelos quilombolas tinha como objetivo a troca por suprimentos, assim como o produto de roubos feitos a viajantes e sítios isolados. Também eram negociados em vendas dos centros urbanos os excedentes do cultivo de alimentos. Assim como observado por Reis e Gomes (1996), as atividades econômicas desenvolvidas pelas comunidades de fugitivos, que predominaram em Minas Gerais, foram a produção agrícola, o roubo e a mineração, sendo que a caça, a coleta e a criação de animais estiveram relegadas a segundo plano.

Os escravos fugidos criaram economias próprias e algumas vezes prósperas. Uma petição enviada ao governador de Minas Gerais, em 1767, relata a destruição feita pelo alferes Bento Rebelo a um quilombo localizado na freguesia de Pitangui, onde foram encontrados “quatorze ranchos de capim e plantas de roça que tinham fabricado de milho, feijão, algodão, melancias e mais fruta” (GUIMARÃES, 1996, p.148). Em algumas descrições de expedições foram encontrados relatos de componentes das bandeiras que não foram capazes de carregar os mantimentos armazenados nos quilombos abatidos dada a sua quantidade. A abundância da produção agrícola destas comunidades demonstra uma forte tradição africana.

Deste modo, outra característica dos quilombos mineiros compreende o fato de os escravos não só plantarem e se alimentarem do produto de suas roças, mas de terem sido importantes fornecedores de alimentos para os mercados locais e regionais. Os escravos de ganho e os quilombolas freqüentavam feiras aos sábados e domingos – ou seja, nos seus “dias livres” costumeiros -, onde montavam “quitandas” e vendiam tanto gêneros agrícolas como produtos de caça e pesca (GOMES, 1996) (FIG. 15).

A localização geográfica foi um importante fator de sobrevivência e autonomia das comunidades. Apesar de estarem localizadas próximas de centros comerciais, devido a sua estratégia econômica, o acesso a estes assentamentos de escravos fugidos era difícil, pois era necessária certa proteção contra as constantes investidas policiais. E nesse caso, a paisagem mineira ofereceu aos quilombolas inúmeros acidentes geográficos que contribuíram para a proteção das concentrações de fujões que ali floresceram durante todo o século XVIII.

Além da economia e localização, outro ponto importante a ser analisado é o da formação étnica dos quilombos mineiros. A diversidade cultural foi a marca destas comunidades, que

abrigavam negros de origens distintas²⁵, índios e brancos. Obviamente, ocorre a predominância dos africanos, escravos ou libertos, nascidos no Brasil ou em nações africanas, que como bem define Klein (1987, p.182), “falavam um sem-numero de línguas diferentes e tinham poucos, ou nenhum, laços em comum. Mas sua cor e seu status logo os uniu, e eles puderam lentamente criar uma comunidade e uma cultura no Novo Mundo”. Esse sincretismo interafricano, gerou a criação de novas formas culturais com base em diversas crenças, idéias e práticas dos africanos que compunham a população.

A população quilombola era formada por homens, mulheres, crianças e idosos, com a predominância expressiva dos homens sobre os demais. A presença íncola foi atestada por algumas pesquisas arqueológicas, que encontraram grande quantidade de cerâmica de tipo indígena nas escavações. O fato torna-se significativo, pois sugere que a mescla cultural nos assentamentos quilombolas era intensa e com a presença de diversas categorias sociais, como a de desertores e homens livres pobres.

Desta forma, a visão do quilombo como um assentamento de centenas de escravos fugidos que se reuniam em local isolado para reconstruir uma vida africana em liberdade, cai por terra. Essa concepção clássica de modelo “Palmariana”²⁶ não se enquadra aos quilombos que se formaram em Minas Gerais, pois o número de fugidos era da ordem de dezenas, e não de centenas. Se estabeleciam nas imediações das vilas e mantinham relações ora conflituosas, ora amistosas, com diferentes membros da sociedade. Sobrevivendo da produção de alimentos, da caça, pesca, coleta, mas também da venda de excedentes e de assaltos e sendo formado por diferentes grupos sociais, caracterizando um espaço multiétnico. A intenção dos quilombolas era muito mais modesta do que se pintou na historiografia. Como citado por Carvalho (1996):

Em que pese à essência africana do quilombo, ele deixou de ser uma tentativa de reprodução de sociedades africanas e tornou-se um fenômeno americano, híbrido, uma linha de combate contra o *status quo* que envolvia gente de diferentes procedências étnicas. (CARVALHO, 1996, p. 427)

²⁵ A concentração de negros de um mesmo grupo étnico passou a ser evitada, de modo a dificultar a união entre cativos. A correspondência entre o Conselho Ultramarino e o governador do Rio de Janeiro, a respeito das conspirações de escravos nas Minas Gerais, no início do século XVIII mostra que para evitar as sublevações que se temem, as diferenças entre as nações eram o meio mais eficaz, porque a divisão foi sempre o maior antídoto de semelhantes máquinas. Sua sugestão de que nas Minas se façam introduzir negros de todas as nações, foi aprovada em 1728 (LARA, 1996, p. 88).

²⁶ A atenção dos historiadores esteve voltada para os grandes quilombos, como o de Palmares na Bahia, e o do Ambrósio em Minas Gerais, sendo que estes se tornaram um referencial no estudo da formação de quilombos. “Mas igualmente significativas para a compressão do passado escravista foram às centenas, os milhares de pequenos quilombos que pontilharam o interior do Brasil no século XVIII. A maioria nem chegou a ganhar nome, sendo identificados simplesmente pela localização. Esses quilombos anônimos eram partes integrantes da vida do século XVIII.” (RAMOS, 1996, p.187).



Figura 15 – Quitandeira de frutas. Gravura de uma escrava de ganho de Frederico Guilherme Briggs. Fonte: Fundação Biblioteca Nacional. Disponível em: http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_iconografia/iconpastaz5b.jpg. Acesso em abril de 2011.

Expedição de conquista do sertão empreendida em 1769 pelo Mestre de Campo, Regente e Guarda Mor Inácio Correia Pamplona

Os documentos que descrevem as expedições realizadas para a destruição de quilombos, restringem suas informações ao âmbito militar e da captura dos fugidos. Os aspectos relativos à organização interna, economia, relações sociais, religião e política não estão explicitadas nos relatos. Esta ausência de informações pode ser explicada, em tese, pelo fato destas comunidades serem a representação do desafio heróico dos escravos ao poder colonial e senhorial e a antítese de tudo o que a escravidão representava, tornando-se uma parte embaraçosa deste sistema. Além disso, é importante enfatizar que os documentos foram escritos por autoridades que estavam empenhadas na destruição de quilombos e, assim, o que se apresenta é o pensamento do colonizador branco a respeito destas instituições (PRICE, 1996).

A intenção desta seção é apresentar os pormenores que se encontram nestes relatos e se referem à vida cotidiana nesses assentamentos, procurando identificar possíveis estruturas socioeconômicas e simbólicas – rituais dos quilombos mineiros, assim como, suas estratégias de defesa e moradia, com o intuito posterior de comparar estes aspectos com aqueles relativos aos assentamentos da África Ocidental.

Para isso, nos valeremos da descrição da expedição de conquista do sertão empreendida em 1769²⁷ pelo Mestre de Campo, Regente e Guarda Mor Inácio Correia Pamplona e de seis plantas de quilombos localizados na Capitania de Minas Gerais que estão anexas a esta documentação do século XVIII. As plantas que são alvo de análise da pesquisa se referem aos quilombos de São Gonçalo, dos Santos Fortes, do Rio da Perdição, quilombo de um dos Braços da Perdição, do Ambrosio e da Samambaia.

A jornada empreendida pelo sertão da Capitania das Minas Gerais se iniciou em dezoito de agosto de 1769 e percorreu as regiões de Campo Grande, Caeté e Paracatu. Como descrito pelo próprio mestre de campo, este foi acompanhado de treze cavaleiros, padres, médicos, músicos e cinquenta e oito escravos seus, que carregavam “armas de espingarda, clarinas, facões, patrona, poliora, chumbo e bala” (BIBLIOTECA NACIONAL, 1992, p.53). O provimento de toda a expedição vinha em 52 bestas de carga, com comestíveis, e bebidas,

²⁷ A documentação encontra-se na Seção de manuscrito da Biblioteca Nacional, fazendo parte da coleção Ottoni, que possui o arquivo do Conde de Valadares, com cerca de doze códices reunindo 3.671 documentos manuscritos.

além de uma sortida botica (BIBLIOTECA NACIONAL, 1992). Isso demonstra os grandes investimentos que se fizeram necessários para a destruição dos quilombos em Minas Gerais.

Em todos os dias desta viagem, a tropa amanhecia com os sons dos instrumentos dos músicos que tocavam as Ave-Marias antes mesmo de o reverendo capelão celebrar o santo sacrifício da missa. Após as bênçãos, iniciavam-se os trabalhos ao qual a expedição se propunha a realizar, como o desbravamento de novos caminhos e a construção de pontes, “levando diante de nos bastantes escravos com forces, machados e enxadas, para romperem os matos, e abrirem neles picadas e fazerem pontes nos corgos e ribeirões” (BIBLIOTECA NACIONAL, 1992, p.59). A construção de igrejas em vilas e arraiais que haviam sido fundados, já que a fé católica deveria ser promovida nos quatro cantos daquela região, sendo que o mestre de campo ordenava aos escravos “para abrirem caminhos de carros nos matos vizinhos, cortarem esteios, e lavrar madeiras para o levantamento da capela mor” das igrejas (BIBLIOTECA NACIONAL, 1992, p.64). E finalmente levar a justiça e a cura de enfermidades as populações longínquas.

Entretanto, é ilusório pensar que estes nobres objetivos não eram seguidos por intenções de cunho econômico e político, como a busca por novas áreas de mineração e a destruição de quilombos, com a conseqüente captura de negros fujões. Diante da análise da descrição desta expedição, é possível notar que a “destruição de quilombos” foi o maior destes objetivos e o mais temido pelas autoridades, revelando o medo que se tinha dos quilombolas e da sua atuação em grupos. Inácio Pamplona relata que após uma longa marcha em direção ao sertão a fim de se encontrar ribeirões para a exploração de ouro, estes se alojaram aos pés de uma serra escavada e foi onde:

“[...] viram munto perto de si, e para diversas partes três fogos e julgando os mais Tapijaras do Sertão, que eram muntos negros que se avezinham à nossa cometiva, reciam o ir a explora-los e reconhece-los por mais que o senhor mestre de campo a isso os persuadia, sempre lhe replicaram com apresentação de um grande perigo e que os quilombos eram muitos para aquela parte segundo os sinais dos mesmos fogos e que era publicamente notório que havia para ali quilombo que se compunha de mais de duzentos negros” (BIBLIOTECA NACIONAL, 1992, p.71).

As denúncias feitas às autoridades coloniais mineiras em 1746, a respeito das áreas infestadas de quilombolas na região de Campo Grande, seriam então confirmadas pelo transcorrer da expedição, que localizou cerca de seis mocambos ao longo de sua jornada por estas paragens. Vamos a estes.

Quilombo do Ambrosio

Após arrancharem dentro da fazenda da Misericórdia, que se encontrava a umas duas léguas do Morro da gorita do quilombo Ambrosio, a comitiva seguiu em direção a um grande ribeirão e ali mesmo já receberam a notícia de que havia “rastros de negros que andavam espreitando” (BIBLIOTECA NACIONAL, 1992, p.68). De qualquer maneira, continuaram sua jornada até o quilombo do Ambrosio, onde encontraram “arruinados idifícios e multiplicados fossos, todos crivados de estrepes de que era composto o mesmo quilombo” (BIBLIOTECA NACIONAL, 1992, p.68).

Transparece nos relatos a surpresa da comitiva ao encontrar o assentamento, pois assim se confirmava que “os negros portanto existiam, cavavam fossos e levantavam guaritas nos morros para divisar ao longe o inimigo, tinham casas, roças bem plantadas, paios, gamelas e potes de barro para cozinhar seus alimentos – testemunhos que se somavam a outros tantos” (SOUZA, 1996, p. 205).

A descrição deste quilombo revela que a localização do mesmo era próxima de um ribeirão, onde até a comitiva se dispôs a explorar “miúdos exames dos sucações e buracos até o centro dos seus cascalhos e piçarra, para se perceber se haviam algumas mostras de ouro” (BIBLIOTECA NACIONAL, 1992, p.68). Este fato demonstra que dentre as atividades econômicas desenvolvidas neste quilombo uma destas poderia ser a mineração, entretanto, a principal delas foi a agricultura, como observado por Guimarães (1983), pois este quilombo se formou em uma região agropastoril, o que o condicionava a um determinado tipo de relação com a sociedade escravista a qual estava ligado.

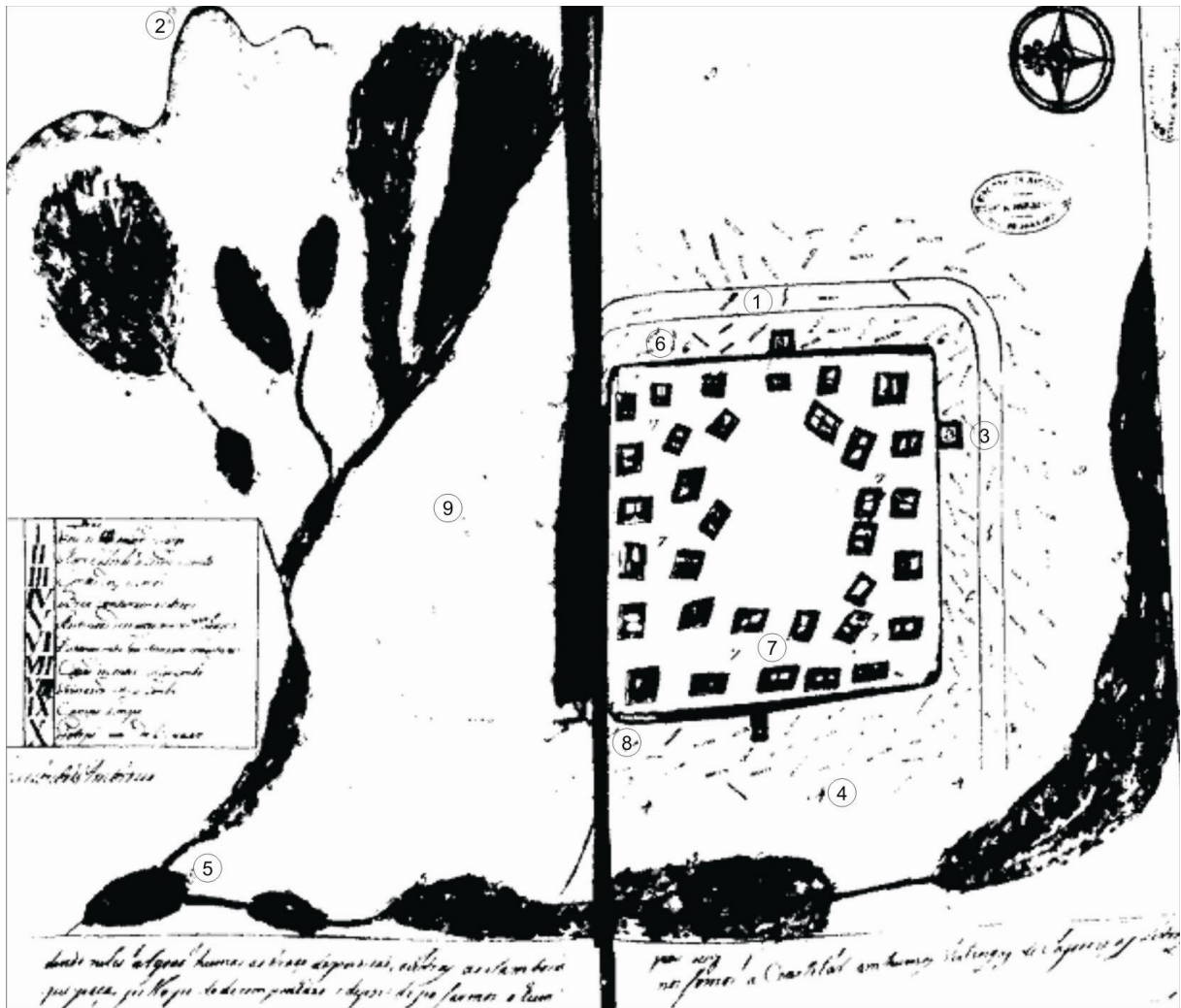


Figura 16 – Planta do Quilombo do Ambrósio. Legenda: 1 – Fosso de 15 palmos de largo; 2 – Morro redondo que servia de gorita; 3 – Goritas do Quilombo; 4 – Brejo, com buracos e estrepes; 5 – Restingas de matos com vertentes de água; 6 – Distância entre fosso, e trinche(i)ra com estrepes; 7 – Casas do Centro do Quilombo; 8 – Trinche(i)ra do Quilombo; 9 - Campo Limpo; 10 – Petipê de 5 passos. Fonte: (BIBLIOTECA NACIONAL, 1992, p. 111, figura modificada pelo autor).

Quilombo da Samambaia, Quilombo dos Braços da Perdição e Quilombo do Rio da Perdição

O Quilombo da Samambaia foi encontrado pelo mestre de campo depois que estes passaram pelo dito corgo do Bom Jesus. Entretanto, segundo a descrição, o que eles encontraram foram apenas vestígios do que havia sido o assentamento, já que o mesmo já havia sido queimado pelo comandante de uma das bandeiras, José Cardoso. Entre as inúmeras benfeitorias que eram realizadas nestas expedições, tem-se o restabelecimento de extensivas lavouras, como no caso deste quilombo onde foram plantadas “uã roça de milho, feijão e algodão, e se plantou um alqueire de milho” (BIBLIOTECA NACIONAL, 1992, p.70).

Havia grande mobilidade dos negros aquilombados nestas regiões, o que se confirmou quando a expedição descobriu que o quilombo da Samambaia era formado por negros que habitavam o quilombo de um dos Braços da Perdição que estava aos pés de outro quilombo na mesma Perdição. De lá se retiravam a fazerem roça na Samambaia “por lhe ficar perto para conduzirem o seu mantimento e daí melhor estabelecer” (BIBLIOTECA NACIONAL, 1992, p.102). Também descobriram que o quilombo da Samambaia se chamara Corisco antigamente, e se localizava próximo de serras altivas, ásperas e fragosas mas, ao chegar no lugar, a diligência foi surpreendida pela ausência dos negros que talvez “tendo nos avistado por meio de suas espias desertaram” (BIBLIOTECA NACIONAL, 1992, p.72).

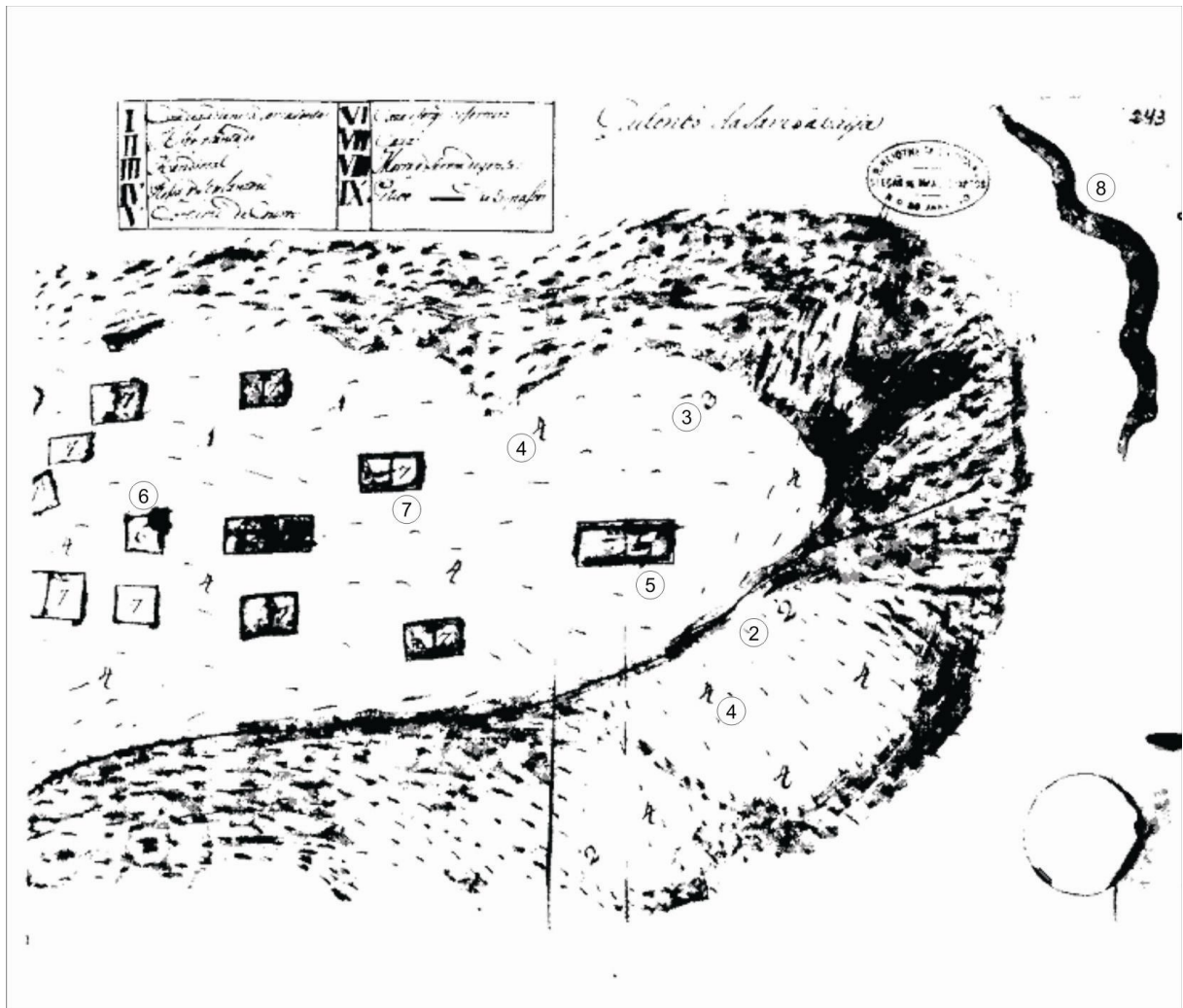


Figura 17 – Planta do Quilombo da Samambaia. Legenda: 1 – Casas de audiência com assentos; 2 – Milho plantado; 3 – Mandioca; 4 – Roça que se plantou; 5 – Curtume de Couros; 6 – Casa e forje de ferro; 7 – Casas; 8 – Morro que servia de gorita; 9 – Peripé de 5 passos. Fonte: (BIBLIOTECA NACIONAL, 1992, p. 112, figura modificada pelo autor).



Figura 19 – Planta do Quilombo chamado do Rio da Perdição. Legenda: 1 – Casa do Concelho; 2 - Casas do Tear; 3 – Morro do Tigre; 4 – Morro do Uribu; 5 – Roça; 6 – Matos. Fonte: (BIBLIOTECA NACIONAL, 1992, p. 110, figura modificada pelo autor).

Quilombo dos Santos Fortes²⁸

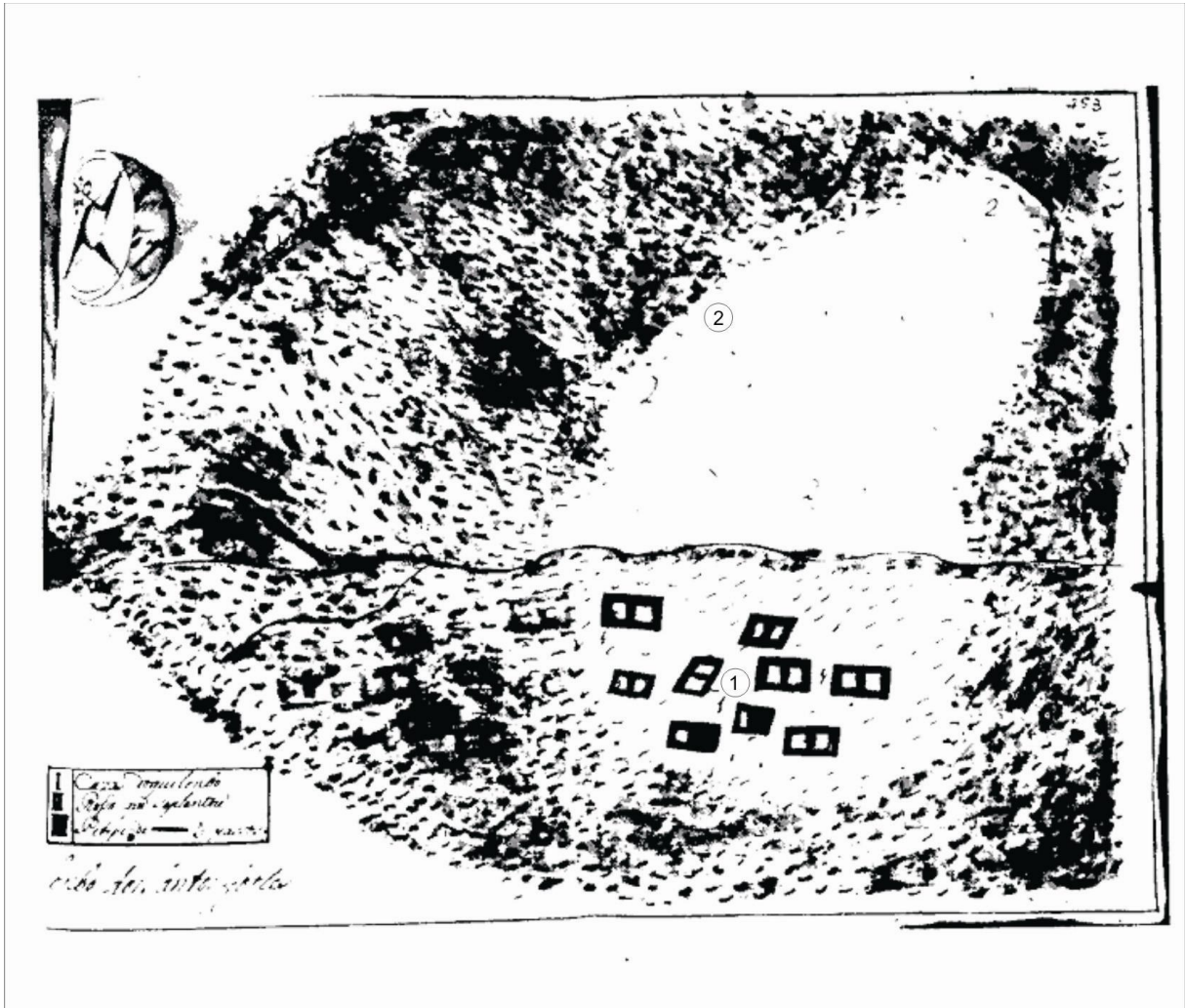


Figura 20 – Planta do Quilombo dos Santos Fortes. Legenda: 1 – Casas do quilombo; 2 – Roça que se plantou; 3 – Petipé de 5 passos. – Petipé: escala de reduções utilizadas em mapas e cartas. Fonte: (BIBLIOTECA NACIONAL, 1992, p. 109, figura modificada pelo autor).

Quilombo de São Gonçalo

A expedição empreendida não chegou a encontrar os negros assentados nos quilombos, mas apenas os vestígios da ocupação e da sua formação. O único caso relatado por Inácio Pamplona, de confronto com os quilombolas, foi o de nome São Gonçalo. O propósito desta

²⁸ A documentação analisada não descreve o Quilombo dos Santos Fortes apenas apresenta sua planta.

nomeação, é sabido pelo mestre de campo que os primeiros negros aquilombados se agrupavam em um quilombo localizado nas cabeceiras do rio das onze mil virgens e de onde tiveram que sair devido a uma grande epidemia ali ocorrida. Aqueles que se salvaram ofereceram ao santo a ereção de um novo quilombo com o nome de São Gonçalo, em sinal de devoção. Com relação ao confronto, sabe-se que o comandante de uma das bandeiras, ao subir a serra de São Rafael, de repente topou com um negro e o prendeu, mas os demais fugiram “para aonde novamente estavam outros camaradas estabelecendo outro novo quilombo para brevemente se mandarem todos” (BIBLIOTECA NACIONAL, 1992, p.102).

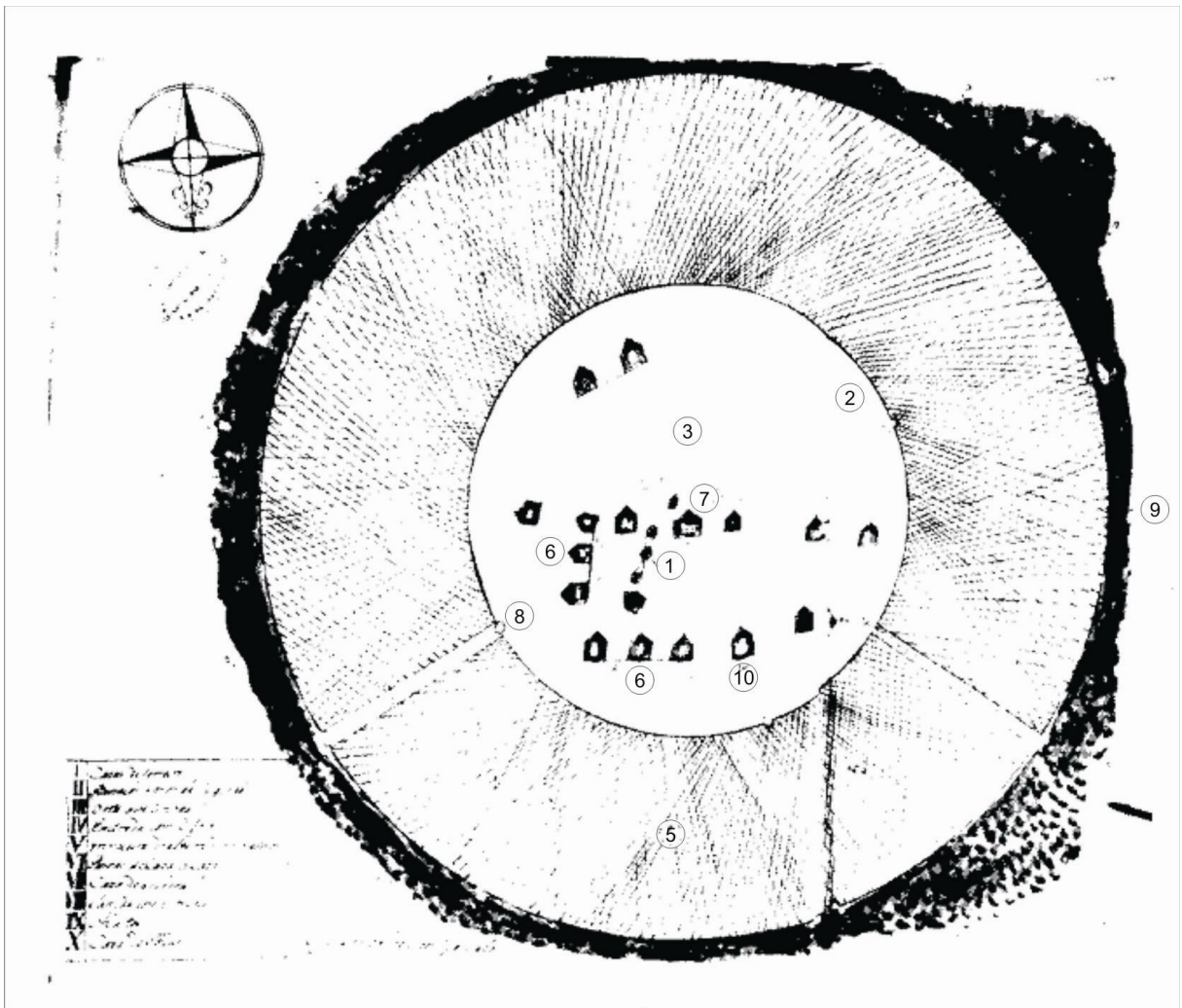


Figura 21 – Planta do Quilombo de São Gonçalo. Legenda: 1 – Casas de Ferreiro, 2 – Buracos por onde fugiram; 3 – Horta que tinham; 4 – Entrada com 2 fojos; 5 – Trincheira de altura de 10 palmos; 6 – Parede de Casa a Casa; 7 – Casa de pilões; 8 – Saída com estrepes; 9 – Matos; 10 – Casa de Tear. Fonte: (BIBLIOTECA NACIONAL, 1992, p. 107, figura modificada pelo autor).

As casas nos quilombos

As plantas dos quilombos mineiros acima apresentadas podem ser coligadas em três grupos distintos, através da análise de critérios específicos. No primeiro grupo tem-se o quilombo chamado Rio da Perdição e o quilombo de um dos Braços da Perdição, que detêm certa similaridade na sua disposição espacial e na representação gráfica das construções. Outro fator de paridade, é que aparecem as mesmas funções dadas às habitações, que se materializam na casa do conselho (ou casa do rei), casa do tear e a roça (algadoais e mandiocal). Além deste, também aparece o desenho representativo de uma cruz no centro do assentamento, fato que já havia sido atestado por Gomes (1997) em quilombos maranhenses, e que o autor sugere ser fruto de um sincretismo religioso afro-brasileiro (FIG. 22).

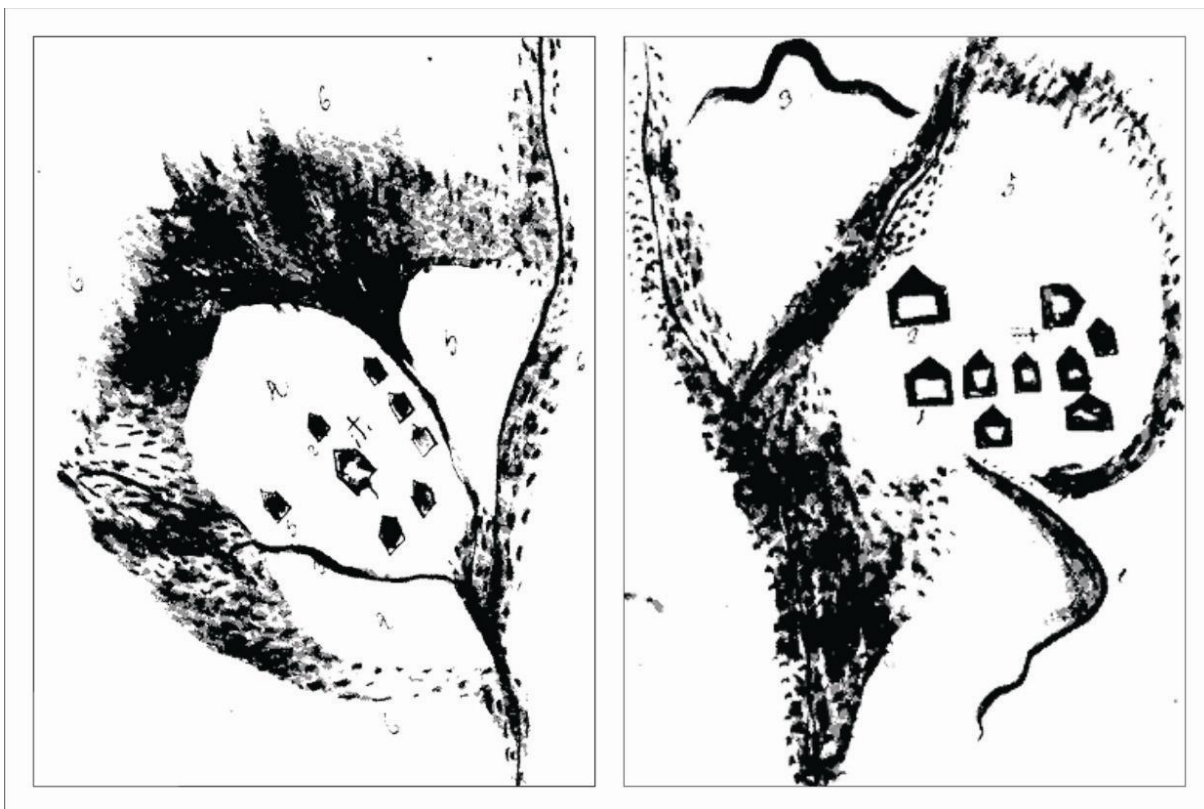


Figura 22 – À esquerda, planta do Quilombo de um dos braços da perdição e planta do Quilombo chamado do Rio da Perdição, à direita. Fonte: (BIBLIOTECA NACIONAL, 1992, p. 108 (Esquerda), p. 110 (Direita), figuras modificadas pelo autor).

Se analisarmos especificamente o quilombo dos Braços da Perdição, vamos visualizar na posição central a construção intitulada de “casa do rei”, que em escala tem um tamanho maior que as demais, atribuindo-lhe certo destaque. Próximo desta está a casa do tear e

uma outra construção que está indicada pelo número cinco e se refere ao mandiocal, que supomos ser um espaço para guarda de alimentos, já que há no desenho a indicação de plantações. O restante das construções imagina-se que sejam as casas dos negros. Já no quilombo do Rio da Perdição, a casa do conselho está também próxima da casa de tear, mas a primeira não é central ao assentamento, e as habitações estão dispersas a estes.

A existência de espaços designativos de “casa do rei” e de “casa do conselho” nestes assentamentos, explicita a presença de lideranças que poderiam ser chefes políticos ou religiosos reunidos em um conselho ou atuando como dirigentes. Obviamente, esta foi uma condição essencial à sobrevivência dos quilombos que detinham um contingente populacional significativo, pois apenas a presença de uma estrutura de poder e de lideranças seriam capazes de garantir alguma unidade, coordenar a resistência e assegurar a reprodução dessas sociedades (FUNES, 1996).

Apesar de sabermos da necessidade e da instituição destas estruturas de poder nos quilombos, ainda não há informações suficientes para compreendermos a extensão do significado cultural e religioso da constituição destes líderes. A denominação “rei” foi utilizada nas descrições das expedições organizadas contra os quilombos, inclusive pelo governador Gomes Freire de Andrade sobre o quilombo do Ambrósio, onde “estão barbaramente por mais de 600 negros que consta estarem com rei e rainha em quilombo, a quem rendem obediência” (GUIMARÃES; 1996, p.160), levando-nos a entender a organização política do quilombo como um regime próximo da monarquia. Entretanto, seria imprudente afirmarmos isto, já que há também alguns relatos de diversas comunidades assentadas em uma ampla superfície que eram governadas por líderes diferentes e algumas vezes rivais.

Recorreremos então ao entendimento das estruturas políticas da África Ocidental neste mesmo período. De um modo geral eram intensas as transformações que estavam ocorrendo nesta região, sendo que podemos dar destaque ao progresso de Daomé à condição de um estado forte e centralizado anexador de outros, que rejeitava a concepção tradicional do estado como uma versão estendida da família. Nesta nova ordem política se institui um monarca absoluto, ao qual se devia fidelidade igualmente absoluta, sendo este o principal fator que irá distinguir o Daomé dos outros Estados (ALAGOA, 2010).

De outra forma, os grupos de língua loruba se organizavam em cidades-estados, pequenos reinos independentes que mantinham trocas mercantis e de legitimidade política, mas que não se caracterizavam pelo estabelecimento de um Império ou Estado unificado. Desta

maneira, as próprias cidades iorubas eram caracterizadas em um reino com suas próprias linhagens dinásticas e nestas existia um rei ou chefe local, chamado de oba, que deveria ter, muitas vezes, sua posição legitimada pelo Alafin, de Oyo, e pelo Oni, de Ifé. E é neste aspecto, que os pesquisadores da história dos iorubas como Robin Law, Robert Smith e Cornelius Adepegba concordam em caracterizar estes povos como aqueles que compartilham uma língua e padrões culturais, mas não formam uma unidade política, e sim numerosos reinos independentes (OLIVA, 2005).

Esta estrutura política exigiu de alguns povos africanos uma entidade complementar ao seu sistema e criou assim a necessidade de novos espaços em seus assentamentos. É o caso dos povos Ewe, que têm a origem da formação dos seus conselhos apresentadas justamente a esta situação, onde se tem um território dividido em inúmeros reinos completamente independentes uns dos outros, que se conformam em uma única cidade dispersa em grande território. Cada rei era eleito patrilinearmente em uma ou duas linhagens das famílias fundadoras e auxiliado por um conselho de anciãos que opinava sobre as decisões a serem tomadas. E ainda, no âmbito das reuniões públicas, durante as quais eram discutidos os assuntos da comunidade, cada adulto do sexo masculino tinha o direito de participar e opinar antes que a decisão fosse tomada pelo chefe e pelos anciãos.

Assim, torna-se imperativo a criação de um espaço necessário ao encontro da comunidade para a discussão, a “casa do conselho”, que passa a ser parte integrante dos assentamentos. Podemos supor que ocorre uma recriação desta concepção de espaço africano, nos quilombos da Samambaia, onde há uma “casa de audiência com assentos” e no quilombo do Rio da Perdição, com a “casa do conselho”.

Comparativamente, é possível supor que a instituição de lideranças nos quilombos poderia estar ligada a práticas de origem africana, o que geraria a formação de estruturas políticas similares àquelas de referência dos povos que vieram para Minas Gerais e, como consequência, o uso de denominações semelhantes, e a criação de espaços análogos.

Dentro desta mesma perspectiva, outro espaço a ser analisado é o do “mandioccal”, que está indicado como a habitação de número cinco no quilombo de um dos Braços da Perdição. Este provavelmente era o lugar de armazenamento de alimentos produzidos no assentamento, ou ainda um espaço de fabricação de farinha. Se faz necessária certa elucidação, pois nos assentamentos africanos da região das savanas havia a presença de celeiros para a guarda de grãos que iriam garantir a sobrevivência da comunidade, o que

não se configura nos quilombos mineiros, pois não há o cultivo de grãos, mas sim de tubérculos, como no caso dos assentamentos da região costeira da África Ocidental.

Este alimento e a prática do seu preparo são inerentes à cultura africana e tornaram-se, por sua influência, um prato típico da culinária brasileira. Mas o trânsito e a troca entre culturas se apresenta ainda no contato entre portugueses e africanos antes da vinda destes como escravos para a América portuguesa. Houve introdução na África de plantas, de objetos e de costumes do Novo Mundo, sendo que segundo Paiva (2006), a mandioca foi o elemento americano de maior apropriação entre os habitantes da África negra, mas certamente não o único. Ainda de acordo com o autor, “a mandioca, a farinha feita a partir dela e o milho, já no século XVII, podem ter sido tomados por produtos nativos de Angola, e generalizando um pouco mais, da África” (PAIVA, 2006, p. 119).

Para a definição do segundo grupo nos valeremos dos mesmos critérios de análise anteriormente apresentados. Pode-se especular que a disposição espacial dos assentamentos do quilombo da Samambaia e dos Santos Fortes apresentam similaridade, quanto à representação das construções, que são retangulares e com uma divisão central. No quilombo da Samambaia tem-se no centro do assentamento a presença da “casa e forje de ferreiro” e de outra edificação que julgamos ser a casa de audiência com assentos. Ao redor destas, estão as casas do quilombo, a casa do curtume de couros e as roças. Já no quilombo dos Santos Fortes, as informações contidas são restritas, pois provavelmente a expedição só encontrou vestígios do que era o quilombo. Sendo assim, só há indicação das casas do quilombo e nada mais, sem distinção de uso (FIG. 23).

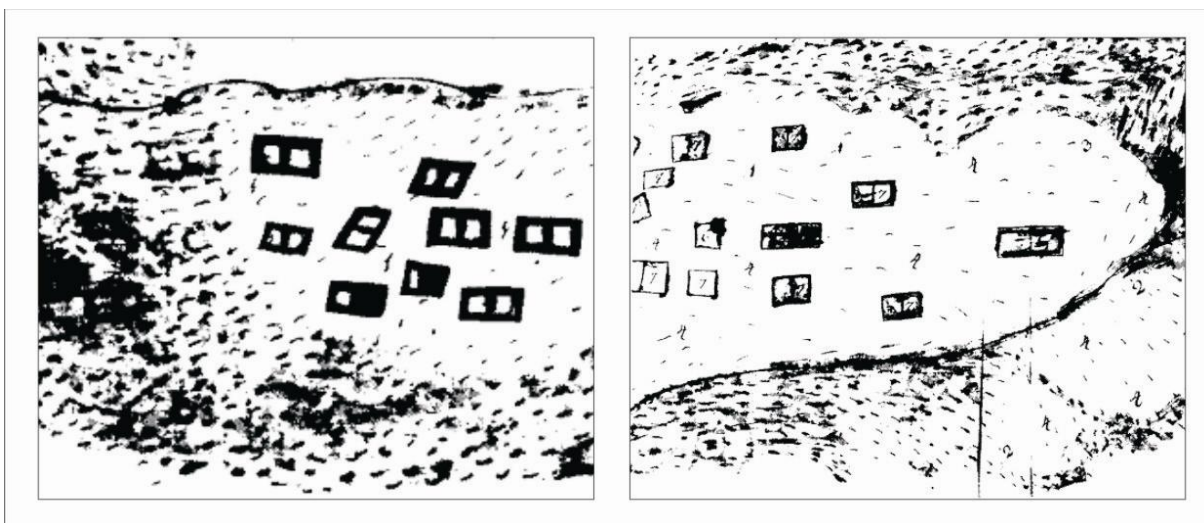


Figura 23 – À esquerda, planta do Quilombo dos Santos Fortes e planta do Quilombo da Samambaia, à direita. Fonte: (BIBLIOTECA NACIONAL, 1992, p. 109 (Esquerda), p. 112 (Direita), figura modificada pelo autor).

Quanto a “casa e forje de ferreiro” é de se supor que esta fosse um espaço onde os conhecimentos técnicos da metalurgia do ferro²⁹, acumulados pelas tradições centro-africanas e pelos povos da África Ocidental³⁰, fossem utilizados para a produção de ferramentas agrícolas, de utensílios domésticos e até de instrumentos necessários à mineração (PENA, 2004). Mas, para além de sua designação funcional, tem-se que a instituição deste espaço revela outras tradições africanas, já que a figura do ferreiro detém distinção social nestas sociedades, o que explica a posição central da edificação com relação ao assentamento.

Na África Ocidental o reino Edo de Benin, o reino Fon de Daomé e uma série de reinos lorubas tiveram como instrumento de dominação e expansão política o uso de exércitos fortemente armados, exigindo destes povos o domínio sobre a fundição e a metalurgia do ferro. Assim o controle do ferro e das suas fontes, significou o controle de forças militares, pois este metal foi essencial para o sucesso das guerras e as guerras por sua vez foram o modo de expansão e construção dos reinos.

As atribuições culturais dos ferreiros do reinado do Congo, segundo Balandier (1992), estão firmadas sobre o pressuposto de que estes eram líderes espirituais e militares, que detinham os segredos da forja e a capacidade de prover às suas comunidades as armas de guerra e os instrumentos para a agricultura. Já nas áreas da África Ocidental, os poderes atribuídos a estes eram de ordem ritual, política e simbólica, como no caso do reino do Daomé, citado por Barnes (1983).

A confiança de Daomé em armas de fogo é firmada explicitamente na relação entre os ferreiros e a coroa. Todo o artesanato do ferro é considerado um trabalho sobre o controle e as ordens do rei. [...] Os ferreiros recebem tratamento especial na África Ocidental. Em algumas sociedades, é um crime sério matar um ferreiro e pode se tornar o motivo de uma guerra. Os ferreiros sempre viajam com suas armas, e acredita-se que esta é uma das maneiras pelas quais as habilidades do trabalho com o ferro são inicialmente difundidas. [...] Outro ponto importante é que em toda a África Ocidental, o ferro é sacralizado desde uma sucata de ferro até um objeto decorativo. (BARNES, 1983, p. 10).

A análise da iconografia das placas e estátuas encontradas nos palácios do Benin revelam que o oba, o rei, e seu mensageiro são retratados segurando um martelo de ferreiro. A

²⁹ “O desenvolvimento do trabalho artesanal do ferro consistia de várias etapas distintas: o garimpo, a preparação do arenito, a manufatura do carvão ou de outros combustíveis, a construção do forno de fundição, a fundição propriamente dita, o refino e tratamento do ferro florado para a forja, e, finalmente, a forja dos utensílios e objetos acabados” (HERBERT, 1993, p.8).

³⁰ O elemento africano foi responsável pela introdução da fundição de ferro no Brasil. Ver (LIBBY, 1988, p. 136).

estátua representativa do sacerdote Osanobua, o deus criador, exposta no Metropolitan Museum, apresenta a cruz no seu peito como um símbolo cosmológico que se refere à criação do mundo. O martelo e o cosmograma que estão em suas mãos, fazem referência à criação do universo e à sociedade organizada, a civilização (FIG. 24). Assim, segundo Herbert (1993) ocorre uma série de correspondências de poder, entre o metalúrgico e o dirigente, sendo que estes devem estar alinhados, já que detem os meios de manipular as forças do mundo cultural e natural. Para os daometanos, eles receberam poderes através de uma filiação genética com ancestrais reis e ferreiros, para serem mediadores entre o natural, tecnológico e a divisão social do cosmos.

Assim, a localização da “casa do ferreiro” em uma posição central aos quilombos pode representar o uso de tradições africanas em solo mineiro que estaria inserida em um contexto de recriação das estruturas culturais. Como bem esclarecido por Gomes (1997), “qualquer tentativa de se identificar africanismos pura e simplesmente não tem mais sentido. Deve-se, pelo contrário, tentar perceber a África reelaborada historicamente no Brasil” (GOMES, 1997, p. 629), para assim entendermos estes indícios das reminiscências africanas.

Com relação ao quilombo da Samambaia, ressalta-se que este é o único a apresentar uma edificação destinada a um “curtume de couros”. Levantamos a hipótese de que o tratamento do couro cru poderia visar a produção e abastecimento da própria economia quilombola ou ainda para ser comercializado com pequenos mineiros. O emprego deste artigo está relacionado a técnicas de mineração, aparentemente empregada nas regiões auríferas da África negra³¹, e tão difundida nas Minas Gerais que em meados dos setecentos faltou couro no mercado mineiro. “Os mineradores e faiscadores do ouro em pó e em partículas, compravam o couro em grande quantidade, provocando o desaparecimento no mercado e a elevação dos preços” (PAIVA, 2002, p. 192).

³¹ Os africanos embarcados na Costa da Mina com destino ao Brasil, eram tradicionais conhecedores de técnicas de mineração do ouro e do ferro, além de dominarem antigas técnicas de fundição desses metais. [...] Ao que parece, o poder quase mágico dos minas para acharem ouro e a sorte na mineração eram na verdade, aspectos alegóricos de um conhecimento técnico apurado, construído durante centenas de anos, desde muito antes de qualquer contato com os reinos europeus da era moderna (PAIVA, 2002, p. 187).



Figura 24 – Mensageiro real em bronze, Benin. Peça do acervo do Metropolitan Museum of Art. Fonte: (HERBERT, 1993, p. 191).

O terceiro grupo de plantas congloera os quilombos de São Gonçalo e do Ambrosio, que diferem entre si e entre os grupos anteriormente apresentados principalmente com relação à tipologia arquitetônica representada graficamente. O primeiro deles apresenta a casa do ferreiro na posição central, e a casa do tear e de pilões próximas das demais habitações.

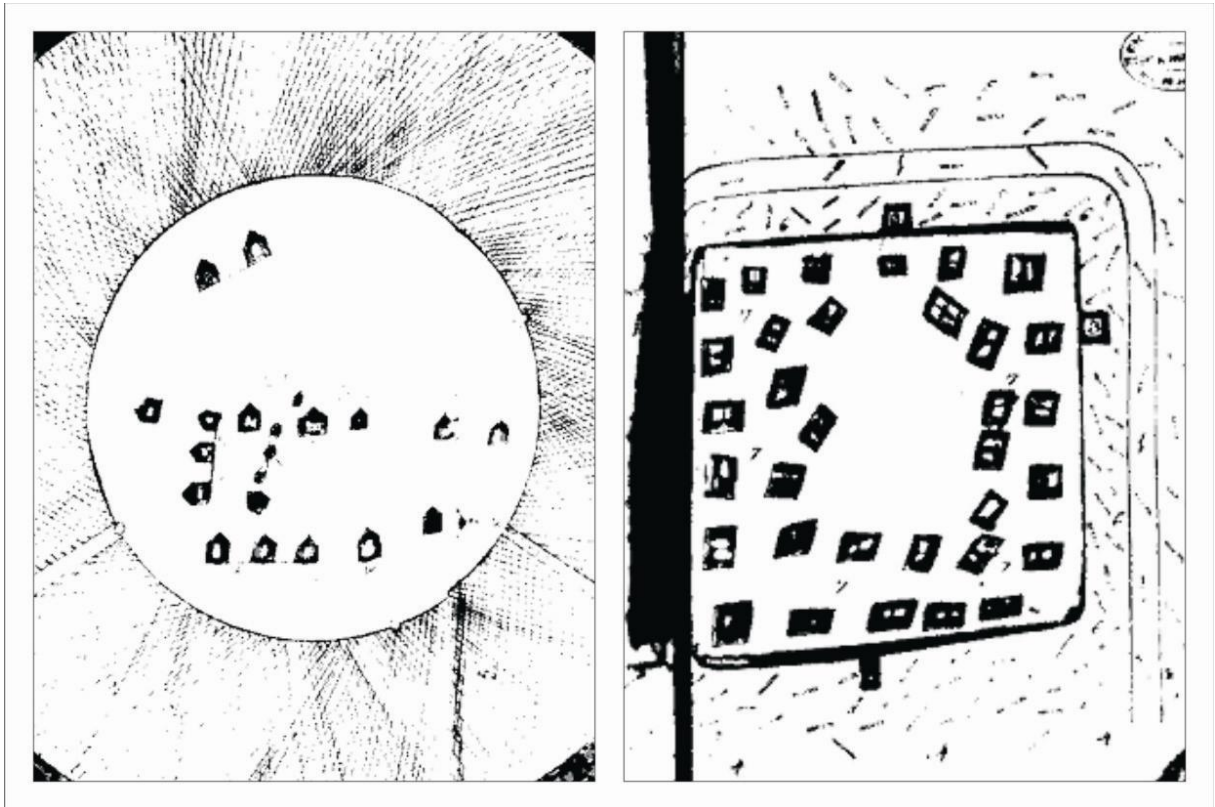


Figura 25 – À esquerda, planta do Quilombo São Gonçalo e planta do Quilombo do Ambrósio, à direita. Fonte: (BIBLIOTECA NACIONAL, 1992, p. 107 (Esquerda), p. 111 (Direita), figura modificada pelo autor).

No relato da expedição, Inácio Pamplona encontra alguns negros que “se ocupavam em fazer farinhas para os mais, as quais o mesmo comandante confiscou junto com vários trastes e panos de algodões feitos ricamente pelos mesmos negros”. Supõe-se que tais atividades fossem desenvolvidas na “casa de pilões” e na “casa do tear”, o que explica a concepção destes espaços no assentamento. A “casa de pilões” seria o lugar concebido para abrigar pilões e certa quantidade de grãos. O arroz seria descascado e o milho transformado em farinha para o consumo da comunidade.

A arte da tecelagem³² aparece nas regiões florestais e costeiras da Guiné Inferior, antes mesmo da chegada dos portugueses a esta região, mas é no século XVIII que esta atingiu entre os akan e os ewe a plena perfeição. Os tecidos multicoloridos kente dos akan, os suntuosos estofos adanudo dos ewe e os estofos adinkra, largos tecidos imprimidos de motivos e símbolos akan tradicionais, alcançaram renome na região de Brong e foram posteriormente copiados pelos ashanti (BOAHEN, 2010) (FIG. 26).

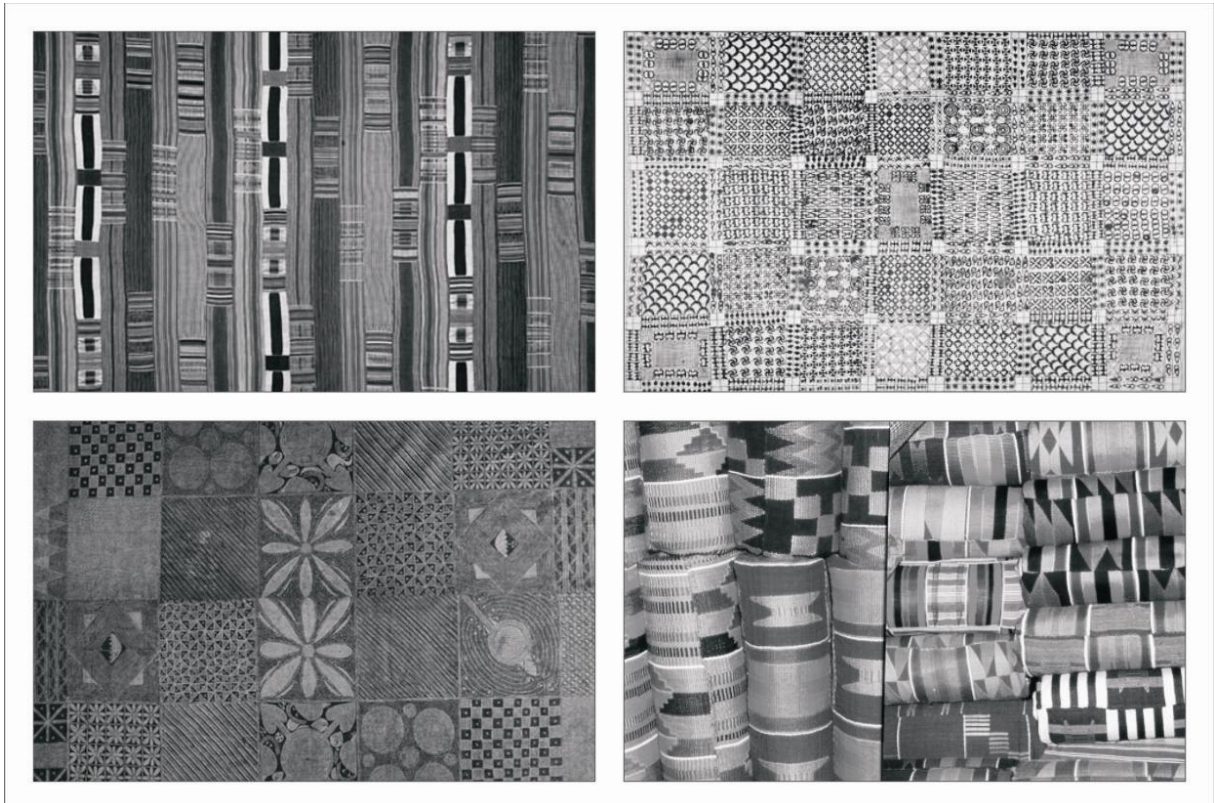


Figura 26 - Tecidos africanos. Fonte: (MEYER, 2001, figura modificada pelo autor).

De acordo com Asakitikpi (2007), em terras lorubas, tecer é uma atividade desenvolvida por ambos os sexos, mas os tecidos produzidos pelos homens diferem dos das mulheres, devido principalmente ao tipo de tear utilizado. Tradicionalmente, os homens teciam em um tear horizontal que produzem tiras de pano de alguns centímetros de largura, enquanto as mulheres tecem em tear vertical, produzindo panos maiores mas muito mais curtos do que aqueles produzidos pelos homens. O tear amplo é fixo e a tecelagem nele restringe as mulheres a determinado espaço, o que não acontece com o tear estreito, que pode ser facilmente desmontado e transferido de local. Além disso, este tear exige um espaço maior

³² As descobertas arqueológicas, que não cessaram de se acumular, mostram que, por volta de 1800, as sociedades da costa guineense dominavam perfeitamente as artes e os ofícios da cerâmica, da escultura (de madeira, marfim e argila), da tecelagem, da ourivesaria e da fundição de objetos (de bronze, cobre e ouro); sendo certos grupos especializados em domínios particulares (BOAHEN, 2010, p. 512).

para que o tecelão possa esticar os fios da teia, sendo comum que esta tecelagem seja feita externamente.³³

Isso nos leva a aferir que a prática artesanal africana se realiza nos espaços do quilombo, com a instituição da “casa do tear”. Esta designação dada pelo mestre de campo confirma a presença de um tear neste ambiente e nos instiga a supor que eram empregados os misteres desta arte para a produção de tecidos e vestimentas destinados ao uso familiar.

Um aspecto comum a todos os seis quilombos se refere a sua localização acerca de recursos naturais, sendo condição fundamental para sua manutenção a presença de rios, solos adequados ao plantio e a proximidade de áreas de caça e pesca. A escolha da topografia também foi uma preocupação dos quilombos, tendo-se em vista que em sua grande maioria estes eram circundados por morros que serviam de asilo e guarita. Assim, o relevo escarpado de Minas Gerais proporcionou aos quilombolas determinada proteção, como notado por Saint-Hilaire (1941) em sua descrição de viagem a Congonhas do Campo, onde ele afirma:

“Os negros fugidos são muito comuns em algumas zonas da província de Minas, principalmente nos arredores de Vila Rica, onde, protegidos pelas montanhas, quase inacessíveis, cometem roubos freqüentes. Geralmente, esses escravos teem, nessas montanhas um esconderijo comum, a que se dá o nome de quilombo, chamando-se quilombolas aos negros aí refugiados”. (SAINT-HILAIRE, 1941, p.175)

Esta particularidade dos quilombos mineiros pode ser traduzida em uma relação de uso africana, pois este mesmo artifício fazia parte dos critérios de escolha da localização dos assentamentos da África Ocidental. Segundo Foyle (1953) as vilas nigerianas são invariavelmente locadas para se obter o maior número de vantagens sobre os recursos naturais. Usualmente escolhia-se o topo da montanha mais alta, onde as casas eram empoleiradas nas superfícies planas, sendo que por ser tão íngreme, o acesso só era possível por um ou dois caminhos. A escolha do terreno era tão habilmente planejada que a vila se integra a paisagem, sendo dificilmente visível até mesmo de uma pequena distância. Esta camuflagem era completada pelo emprego de uma cerca viva espessa e impenetrável.

O sistema de defesa do quilombo de São Gonçalo se utilizava deste mesmo artifício, pois como descrito pelo mestre de campo, todo o assentamento é circundado por uma “trincheira de altura de 10 palmos” sendo que o acesso ao centro do quilombo se dava por dois “buracos por onde fugiam”, ou por dois caminhos com “estrepes”. O quilombo do Ambrósio

³³ Ver Meyer (2001) p. 68 a 83.

apresenta uma estrutura de defesa muito parecida com a do quilombo de São Gonçalo, já que o assentamento é circundado por um “fosso de 15 palmos de largo” e uma trincheira com estepes. Há também a presença de “goritas”, que poderiam ser pontos de visualização sobre os obstáculos naturais ou estruturas construídas para esse fim (FIG. 27).

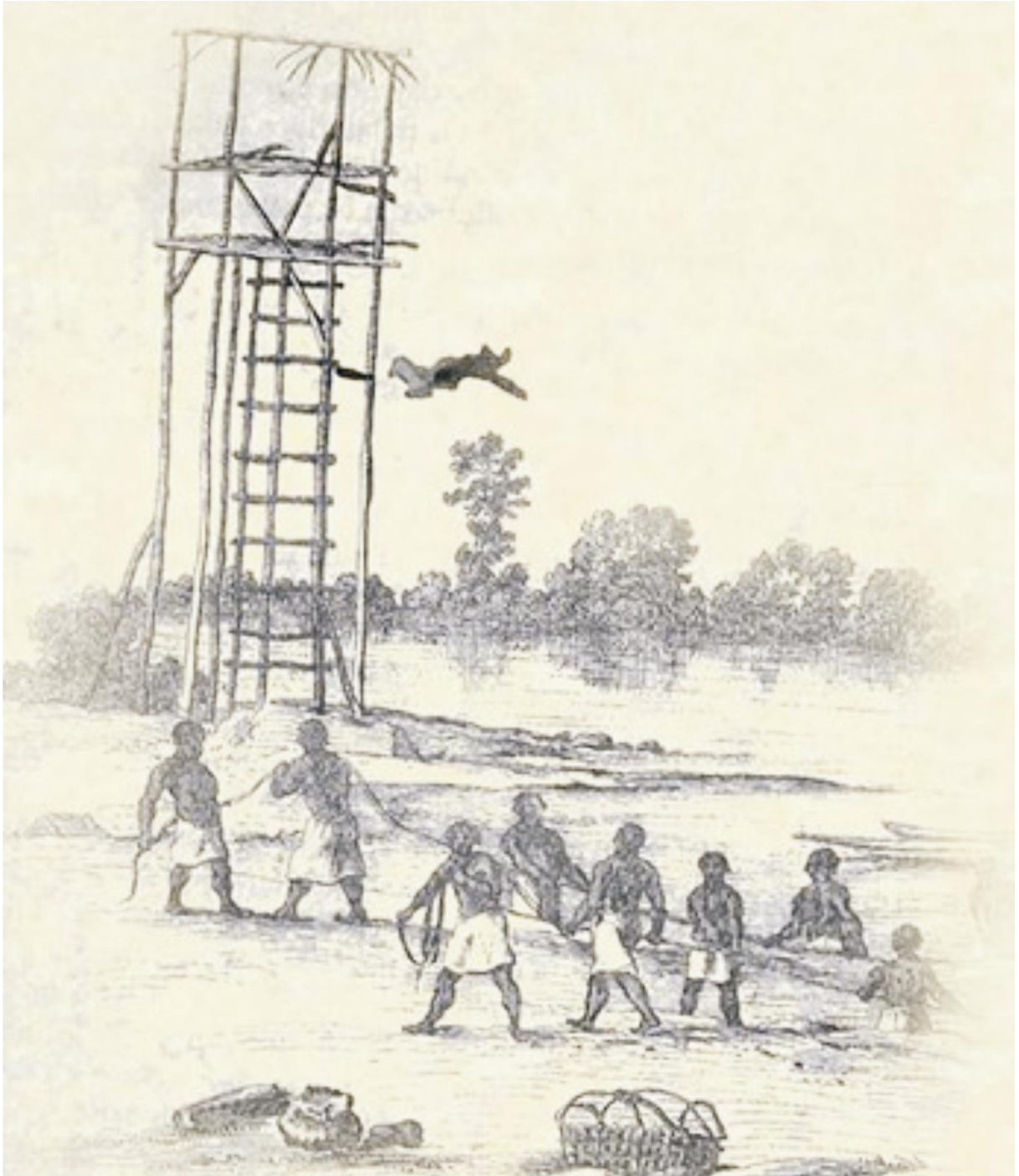


Figura 27 - Quilombo de Palmares apresentado por Barleus em 1647. Representação dos quilombolas recolhendo redes de pesca e ao fundo uma estrutura construída para a visualização à distância. Fonte: (FUNARI; 1996, p. 33).

Os assentamentos da África Ocidental se utilizavam destas guaritas para a supervisão da circulação de entrada e saída do “compound”, o qual era quase sempre delimitado com cercas ou outros estratagemas. Essas práticas e estratégias revelam similaridades entre os quilombos em Minas Gerais e os assentamentos da África Ocidental. Além disso, estas táticas de defesa, segundo as indicações das referidas plantas, poderiam ser fruto tanto das experiências de lutas inter-tribais como das guerras ocorridas contra os colonizadores europeus na África. O estudo dos modelos africanos de embate militar e a aceção do uso de estrepes, fossos, falsas entradas e trincheiras como estratégias de defesa³⁴ dos assentamentos não serão abordados neste trabalho³⁵.

O que nos instiga nessa pesquisa é a busca por informações sobre a estrutura interna desses quilombos, perpassando pelos quesitos de tamanho dos assentamentos, densidade populacional, tipologia das habitações e técnicas construtivas empregadas na construção.

Dentro deste espectro, podemos revelar que os quilombos dos Braços da Perdição e o do Rio da Perdição apresentam oito e nove construções respectivamente. Destas, algumas possuem usos definidos, como visto anteriormente, sendo as demais casas de moradia. Sobre as últimas, não podemos afirmar se estas eram unifamiliares ou se eram habitações coletivas maiores, mas a representação gráfica de cada unidade de moradia nos leva a supor que esta abrigava apenas uma família. Além disso, as moradias se configuravam em um espaço exclusivamente residencial, sendo que as atividades relativas à dinâmica social da comunidade ficariam restritas a espaço definidos, como as casas de tear e pilão, por exemplo.

As casas eram dispostas próximas umas das outras, se configurando em um modelo compacto de assentamento. Tal disposição, se apresenta de forma dispersa ou até semi-dispersa com a composição de uma série de construções arranjadas informalmente, apresentando características similares com os assentamentos da África Ocidental.

A sua representação gráfica é de uma edificação com planta retangular e cobertura de duas águas, mas não sabemos se este é realmente o retrato fiel do que foi visto pelos homens da expedição, ou um mero desenho. Apoiando-nos sobre a primeira hipótese, colocamos que

³⁴ A prática de abandonar rapidamente os mocambos era muito comum, para se reagruparem em outro local, já que a sua capacidade de enfrentamento era reduzida em relação ao das expedições, o que denota a grande mobilidade destes grupos.

³⁵ Ver GOMES, 1997.

as habitações de plantas quadradas e retangulares são encontradas em toda a faixa costeira da floresta tropical úmida na África Ocidental.³⁶

No caso do quilombo da Samambaia e dos Santos Fortes as construções são representadas por uma planta retangular com uma divisão central. Após longa análise das plantas das habitações tradicionais de diversos povos da África Ocidental, constatamos que esta tipologia seja de origem loruba. Esta afirmação se baseia no fato de que existem vários tipos tradicionais de assentamento loruba, entretanto o mais simples destes, segundo Oliver (1997), são o das casas construídas no campo, que se constituem de blocos retangulares de até três apartamentos, onde cada qual tem dois cômodos de 3X3 metros. Assim a unidade básica de moradia loruba se configura neste bloco de dois apartamentos (FIG. 28).

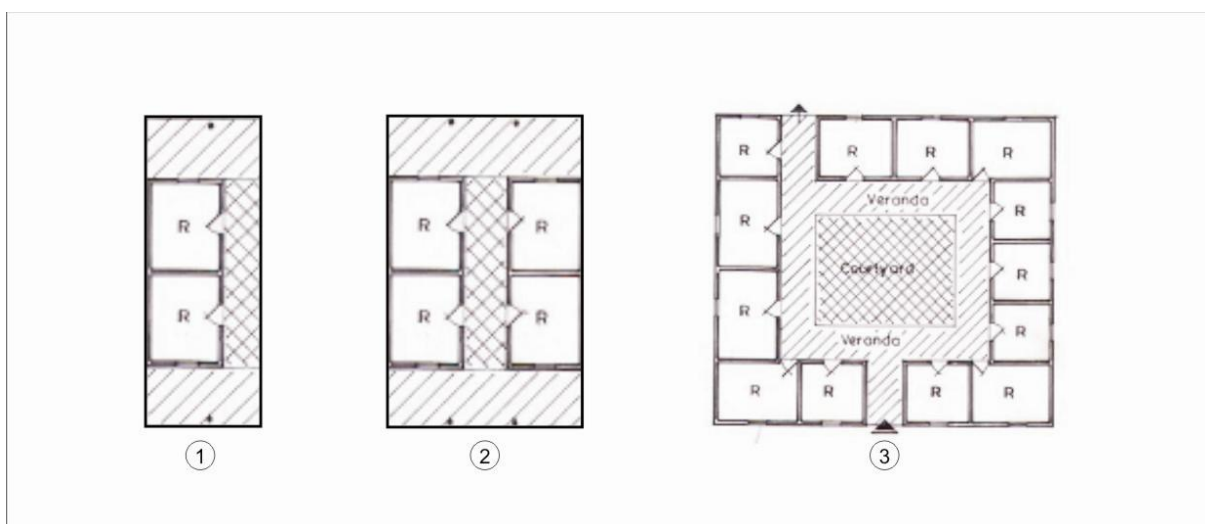


Figura 28 – Planta das casas lorubas. 1 – Unidade básica de moradia loruba. 2 – Agrupamento de duas unidades básicas de moradia loruba. 3 – Agrupamento de múltiplas unidades básicas loruba. Fonte: (OSASONA, 2007, p. 11 e 12, figura modificada pelo autor).

Nas cidades, a complexidade destas estruturas de moradia aumenta à medida que estas unidades são agrupadas em torno de um espaço central, destinado às atividades sociais, e que leva até um quintal onde está a cozinha comunitária, banheiros e áreas de estocagem de alimentos. As casas consistem em uma dupla fileira de quartos que se abrem em um longo hall central ou corredor, ou um quadrilátero de apartamentos dispostos em torno de um pátio³⁷ (FIG. 28). A associação de pátios com os respectivos prédios pode levar a

³⁶ Segundo Weimer (2005) na África banta, são encontradas três regiões em que pode ser constatada a ocorrência de casas de planta quadrada ou retangular que são: na costa noroeste e no Alto Zambeze, em Angola, e no norte de Moçambique.

³⁷ Além dos lorubas, tem-se que os Edos, que ocupam a região sul da Nigéria também têm como forma tradicional de moradia esta mesma estrutura, aonde um corredor central que ia da frente ao fundo originava de ambos os lados, uma série de pequenos quartos (WEIMER, 2005).

moradias que abrigam centenas de moradores, formando um intrincado sistema de passagens, salas e quartos em torno de grandes pátios. Este é o aspecto dos bairros mais antigos e congestionados (WEIMER, 2005, p. 150) (FIG. 29).

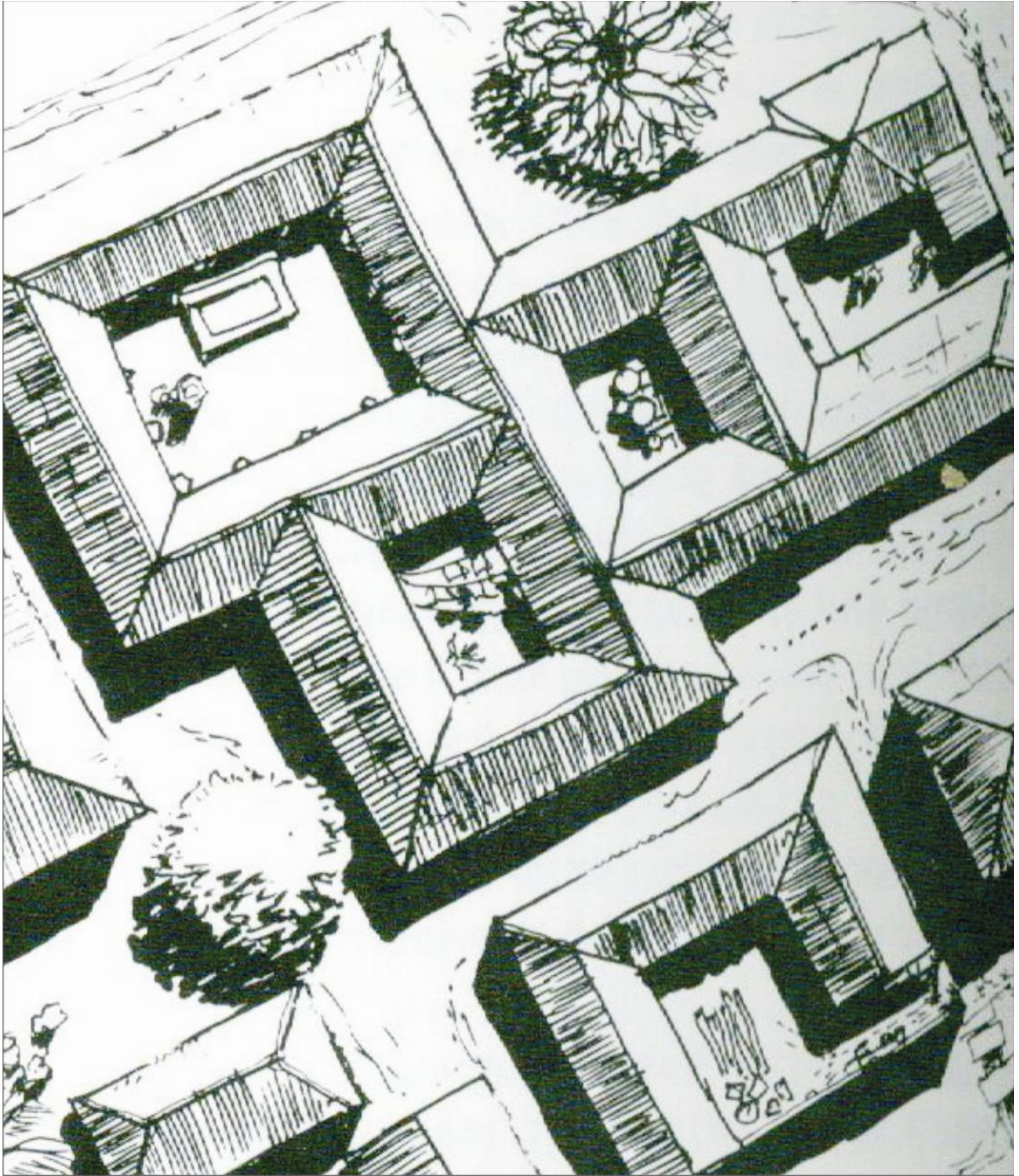


Figura 29 – Vista de um Compound loruba. Estes assentamentos apresentam estruturas quadradas em plano, sendo circundadas por uma parede contínua que conecta diversos cômodos. Fonte: (OLIVER, 1990, p. 198).

Mas no caso das casas dos quilombos, estas aparecem como estruturas não agrupadas. Isto nos leva a deduzir que estas abrigavam diversas famílias já que era necessária a sua separação. Isso se torna evidente quando recorremos à definição da casa da família no contexto da arquitetura loruba tradicional "que é ocupada em parte ou exclusivamente por pessoas cujos direitos de residência decorrem diretamente de um antepassado comum" (ADEDOKUN, 1999 apud JIBOYE; OGUNSHAKIN, 2010, p. 118)³⁸. Como sabemos, os quilombos eram espaços multiétnicos, com grande concentração de africanos de diversas procedências como também de crioulos, podendo ocorrer, em alguns casos, o predomínio de determinado grupo étnico.

Nestes quilombos o número de casas é superior aos anteriores, já que na da Samambaia eram doze e dos Santos Fortes eram nove. Mas incrivelmente diferente é o quilombo do Ambrosio, onde são encontradas trinta e três habitações representadas de maneira similar aos da Samambaia, sendo que na legenda não há definição de usos, pois todas as habitações são chamadas de "casas do centro do quilombo". Não há dados concretos sobre o número de pessoas que aí viviam, mas a documentação manuscrita traz números da ordem de centenas para este quilombo que foi considerado um dos maiores de Minas Gerais e do Brasil. Assim, é provável que estas habitações fossem coletivas e abrigassem mais de uma família.

A planta do quilombo de São Gonçalo apresenta a mesma representação gráfica das da Perdição, mas a maioria das habitações está ligada por uma "parede de casa a casa" como na legenda, formando como que um bloco com três unidades de moradia. Esse fato também nos leva a supor certa similaridade com as estruturas de moradia loruba na África Ocidental, já que a forma básica cuboidal com o pátio localizado internamente ao complexo aparece nesta planta. A casa loruba, conhecida por seu arranjo de espaços retilíneos em torno de um pátio central que atua como ponto focal e um lugar de interação entre os membros da família, aparece em sua formação mais complexa neste quilombo.

³⁸ ADEDOKUN, A. Perspectives on African Traditional Architecture and Planning. SEDEC Publishers Lagos, Nigeria. 1999.

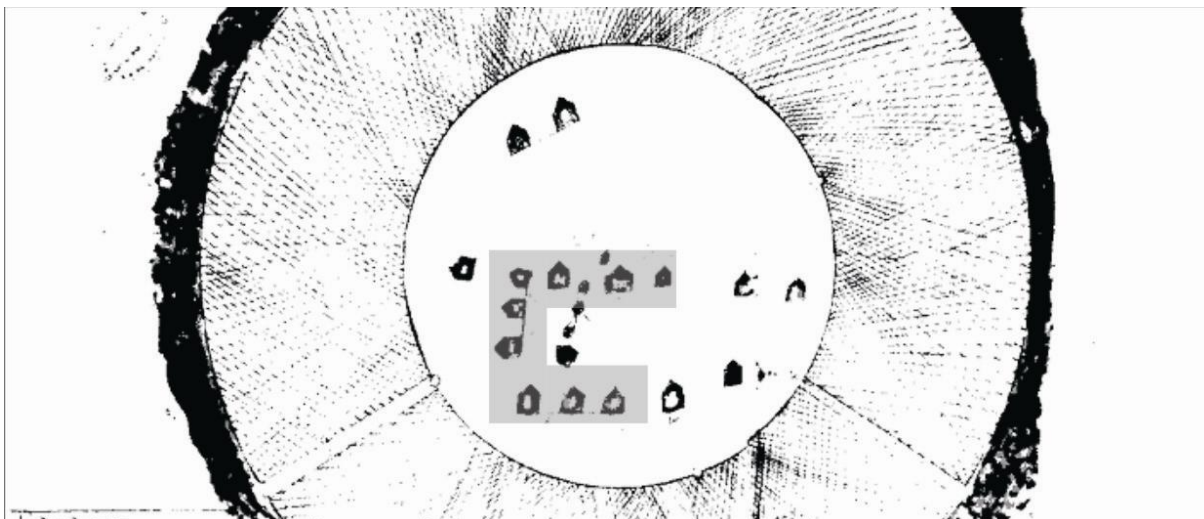


Figura 30 – Planta do Quilombo de São Gonçalo, com destaque para os blocos de três moradias dispostos ao redor de um pátio central. Fonte: (BIBLIOTECA NACIONAL, 1988, p. 107, figura modificado pelo autor).

O total de habitações neste quilombo é de dezessete, onde também compartilham o espaço, duas casas que estão afastadas do centro do assentamento e que são representadas como as demais com a “parede de casa a casa”. Este espaçamento pode simbolizar preceitos políticos ou religiosos, pois segundo as tradições de alguns povos africanos, as casas dos chefes deveriam estar separadas das demais, como no caso do reino do Congo. Já os chefes lorubas e daometanos se utilizavam da arquitetura para distinguir as suas casas, como descrito pelo padre Vicente Ferreira em sua viagem ao Daomé:

Nenhuma pessoa, de qualquer qualidade ou condição pode, em Dahomé, levantar casa, como chamamos de sobrado; honra, que só é permitida ao rei ou a algum dos seus favorecidos, por grande mercê e distinção; sinal com que o resto do povo olha para este individuo com a persuasão de certo valimento, que tem com o Rei (PIRES, 1957, p. 35).

Desta forma não é possível afirmar que estas casas afastadas fossem destinadas às lideranças do quilombo, já que são poucas as informações a respeito. Entretanto, é possível constatar que as casas de todos os quilombos apresentados possuem plantas retangulares ou quadradas, isso vem corroborar com a constatação de que não foram identificadas estruturas circulares no Brasil colonial. Sendo que a única exceção é um desenho de 1764 existente no Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa, de autor não identificado, que representa a planta do quilombo do Buracu do Tatu, na Bahia, em que podem ser

identificadas algumas cubatas semi-esféricas³⁹ (WEIMER, 2005). Por isso, é possível supormos que o predomínio das plantas retangulares e quadradas indica a influência de povos da África Ocidental, onde esta estrutura predomina amplamente sobre a circular, e ainda de toda a influência portuguesa as quais estes povos estiveram sujeitos tanto no Brasil como em sua pátria.

Conclusivamente, colocamos que as representações tipológicas das moradias nos três agrupamentos de plantas dos quilombos podem ser resumidas a FIG. 31. A primeira tipologia foi observada nos quilombos dos Santos Fortes e Samambaia, de modo que consideramos estas similares as plantas tipo dos povos lorubas e dos seus vizinhos, os Edos. Vlach (1991) afirma que a tipologia básica da casa loruba pode ser sintetizada como uma moradia de planta retangular de (10'X 20') com dois cômodos, onde o primeiro é a cozinha e o segundo guarda a função de quarto. Desta unidade básica derivam tipologias que corresponderiam a multiplicação das primeiras, ou até mesmo em determinados casos, segundo o autor, estes cômodos seriam unificados, ou seja, o modulo de dois se convertia em um espaço único de mesma dimensão (10'X20') sem a parede divisória. A altura destas habitações estaria entre 6 a 8 pés, que corresponderiam aproximadamente as medidas de 1,80 a 2,40 metros. Sabemos que a maioria destas proposições técnicas se encaixariam a tipologia encontrada nas plantas dos quilombos analisados.

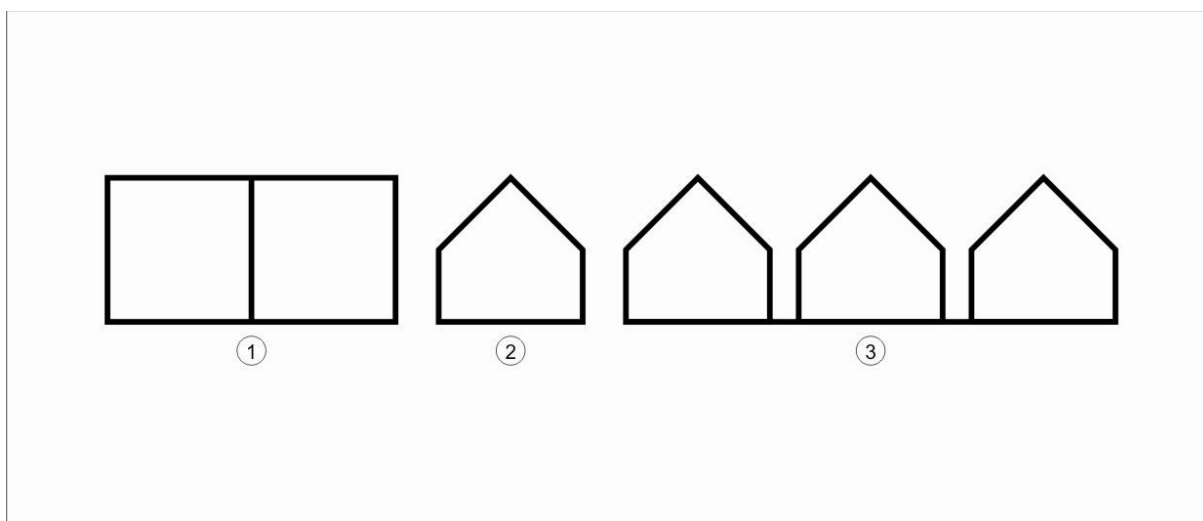


Figura 31 – Representação das tipologias arquitetônicas identificadas nas plantas dos quilombos mineiros. 1 – Representação da tipologia dos Quilombos dos Santos Fortes, Samambaia e Ambrósio. 2 - Representação da tipologia dos Quilombos dos Braços da Perdição e do Rio da Perdição. 3 - Representação da tipologia do Quilombo de São Gonçalo. Fonte: Acervo da autora.

³⁹ Segundo Weimer (2005) a forma mais antiga da cultura banta são as casas de planta circular, sendo que, com a penetração da cultura européia, estas foram substituídas gradativamente pelas formas retangulares com coberturas de duas ou quatro águas.

A adoção desta tipologia loruba foi notada por Vlach (1991) em sua pesquisa ao estilo mais popular de casas no sul dos Estados Unidos, a partir do período final da guerra civil americana⁴⁰. Para comprovar sua teoria o autor volta no tempo em busca das origens históricas da “Shotgun House” e descobre que estas se remetem diretamente ao Haiti - país que foi a primeira casa de muitos negros livres - e que conseqüentemente em última análise derivariam da arquitetura africana. Assim a “Shotgun House” representaria o produto final de um conjunto de desenvolvimentos, que estariam associados a populações negras em virtude de antecedentes africanos e caribenhos, que culminaram no aparecimento de um exemplar representativo da arquitetura afro-americana em solo norte americano.⁴¹

Seguindo por este mesmo caminho podemos afirmar que, a rigor, os indícios de uma similaridade entre a tipologia loruba nas plantas dos quilombos torna-se ainda mais expressiva quando a associamos aos estudos de Vlach (1991), que ao analisar as moradias dos afro-americanos no sul dos Estados Unidos lhes atribui a origem loruba, assim como nós a fizemos.

Devemos ainda considerar que a terceira tipologia⁴² que foi identificada na planta do quilombo de São Gonçalo (FIG. 31) parece se referir a uma edificação loruba que apresenta certo grau de complexidade, assim como uma das habitações do Quilombo do Ambrósio. Este último detém em maior número as unidades de dois compartimentos, mas apresenta também uma tipologia com duas unidades agrupadas que formam quatro cômodos, se configurando em uma tipologia parecida com aquela demonstrada por Osasona (2007) na FIG. 28. Para além destas constatações de concepção arquitetônica, temos que o uso e apropriação dos espaços nos quilombos estudados apresenta similaridades com as estruturas sociais e simbólicas dos povos da África Ocidental, e de modo específico com a cultura loruba.

Neste mesmo trânsito mas em sentido oposto, tem-se que o retorno de ex-escravos brasileiros ao sul da Nigéria proporcionou legados quantificáveis e visíveis a escala

⁴⁰ “Nova Orleans deve ser considerada o centro específico do desenvolvimento da tipologia *Shotgun*. Essa cidade é o foco cultural do sudeste da Louisiana e é uma região definida pela presença da casa *Shotgun*” (VLACH, 1991, p. 187).

⁴¹ A presença de escravos lorubas em solo norte americano se explica pelo fato de que a Baía de Benin, África Ocidental, apresenta um pico de exportações de escravos no ano de 1780 provocados em grande medida por ataques militares por parte dos lorubas. Na mesma década 1780-90, os franceses seriam responsáveis pelo envio do maior número de escravos, já registrado, ao Haiti, sendo que provavelmente uma grande porção destes era loruba.

⁴² A segunda representação da FIG. 31 se refere às habitações dos quilombos dos Braços da Perdição e do Rio da Perdição, cuja tipologia é o principal exemplar da arquitetura popular brasileira, e que será alvo de análise no próximo capítulo.

arquitetônica e urbanística de diversas cidades, e ainda aqueles invisíveis e relativos às práticas construtivas da população.⁴³ Segundo Osasona (2007), a massa compacta típica dos assentamentos deu lugar a uma agregação leve e discreta de unidades de moradia. Essas transformações ocorreram até no nível destas unidades, onde ao invés dos espaços internos se voltarem para o centro do compound estes vão se abrir para um corredor central. Este corredor por sua vez, irá conectar a varanda frontal e a posterior. Entretanto, os quartos continuam a ser os espaços mais privados da casa. As outras alterações se relacionam ao fato de que funções como estocagem de alimentos, espaços para o preparo e o banheiro foram integrados ao corpo da casa, sendo que estas atividades eram realizadas externamente ou em espaços determinados e afastados do compound (OSASONA, 2007).

Oliver (1997) identifica dentre as inúmeras arquiteturas vernáculas africanas aquelas cuja origem tem uma ligação histórica com os povos que vieram como escravos para o Brasil. A primeira destas, segundo o autor, é a afro-brasileira, desenvolvida por ex-escravos e lorubas que retornavam a Daomé após uma ou duas gerações. Outros grupos retornaram a Lagos, capital da Nigéria. Os repatriados foram influenciados pelas experiências no Novo Mundo, passaram a falar português, a professarem a fé católica, e foram treinados nos ofícios europeus, particularmente na carpintaria e execução de alvenarias (OLIVER, 1997). Esta mesma constatação é encontrada por Cunha (1985).

As casas desses afro-brasileiros são de dois pavimentos que em planta consiste em um bloco de cômodos consecutivos. Os cômodos arranjados simetricamente de cada lado de um corredor central se estendem da porta da frente até o fim da casa. As funções são flexíveis, mas a cozinha se instala nos fundos assim como o banheiro esta fora do corpo da casa. Um segundo tipo de casa brasileira é a térrea, que apresenta o mesmo plano da casa tipo sobrado, mas é uma versão mais modesta desta arquitetura trazida para a África por grupos de ex-escravos (OLIVER, 1997).

A arquitetura formal afro-brasileira se tornou um dos emblemas principais contemporâneos da identidade loruba, pois hoje mais de setenta por cento destes povos vive em alguma variação desta assim chamada, casa brasileira, o que demonstra de forma tênue uma ligação histórica entre Brasil e África. Além disso, se traçarmos uma linha temporal de desenvolvimento da arquitetura africana em Minas Gerais, e inserirmos a esta linha o início do surgimento da arquitetura vernácula afro-brasileira na África Ocidental, perceberemos

⁴³ São partes integrantes deste legado as influências oriundas do colonialismo britânico.

que em algum ponto desta houve um cruzamento capaz de gerar influências em países geograficamente tão distantes e culturalmente tão próximos.

4.4.2. MORADIA ESCRAVA NAS FAZENDAS MINEIRAS, NAS PROXIMIDADES DAS VILAS E NOS ASSENTAMENTOS DAS EMPRESAS MINERADORAS

O trabalho escravo se constituiu como uma condição inerente à formação da economia e ao processo de colonização do Brasil. O negro era caracterizado como “os pés e as mãos” do senhor, fosse no trabalho doméstico, nas lavouras, nos engenhos, nas minas, os escravos tinham se tornado inteiramente indispensáveis já no fim do século XVI (BOXER, 1969).

Do mesmo modo se atribui à mão afro-brasileira a construção do Brasil urbano - com a edificação de parte significativa das residências, prédios oficiais, capelas, quartéis, pontes, chafarizes aquedutos e calçadas - realizada por escravos e forros e custeada tanto pelas autoridades régias e camarárias quanto pelas associações religiosas leigas como pela população civil. Os pedreiros, canteiros e carpinteiros que, juntamente com seus oficiais, aprendizes e serventes estiveram presentes nos canteiros das obras públicas do Brasil colônia, eram genericamente denominados pelos portugueses de oficiais mecânicos, por fazerem uso das mãos em seu trabalho.

Por ganharem a vida com o esforço manual, esses homens eram maculados com o defeito mecânico, que dentro da estrutura da antiga sociedade portuguesa os colocava em posição de inferioridade (GODINHO, 1977). Assim, os ofícios mecânicos e os trabalhos manuais não eram realizados pelos portugueses, pois eram vistos por estes como mais degradantes do que mendigar ou roubar. Este fato torna-se evidente quando analisamos uma passagem da carta do governador do Rio de Janeiro à coroa, em 1726, onde ele ressalta que o trabalho nas minas só se fará possível com o emprego de mão-de-obra escrava “porque fazem serviço mais vigoroso, como porque os brancos, e Reynois, ainda que sejam criados com a enxada na mão, em pondo os pés no Brazil, nem hum quer trabalhar” (BOXER, 1969, p. 189).

Fica claro, assim, que o significado atribuído pelos portugueses ao trabalho manual privava-os do mesmo, o que nos leva a concluir que as intensas atividades construtivas urbanas só

poderiam estar assentadas decisivamente no uso da mão-de-obra escrava.⁴⁴ Além da presença no campo da execução de obras públicas, os escravos tiveram grande participação no âmbito da arquitetura popular, que corresponderia a toda construção do Brasil rural e urbano, mas na esfera civil. Sinteticamente tem-se que a análise da participação da mão-de-obra escrava na atividade construtora de todo o período colonial levaria-nos a concluir que esta esteve presente desde a construção dos primeiros ranchos até a instituição de toda a nossa arquitetura erudita.

O marco diferencial desta presença escrava nos diferentes canteiros de obras se estabelece justamente no nível de participação e, por conseguinte na escala de autonomia atribuída a esta mão-de-obra, já que nas obras públicas e de particulares a condição de impressão dos seus misteres construtivos seria inferior àquela utilizada na construção da sua própria moradia. Isso se deve ao fato de que a maioria dos projetos construtivos e ornamentais era desenvolvida em Portugal, sendo as plantas previamente fornecidas, assim como os materiais e alguns elementos arquitetônicos que vinham como lastro nos navios que saíam da metrópole rumo à colônia. Desta forma, as evidências de uma arquitetura africana em solo brasileiro estariam definidas na própria constituição da habitação escrava e por isso esta será alvo de discussão.

A sessão anterior desta dissertação focou na constatação de que determinadas tipologias arquitetônicas africanas, assim como os usos e as apropriações dos espaços, foram recriados nos quilombos mineiros, onde a autonomia dos escravos seria comprovadamente superior. Contudo, estes não foram os únicos exemplares de matrizes arquitetônicas africanas em Minas Gerais, pois além dos quilombos podemos citar as moradias rurais dos escravos nas fazendas mineiras, nas circunvizinhanças de povoados, arraiais e vilas, e ainda nos assentamentos das empresas mineradoras. E foram exatamente nestes mesmos espaços e nos respectivos momentos mencionados que a arquitetura popular mineira floresceu.

Se analisarmos os capítulos que compõem a formação da arquitetura popular em Minas Gerais, perceberemos que a habitação escrava esteve presente em todo o período no qual esta mão-de-obra foi empregada. Mas para chegarmos ao centro da discussão desta sessão, ainda cabe-nos um questionamento. As concepções e a execução destes espaços

⁴⁴ A participação de escravos e libertos nas obras de Vila Rica, no período de 1730 a 1800, através da análise de extensa documentação da Câmara de Ouro Preto foi realizada por Silva (2007), no trabalho intitulado Pedra e cal: os construtores de Vila Rica no século XVIII.

de moradia estavam sobre domínio dos próprios escravos ou de seus senhores? As pesquisas históricas que se ocuparam desta questão, apesar de tratarem de lugares e épocas variadas, vêm contribuindo para que os historiadores apontem para um consenso bem definido, “quando tiveram oportunidade para tanto, os escravos configuraram suas moradias baseando-se em formas e técnicas africanas” (MARQUESE, 2005, p.166).

Assim, nesta seção, iremos correlacionar os aspectos característicos da arquitetura vernácula em Minas Gerais, descritos por Oliver (1997) em seu livro “The encyclopedia of vernacular architecture of the world”, com as descrições dos viajantes que apontam a presença das habitações escravas na constituição destes espaços. Desta forma será possível constatar que, em algumas situações, os senhores cuidaram pessoalmente da construção das habitações escravas, mas a regra parece ter sido a concessão de autonomia integral para os cativos erigirem esses espaços segundo sua cultura construtiva.

A publicação deste inventário da arquitetura vernacular mundial trás em suas páginas, Minas Gerais em três momentos históricos distintos. O primeiro se refere aos assentamentos originários da mineração do ouro, que durante o século XVIII floresceram em uma arquitetura religiosa suntuosa e uma arquitetura civil discreta e repetitiva, com fortes tradições ibéricas definidas por fachadas caiadas de branco e janelas pintadas com cores fortes. Até o início do século XX os métodos de construção utilizados nestas regiões foram o adobe e o pau-a-pique (OLIVER, 1997).

Nestes assentamentos, originários da mineração do ouro, ganham destaque os povoados, arraiais e vilas que se desenvolveram ao longo dos caminhos e nas áreas de mineração. A formação destes espaços e as exigências do próprio cotidiano urbano demandaram a presença de trabalhadores que desempenhassem as mais diversas modalidades de serviços manuais. As gravuras de Jean Baptiste Debret, que retratavam os escravos urbanos, forros e libertos do Rio de Janeiro, invariavelmente em uma posição de trabalho, apresentavam esta realidade reinante no Brasil, a de que “tudo assenta, pois, neste país, no escravo negro” (DEBRET, 1989, p.16). Como consequência da utilização desta mão-de-obra nos centros urbanos de todo o Brasil no século XIX, teremos a presença permanente e massiva de negros, mulatos e mestiços e o posterior estabelecimento nestes espaços da constituição da moradia escrava.

Em Minas, a realidade não se apresentava diferente, pois até o último quartel dos setecentos, as vilas mineiras eram habitadas em sua maioria por escravos, sendo que após este período ocorre a predominância de libertos e forros, o que nos leva a imaginar que o

volume de edificações necessárias ao abrigo dos mesmos seria representativo. Estes últimos moravam cerca das vilas, como observado por Pohl (1951) em sua visita a Paracatu do Príncipe, onde ele avista que “em ambos os extremos da cidade, moram em maioria negros livres em cabanas, cujo aspecto anuncia a forte indigência dos donos” (POHL, 1951, p. 239). É de se supor que por serem livres e habitarem fora do âmbito de atuação das posturas⁴⁵, estas edificações seguiriam os preceitos de seus próprios moradores.

Também originários da mineração do ouro são os assentamentos das companhias mineradoras européias, principalmente britânicas e alemãs. Estas implantações foram realizadas com base na mão de obra escrava que executava processos produtivos mais avançados e distintos da produção agrícola. O grande exemplo da capitalização britânica na mineração brasileira é a Companhia St. John d’El Rey, fundada em 1830 por investidores londrinos através de uma concessão imperial de mineração, iniciando sua produção na mina de Morro Velho (LIBBY, 1984).

As operações nesta mina eram divididas em sete departamentos, sendo um destes o dos negros, chefiado por um europeu e alguns feitores brasileiros que tinham sob sua tutela 1.690 escravos. Este departamento administrava o preparo e a distribuição de comida, a repartição de vestimentas e a inspeção das moradias dos cativos. Sobre as últimas, Libby (1984) esclarece que estas eram divididas em dois agrupamentos ou vilas de casas dotadas de um quintal com espaço para a criação de animais e uma horta, onde se estabeleciam os casais, ficando os escravos solteiros em grupos de dez a quinze pessoas alojadas em casas maiores.

Na visão de Richard Burton (1976, p.193 e 194) que visitou a Mina de Morro Velho em 1867, as construções do núcleo minerador e a vila dos escravos “se estendem da margem setentrional do Ribeirão até as elevações, a uma altitude de cerca de 150 metros; ali está o mais alto bairro negro, ‘Timbuctoo’, saudosa lembrança do que pode ter sido a terra natal, e aqui moram os negros de Cata Branca”. A leitura da paisagem da vila dos escravos em

⁴⁵ A consolidação dos núcleos urbanos mineiros exigiu das autoridades coloniais e metropolitanas a regulamentação do uso e ocupação do solo urbano através da instituição de posturas que estabelecessem parâmetros para se edificar. Aquelas relativas à Câmara de Ouro Preto em execução da lei de 1º de outubro de 1828 determinavam: Art. 39. Nesta Cidade, e nos Arraiaes dos quaes já estiver levantado o Plano não se poderá sem licença. § 1. Edificar nem reedificar. § 2. Fazer concerto, ou qualquer obra que possa offender o alinhamento. Multa do tresdobro da importância do salário que dessa vencer o alinhador; e quando o Edifício, concerto, ou obra offenda o alinhamento será disfeito todo, ou parte segundo for todo, ou somente parte offensivo do alinhamento.

Morro Velho é associada à imagem da cidade de Timbuctoo⁴⁶ na África Ocidental, atestando certa similaridade entre as estruturas arquitetônicas visualizadas por Burton em suas viagens (FIG. 32). Em face do exposto, é possível especular que algum nível de reprodução arquitetural existiu e foi permitida pelos ingleses, mas não fica evidente no relato se estas ocorreram no âmbito formal, técnico, simbólico ou ainda de uso e ocupação do solo.



Figura 32 – Timbuktu avistada a distância e retratada por Heinrich Barth em setembro de 1853. Heinrich Barth foi um explorador alemão que viajou pela África durante cinco anos, chegando a Timbuktu em 1853, sendo esta gravura a reprodução da entrada da expedição à cidade. A descrição de viagem e das impressões quanto a topografia, história, civilizações, idiomas e recursos dos países que visitou esta contida no livro “Viagens e Descobertas no norte e África Central”. Fonte: <http://en.wikipedia.org/wiki/File:TIMBUKTU-EINZUG.jpg>. Acesso em: 18 maio 2011.

A percepção de Mawe (1978) com relação à forma das casas dos escravos e da técnica construtiva utilizada por estes na edificação de seus abrigos em uma lavra próxima a Mendanha⁴⁷, denota a mesma idéia de similaridade com as estruturas arquitetônicas da África (FIG. 33).

⁴⁶ Timbuctoo é uma cidade da região de Tombouctou, na África Ocidental nação de Mali, que no século XV e XVI era a capital intelectual e espiritual e centro de propagação do Islã na África. Essa região do império de Mali era um entreposto comercial que ligava a África Ocidental com o mundo árabe, e por isso sofreu grande influência dos bárbaros. Segundo Vélez Jahn (2005) Timbuktu surge das areias do deserto como um a miragem de formas de barro. Sua estrutura urbana e suas ruas arenosas dialogam com a eternidade. Cinco bairros repartem-se no espaço urbano rodeado por uma muralha de cinco quilômetros, que se mesclam na paisagem, com as mesquitas de Djingareiber, de Sankoré e de Sidi Yéhia.

⁴⁷ O viajante destaca que esta é a maior exploração de diamantes e está situada a trinta milhas no Rio Jequitinhonha, na qual trabalham mil negros em certas ocasiões dois mil.

“Ai as casas, em número de cem, são isoladas e geralmente de forma circular, com tetos pontudos de palha, semelhantes às cabanas dos africanos, embora muito mais largas. As paredes formadas de estacas fincadas perpendicularmente na terra, entrelaçadas de ramos de arvores e rebocadas de barro por dentro e por fora. As casas dos oficiais são feitas dos mesmos materiais, mas de forma mais cômoda, sendo caiadas interiormente. Ao lado de algumas havia jardins cercados, o que animava a perspectiva, dando um ar de abundância a essas habitações simples e grosseiras”. (MAWE, 1978, p.154 e 155)

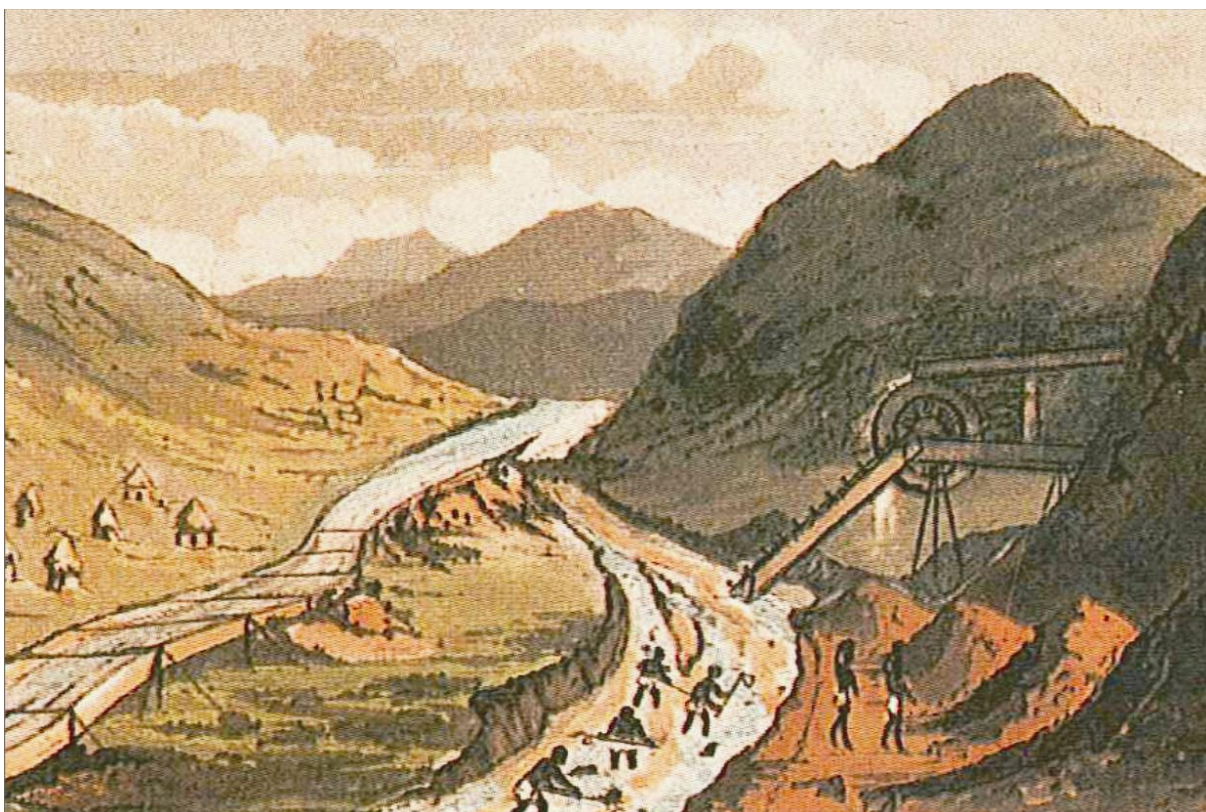


Figura 33 – “Busca de pedras preciosas num rio”. A esquerda da figura estão representadas algumas moradias escravas, compondo a paisagem das áreas de exploração de ouro de Minas Gerais. Fonte: (MAWE, 1978).

Para além da atuação das companhias britânicas de mineração tem-se a exploração em menor escala de minas como a Real Mina de Galena de Abaeté fundada pelo senhor Von Eschwege ⁴⁸. Esta foi visitada por John Emmanuel Pohl que estando lá a descreve como um assentamento de mineração formado de doze cabanas que servem de morada aos negros e

⁴⁸ O Barão de Eschwege veio ao Brasil a serviço da corte de Dom João VI e em Minas Gerais se instalou para realizar um levantamento das riquezas mineralógicas. Além de desempenhar as funções de funcionário público, este supervisionou os trabalhos de três empreendimentos “a instalação da fabrica Patriótica, em Congonhas do Campo, certamente entre as mais bem-sucedidas siderúrgicas oitocentistas de todo o Brasil; uma tentativa de explorar a mina de chumbo no sertão de Abaeté, e ainda, a mina de Passagem, localizada entre Ouro Preto e Mariana”. (AUGUSTIN, 2010, p.46)

são edificadas em duas fileiras, uma casinha próxima que serve de morada ao senhor Eschwege e outra ao administrador da mina.

Aproxima-se desta descrição a foto de Augusto Riedel ⁴⁹ tirada em 1868 em sua visita a lavra de diamantes do senhor Vidigal no rio Jequitinhonha em Minas Gerais (FIG. 34). Em primeiro plano aparecem os trabalhadores da lavra e os seus senhores, ficando em segundo plano as estruturas de retirada do cascalho, e um grupo de pequenas habitações que, pela proximidade da área de exploração, tipologia e disposição de uma em relação às outras, parece-nos as habitações dos escravos empregados no trabalho de mineração.

Se aumentarmos o foco de visualização sobre este pequeno assentamento, iremos perceber que as casas estão dispostas alternadamente sob reduzidos platôs, e que estas se constituem de plantas retangulares, com coberturas duas águas em materiais vegetais e estrutura em terra crua (FIG. 34). Além disso, nota-se a existência de uma porta frontal, que em uma das casas está posicionada do lado esquerdo e na outra do lado direito⁵⁰, sendo esta a única abertura da moradia. A inexistência de janelas nas construções africanas do Brasil, também foi constatada por Pohl (1951), quando este viajante chegou a Farinha, uma aldeia de negros, “de quinze cabanas sem janelas que só recebem luz pelas portas” (POHL, 1951, p. 187). Esta característica é encontrada dos dois lados do Atlântico, já que nas construções da África, na maior parte das vezes, há a presença de uma só porta como única abertura ⁵¹.

A ausência de janelas nas construções é atribuída à cultura banta segundo Weimer (2008), entretanto Slenes (1999) argumenta que esta ausência pode ser explicada em primeiro caso por uma decisão dos cativos em se utilizarem dos mesmos padrões das construções africanas, ou ainda por limites de tempo, de material e de desenho arquitetônico impostos pelos senhores, ou até com o intuito de impedir fugas. De qualquer forma, nesse evento, “a imposição teria coincidido com as preferências dos escravos, ou pelo menos com as preferências iniciais dos cativos africanos. Estes, sem dúvida, se calaram para aproveitar-se da situação” (SLENES, 1999, p. 166).

⁴⁹ Augusto Riedel, fotógrafo alemão autor do álbum intitulado *Viagem de S. S. A. A. Reaes Duque de Saxe e Seu Augusto irmão Luiz Philippe ao interior do Brasil*, que congregava as fotografias realizadas durante a viagem do genro do imperador Pedro II, Dom Luis Augusto de Saxe Coburgo e Gotha, marido da princesa Leopoldina, às províncias de Minas Gerais, Bahia e Alagoas em 1868. (VASQUEZ, Pedro Karp. A fotografia no Império. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 2002).

⁵⁰ Weimer (2008) coloca que entre os sudaneses era largamente hegemônica o uso da porta à direita da entrada do “mocambo” ao contrário dos bantos, que em via de regra, a colocavam a esquerda.



Figura 34 – Lavra de diamantes do senhor Vidigal no rio Jequitinhonha (tiragem de cascalho). Fotografia de Augusto Riedel, 1836. Fonte: Biblioteca Nacional Digital. Disponível em: http://bndigital.bn.br/scripts/odwp032k.dll?t=nav&pr=fbn_dig_pr&db=fbn_dig&use=cs0&rn=1&disp=c&ard&sort=off&ss=22743502&arg=vidigal >. Acesso em: 18 maio 2011.

Acredita-se que a própria construção e apropriação dos espaços de moradia dos escravos eram concebidas dentro de alguns modelos arquitetônicos africanos, independentemente da origem do cativo. Com relação à ausência das janelas supõe-se que esta fosse uma opção do escravo e não uma imposição do senhor, pois a fuga poderia se dar tanto pela porta como pela janela, a menos que estas fossem trancadas pelos senhores de noite. De qualquer forma a coincidência entre as preferências dos escravos e as regras impositivas dos senhores pela ausência de janelas nos parece demasiadamente grande.

Para além da exploração aurífera das lavras, que exigia a disponibilidade de ferramentas e um número expressivo de mão-de-obra escrava, Minas Gerais foi o grande palco do trabalho de faiscação, representada pela pequena extração realizada por alguns poucos garimpeiros. A literatura de viagem descreve inúmeros povoados que se formaram próximos destas pequenas áreas de exploração, sendo este cenário comum aos fins do século XVIII, quando a mineração entra num processo de franca decadência. As lavras, faisqueiras e catas, quando descobertas, eram invariavelmente habitadas temporariamente ou permanentemente, sendo que estes assentamentos poderiam ter um número reduzido de moradias - como o povoado de Garo visitado por Pohl (1951), onde viviam negros que extraíam ouro da argila vermelha da região, formada de oito choupanas de barro - assim como os grandes assentamentos das empresas mineradoras de capital estrangeiro.

Desta forma, demonstramos que os assentamentos originários da mineração do ouro e, logicamente, as habitações dos escravos que constituíam estes, foram presença marcante na paisagem mineira, sendo descritas pelos viajantes que estiveram em Minas Gerais e, em alguns casos, reproduzidas nas pinturas dos artistas-viajantes e fotógrafos do período.

Continuando nesta linha de pensamento, temos que as vilas mineiras foram os centros sociais e econômicos da província de Minas Gerais durante todo o século XVII e XVIII. Em contraposição, as áreas rurais ganharam importância apenas no fim do século XIX com o aumento da produção agrícola e da pecuária, promovendo na paisagem mineira o surgimento das fazendas com suas casas-grande e ao longe as casas dos trabalhadores livres. Este segundo momento é relativo à arquitetura rural, que ostenta os sinais da tradição vernácula, refletida em influências portuguesas, escravas e indígenas, com plantas retangulares, varanda ao longo de toda a fachada seguida por uma série de janelas e capelas que reafirmam a tradição religiosa do povo português. A estrutura autônoma de

madeira com fechamentos em pedra, adobe ou taipa caracterizam as técnicas construtivas utilizadas nas fazendas mineiras⁵² (OLIVER, 1997).

As fazendas da região mineradora aparecem na paisagem de Minas Gerais com a descoberta do ouro e o conseqüente aumento da população, que geraram o crescimento da demanda por alimentos e o surgimento destas propriedades agrícolas pelos caminhos. Estas inúmeras chácaras, roças, engenhos e estâncias se distinguiam pelos tipos de cultura que produziam, pelos rebanhos de animais que criavam e, finalmente, pelos processos mecânicos (serrarias, moendas, máquinas de beneficiar arroz e café, alambiques de aguardente de cana etc) que desenvolviam em suas propriedades. Estas se assemelham em um aspecto, todas se constituem das mesmas estruturas: residência do senhor, as instalações, e as “cabanas habitadas pelos negros” que trabalhavam e moravam nestas terras.

As fazendas em Minas Gerais e a presença das habitações escravas na constituição destas propriedades foi bem documentada nos relatos de viagem de Pohl. Citaremos algumas das inúmeras referências feitas pelo viajante, iniciando com a da grande fazenda João do Vale, “que é construída sobre um morro juntamente com uma casa de residência e vinte choupanas de negros” (Pohl, 1951, p. 191). Pohl (1951, p. 359) também cita a Fazenda Santa Cruz de Dona Teresa, que fica próxima de Tijuco, e consiste “numa casa residencial assobradada, várias casinhas anexas e cabanas de negros”. E até, a propriedade do capitão-mor do distrito de Sabará, senhor Felício Luis Pinto Coelho, a fazenda da Cachoeirinha, que consiste numa “casa assobradada com espaçoso pátio, cercada de habitações de negros”⁵³ (Pohl, 1951, p. 377).

Para além dessas citações, e talvez mais importante, seria encontrarmos as descrições dos viajantes acerca de como os escravos usavam os espaços internos de suas moradias. Entretanto, os viajantes na sua maioria nem se quer se preocupavam em decifrar esse significado, insistindo em resumir estes espaços às palavras “cabanas”, “choças” e “choupanas”. Com relação ao uso do espaço externo, que compreendia às imediações do

⁵² A arquitetura rural mineira, citada por OLIVER (1997), foi amplamente discutida em: MENEZES, Ivo Porto de. Fazendas Mineiras. Escola de Arquitetura da UFMG, 1969; VASCONCELLOS, Sylvio de. Arquitetura: Dois estudos. Porto Alegre: Instituto estadual do Livro, 1960; MELLO, Suzy. Barroco Mineiro. São Paulo: Brasiliense, 1983.

⁵³ A disposição destas habitações também faz parte destes relatos, como na descrição de John Mawe sobre a Fazenda de Castro, pertencentes ao Conde de Linhares, que apresentava sinais da sua antiga opulência que gradualmente decaíra com o esgotamento das lavagens de ouro, e coloca que esta foi construída em forma quadrangular, sendo “a face sul ocupada pela casa e as três outras pelos alojamentos dos negros, armazéns, oficinas de carpintaria e de ferreiro, e outras igualmente úteis” (MAWE, 1978, p.133).

conjunto de habitações escravas, John Luccock (1975) coloca que na fazenda de Pedro Alves, entre as choças de negros reinava a máxima ordem e decoro, que uma estrita disciplina mantinha, mas que “apesar disso, pareciam todos felizes: as crianças brincavam a pequena distância da casa, enquanto que as pessoas de mais idade formavam um grupo de observadores; os escravos capazes estavam diligentemente ocupados e não se via doença alguma” (LUCCOCK, 1975, p. 359). A leitura desta passagem nos instiga a dar outra dimensão as palavras “cabanas”, “choças” e “choupanas”, a de que estes se constituíam em “lares”, onde a vida cotidiana acontecia ⁵⁴.

Devido às limitações das fontes, como já vimos, recorreremos à iconografia para apresentar a possível tipologia arquitetônica destas habitações escravas nas fazendas. A obra *Voyage Pittoresque et Historique au Brésil* ⁵⁵ de Debret contém em suas páginas uma prancha com a gravura intitulada “Feitores castigando negros” que nos apresenta em primeiro plano os tipos de castigos aos quais os escravos estavam sujeitos nas fazendas de café (FIG. 35). De acordo com a descrição do pintor ⁵⁶, a cena representa uma roça, tendo à direita a residência do feitor onde aparecem apenas os degraus da varanda, e ao fundo à beira de um riacho estão as choças dos negros, enquanto que acima deste plano há um canavial e colinas cobertas de cafezais. As choças dos negros que aparecem como pano de fundo da pintura revelam uma tipologia já apresentada, a da casa com planta retangular ou quadrada, cobertura vegetal e uma única porta como abertura privando a mesma do emprego de janelas. Em suma, há indícios de que as habitações escravas nas fazendas mineiras eram similares àquelas encontradas nos mais diversos tipos de assentamentos constituídos pela mineração, e anteriormente apresentados.

⁵⁴ Slenes (1999) explora a perspectiva dos lares negros e de todas as estratégias familiares que permearam as condições de cativo.

⁵⁵ “O primeiro volume apresenta os selvagens e os aspectos das florestas; o segundo volume detêm-se genericamente nas modalidades de trabalho agrário, na presença do negro escravo e do pequeno artesão urbano; e o terceiro abrange a esfera pública dos usos e costumes populares, acontecimentos políticos e outras práticas culturais do Rio de Janeiro, assim como os hábitos domésticos” (BELLUZZO, 1994, p. 84).

⁵⁶ Os desenhos de Jean Baptiste Debret foram posteriormente inscritos na lógica narrativa da *Voyage Pittoresque et Historique au Brésil* sendo as pranchas descritas sinteticamente pelo viajante.



Figura 35 – Feitores castigando negros. Ao fundo estão representadas as choças dos escravos. Fonte: (DEBRET, 1954, p. 195).

Após o todo apresentado, colocamos que ao que parece as propriedades e os seus conjuntos de moradias escravas fizeram parte da extensa paisagem mineira cursada pelos viajantes. Saint-Hilaire atesta este fato, quando descreve ao longe as terras por ele percorridas em Minas Gerais e o prazer que teve em suas andanças, “esta alternativa de cafezais e matas virgens, roças de milho, capoeiras, vales e montanhas, esses ranchos, essas vendas, essas pequenas habitações rodeadas das choças dos negros e as caravanas que vão e vem, dão aos aspectos da região grande variedade. É agradável percorrê-la” (SAINT-HILAIRE, 1974, p.100). Da mesma forma, que as habitações escravas construídas nos assentamentos da mineração, se compunham com as paisagens das áreas de exploração.

Assim sendo, recapitular a trajetória da moradia escrava em Minas Gerais demonstrou uma sucessão de episódios que culminaram em algumas afirmativas. Iniciamos pelo fato de que os escravos estavam em número expressivo e desempenhando os mais distintos tipos de trabalhos manuais. A presença desta mão-de-obra criou a necessidade de abrigo e a conseqüente construção de habitações escravas, que foi notada pelos viajantes tanto nas

fazendas, assim como nos assentamentos da mineração. Pelo nível de autonomia construtiva dada a estes escravos na edificação de suas moradias é de se supor que o emprego de saberes e fazeres particulares a estes povos foi proeminente.

Mas se esta autonomia lhe foi atribuída porque não a percebemos nestes exemplares da moradia escrava com a mesma clareza como a notamos nas tipologias e apropriações do espaço dos quilombos mineiros? Supomos que a resposta a este questionamento reside no fato de que a plena autonomia dada aos escravos só pôde ser experimentada quando este não estava sob o jugo do seu senhor, em espaços que avaliamos relativamente livres deste domínio, e que seriam representados exclusivamente pelos quilombos mineiros. Isso quer dizer que nas moradias escravas constituídas nas fazendas mineiras, nas proximidades das vilas e nos assentamentos das empresas mineradoras não encontramos nenhuma manifestação da cultura construtiva africana? A forma construída até mesmo quando é tecnologicamente simples representa muito mais que os olhos podem ver.

Os escravos mineiros quando tiveram o pleno controle do processo de construção puderam produzir estruturas que eram formalmente distintas das de seus senhores. Mas quando estas oportunidades foram severamente talhadas pela instituição da escravidão, as moradias construídas pelos negros manifestaram apenas traços de sua cultura, apresentando como resultado moradias que detinham um leve grau de diferença da cultura arquitetônica dominante. “Entretanto, até quando um traço cultural só é sutilmente manifestado, não é menos significante” (VLACH, 1991, p.182). Os traços que identificamos como possíveis reflexos da impressão da cultura construtiva africana em solo mineiro estão ligados à volumetria das edificações, aos tipos de planta retangulares e quadradas, a inexistência de janelas, ao pé direito da edificação, ao tipo de cobertura, duas águas, e por fim a aplicação de técnicas construtivas com terra crua⁵⁷.

⁵⁷ Este assunto será tratado no próximo capítulo deste trabalho.

Dentro dessa perspectiva a “casa de mocambo” (FIG. 36) identificada por Freyre (1992) se assemelha em grande parte as moradias escravas descritas nesta sessão, pois compartilham traços que parecem seguir uma seqüência evolutiva, como colocado por Weimer (2005):

A imigração⁵⁸ teve por principal conseqüência a simplificação e diminuição das tipologias arquitetônica. A forma hegemônica entre os bantos de construção de “cone-sobre-cilindro” praticamente desapareceu e foi substituída pela do “mocambo”. [...] Por outro lado, as construções africanas preponderantemente monofuncionais deram lugar as plurifuncionais como resistência à multifuncionalidade das construções do colonizador. Se as construções na África tinham, na maior parte das vezes, uma só porta como abertura, aqui as janelas – ainda que pequenas – mostram hoje terem sido amplamente aceitas (WEIMER, 2008, p. 16).

Esta nos parece ser uma tipologia desenvolvida e adaptada ao constante contato dos repertórios materiais e culturais de negros e brancos, e que foi adotada e efetivamente incorporada dentro das práticas populares de construção. Para Oliver (1997), esses conhecimentos técnicos construtivos irão se materializar, no terceiro momento histórico arquitetônico de Minas Gerais, que compreende todo o período de seu desenvolvimento urbano. No século XX, grande parte dos trabalhadores livres das fazendas migrou para as cidades, criando assim uma camada social com restrito acesso ao mercado de trabalho devido ao baixo nível de escolaridade. Estes trouxeram consigo, como patrimônio da cultura rural, as suas formas e técnicas construtivas tradicionais, que se caracterizam por plantas quadradas ou retangulares sem divisões internas e uma estrutura autônoma de madeira com fechamentos em adobe, taipa ou pedra, assim como ocorre na arquitetura rural. Assim, o autor conclui que as moradias da periferia das cidades são remanescentes da era colonial, refletindo uma tradição cultural que se iniciou há três séculos.

⁵⁸ A emigração forçada dos africanos para a América e o contato com uma sociedade diferente fez com que as novas organizações sociais afro-americanas e afro-brasileiras, em particular, tivessem de se reordenar de modo bastante diferente das tradicionais. Adquiriram, portanto, características peculiares que podem ser especificadas – dentro da perspectiva dos objetivos da arquitetura – com as seguintes características: a) uma generalizada homogeneização por via da destrabalização; b) a família poligâmica foi substituída - pelo menos, oficialmente – pela monogâmica; c) as diversas culturas regionais africanas tiveram de se readaptar a um meio multicultural; d) a manutenção de fatores culturais africanos só foi possível através de adaptações a novas condições interativas dos diversos grupos formadores; e) devido às condições em que se processou esta imigração, a religião acabou por se consolidar como principal suporte da africanidade (WEIMER, 2008, p.16).

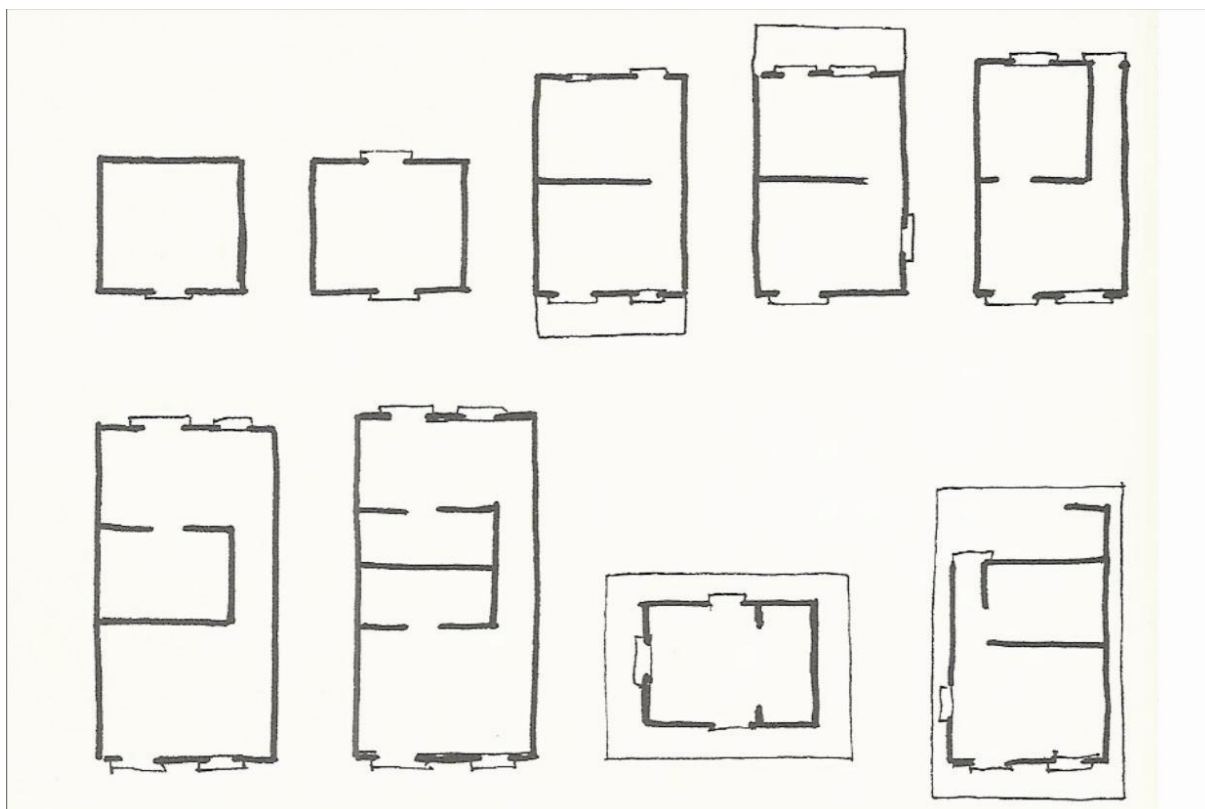


Figura 36 – Esquema da variabilidade das plantas baixas das casas dos imigrantes negros. Fonte: (WEIMER, 2005, p. 224).

O significado deste postulado cultural não pode ser negligenciado, pois representa uma importante contribuição dos afro-brasileiros para a nossa arquitetura popular e conseqüentemente para a constituição da paisagem cultural mineira. A importância destes traços, como argumentado por Vlach (1991) ainda vai além, pois, de fato, os escravos estiveram aptos, com o mínimo de condições materiais disponíveis, a criar uma paisagem residencial e de trabalho que traduzia de alguma forma a sua cultura, sendo que esta não é menos significativa que aquela desenvolvida pelos homens livres brancos.

5. INTER-RELAÇÕES TECNOLÓGICAS ENTRE BRASIL E ÁFRICA

As técnicas construtivas do Brasil colonial se processaram e se desenvolveram sobre um sistema de aprendizado e prática, pois segundo Vargas (1994) não faz sentido falarmos de tecnologia antes do século XIX neste país. A técnica era o saber-fazer, o saber das mãos ⁵⁹, das competências conjuradas em regras, invenções, operações e habilidades correlacionadas à construção, sendo transmitido por gerações, através das mais distintas relações, como a de mestre aprendiz ou dos circuitos domésticos e familiares.

A faculdade do saber, do conhecimento, que se refere ao corpo e aos sentidos, ao entendimento e até a intuição é o saber-fazer. O conjunto de conhecimentos técnico-construtivos, assim como as soluções técnicas na construção de uma edificação, constitui-se sobre o que é conhecido e o que é herdado da moradia. Isso inclui a sabedoria e a experiência coletiva de uma sociedade e as normas que foram aceitas por um grupo por serem apropriadas ao seu ambiente construído (OLIVER, 2006).

A técnica parece acompanhar o homem desde os primórdios da cultura humana, o que lhe atribuiu a ampla ciência do ambiente natural como provedor de materiais, ferramentas e espaço inspirador de como ele será utilizado com o propósito da construção. O controle sobre os materiais e a preparação necessária para participar do processo construtivo baseia-se na formação de organizações, onde os membros passam por um longo período de aprendizagem e onde desenvolvem o uso de terminologias específicas para cada método.

Desta forma, afirma-se que sob o conceito do saber fazer se inclui toda a ciência sobre os materiais, os métodos e as técnicas, assim como as competências e as habilidades manuais, com a posterior transmissão através de um processo educativo em que essas habilidades e a técnica são passadas de geração para geração. Com isso é possível afirmar que o “saber-fazer é conceitualmente situado dentro de um extenso e cognitivo mapa ou território que constitui a totalidade do conhecimento de construir e habitar de uma sociedade específica” (OLIVER, 2006, p. 110).

Dentro desta lógica buscamos neste capítulo entender o “comportamento técnico” das sociedades africanas que foram retiradas de seu território e enviadas ao Brasil. Os relatos

⁵⁹ As diversas perspectivas do trabalho manual e do saber das mãos foram estudadas por SENNETT (2009).

de viagem e a iconografia permitiram que se fizesse uma releitura do passado a fim de identificar quais as técnicas construtivas que eram conhecidas pelos escravos na África e aquelas que foram utilizadas na construção de suas moradias no Brasil, dentro de um mesmo período histórico. A comparação entre as tradições construtivas dos povos da África Ocidental, em seu território de origem e posteriormente em seu novo lar foi realizada, a princípio, nas descrições de Richard Francis Burton que esteve visitando a África e alguns anos depois o Brasil, e posteriormente nas transcrições de outros viajantes.

É dentro de um cenário técnico europeu, composto por conceitos de arquitetura e pelo conhecimento de técnicas construtivas relacionadas aos seus locais de origem, que os viajantes tecem os seus relatos técnicos. Permeado pelos seus referenciais, estes descrevem as suas impressões. E para interpretá-las é necessário conhecer este universo técnico ao qual cada viajante foi originário. Para isso apresenta-se uma revisão das técnicas construtivas e dos conceitos relacionados ao ambiente construído em terra crua na França, Inglaterra e Alemanha nos séculos XVIII e XIX.

5.1 O UNIVERSO TÉCNICO EUROPEU

Na Gália Mediterrânea, as influências helênicas e dos cartagenos promoveram o emprego das técnicas de construção com terra crua, sendo que antes dos romanos disseminarem o uso do tijolo cozido pelo império, a terra crua era amplamente utilizada na Gália Cisalpina na zona rural e até mesmo em estruturas urbanas. Escavações realizadas em Lugdunum, atual Lyons, revelaram estruturas de madeira vedadas com tijolos de adobe e estruturas em taipa (HOUBEN; GUILLAUD, 1994).

Estas técnicas predominaram em áreas rurais da Europa até o final da Idade Média. Somente no século XVIII foram re-descobertas na França, por Georges-Claude Goiffon, que publicou em 1772 a existência de casas de dois e três andares, em Lyonnais e também em províncias vizinhas incluindo Dauphiné, construídas com terra crua. O uso do *pisé* na França se estendia, segundo Goiffon, de Avignon até o norte de Tournus na Borgonha (FERNANDES, 2008). Entretanto, o uso dessa técnica foi impulsionada e recuperada, pelo arquiteto François Cointeraux, que racionalizou e modificou o sistema tradicional de construção em taipa, e o difundiu para outros países europeus, através de manuais de construção, traduzidos em diversas línguas. Na Alemanha do século XVIII, a técnica

apresentada como o *nouveaux pisé*, foi adotada nas regiões de Schleswig-Holstein e Baixa Saxônia (FERNANDES, 2008).

Na Inglaterra, as técnicas de construção com terra crua no século XIII foram caracterizadas tradicionalmente pelo emprego do *cob*, que consiste em uma mistura de terra com areia e fibras vegetais, capaz de criar uma massa consistente que possa ser transformada em pequenas bolas, que são atiradas combinadamente, de modo a se constituir uma parede monolítica. No século XV, as construções em *cob* se tornaram tradicionais em muitas partes da Grã-Bretanha, particularmente no sudoeste da Inglaterra e no país de Gales, onde o solo era caracterizado como uma argila arenosa, e os materiais como a pedra e a madeira, eram escassos. No entanto, há referências do uso desta técnica de construção com terra crua em inúmeras regiões da Inglaterra e em todos os períodos históricos.

O *pisé*⁶⁰ era uma técnica tradicional no Vale do Rhone na França, e o seu uso na Inglaterra ocorreu após 1790, entretanto esta técnica ocupou um espaço reduzido na história da construção com terra crua inglesa, ficando restrita ao sul do país e a uma classe social mais elevada que aquela que utilizava o *cob* para suas construções (ASHURST, 1995). Em Norfolk, Suffolk, Cambridgeshire e Essex, na Grã-Bretanha, a técnica construtiva conhecida como *puddled Clay*, consiste na utilização de “um solo de composição argilosa que é inserido, em seu estado plástico, entre formas de 450 mm de altura, que produzem paredes de 325 mm, onde as superfícies externas e internas são precisas e consistentes” (ASHURST, 1995, p.88, tradução nossa).

Na tradição de construção com terra crua, a técnica “*wattle and doub*” consiste em uma estrutura de suporte geralmente de pórticos de madeira (enxaimel), que é preenchida com uma trama tecida a partir de matéria vegetal e coberta com uma mistura de argila e palha, ou outro tipo de fibra vegetal, capazes de minimizar a retração durante a secagem. Essa forma de construção foi predominante em algumas regiões da Inglaterra e do País de Gales antes do século XVII, assim como na Alemanha e outros países europeus a partir do século XII (ASHURST, 1995).

Entretanto, com a industrialização do século XVIII, o uso do tijolo queimado se difundiu nestas regiões, e aos poucos estas técnicas se tornaram obsoletas e exclusivas das construções de colonos pobres e trabalhadores rurais. Ainda assim, em toda a Europa, as

⁶⁰ O verbo latino *pinsare*, em francês o *pisé*, ou o termo *tapia*, talvez por influência da Galiza, pois é também uma palavra usada em galego, o étimo é o árabe *tabíya*, que também é pronunciada no norte da África, o *taput*, são todas denominações de uma mesma técnica.

construções em terra crua continuaram até a década de 1950, tendo experimentado uma recuperação surpreendente nos anos seguintes à Segunda Guerra Mundial, um período em que havia uma escassez de materiais industriais e uma necessidade urgente de realojar milhares de pessoas desabrigadas. As técnicas foram desenvolvidas de forma sistemática na Alemanha, e centros de formação foram criados, apresentando como resultado a construção de milhares de casas em terra crua (FERNANDES, 2008).

5.2 TÉCNICAS CONSTRUTIVAS EM TERRA EM MINAS GERAIS

Apresentamos nesta sessão o cenário técnico em Minas Gerais pelo olhar dos viajantes, que inevitavelmente irão relacioná-lo ao seu universo originário, e na seqüência de alguns dicionaristas que definiram há séculos atrás os termos adobe, taipa e pau-a-pique, nos dando pistas das relações tecnológicas que permearam a formação da arquitetura popular.

Em seu livro “Arquitetura no Brasil: Sistemas Construtivos”, Vasconcellos (1979) oferece um panorama das técnicas construtivas e seus processos arquitetônicos no Brasil especificamente em Minas Gerais, destacando-se três técnicas construtivas em terra: a taipa de pilão, o adobe e o pau-a-pique. A seguir, será apresentada uma rápida descrição de cada uma destas técnicas e a sua posterior comparação com os relatos dos viajantes.

5.2.1 TAIPA DE PILÃO

A taipa de pilão é um sistema onde as paredes são maciças e constituídas de barro socado, sendo sua espessura, em geral, superior a 40 cm. A técnica de execução consiste em armar formas de madeira, denominadas taipais, onde é inserido o barro. Em seguida, o barro é comprimido a pilão de modo que a camada de barro seja reduzida e a massa ganhe consistência. Os taipais se sucedem verticalmente, alcançando toda a extensão da construção (VASCONCELLOS, 1979).

Um dos tipos de taipa de pilão é a chamada “Formigão”, onde o barro não é peneirado e é misturado com pedregulhos maiores e menores, formando um aglomerado semelhante ao concreto (VASCONCELLOS, 1979, p. 21). Este mesmo autor comenta que em Diamantina, essas pedras “in natura” recolhidas dos rios ou dos próprios locais de construção, são

chamadas de “piruruca”. Oliveira (2005) argumenta que a taipa de formigão definida por Vasconcellos, tem a característica fundamental da presença de fração grossa de solo na composição, que difere do tratado de fortificações do Brigadeiro Diogo da Sylveira Vellozo, onde ele explica que a característica fundamental deste material era a presença de cal.

Também Burton, chegando a Barroso, distrito de Barbacena, passa a noite em um estabelecimento que ele descreve como um rancho:

[...] “Essencialmente, é um telheiro comprido, tendo, às vezes, na frente, uma varanda de postes de madeira ou colunas de tijolos, e outras vezes com paredes externas e mesmo com compartimentos internos, formados de taipa, isto é, armações de madeira cheias de barro”. (BURTON, 1976, p.100 e 101)

O autor aqui descreve em uma nota o termo taipa, como sendo:

“O pisé da Bretanha e o “puddle” da Inglaterra, encontrado, via Daomé e Sind, etc., até a Austrália. A maneira da execução é quase a mesma, em toda a parte e não a descreverei, portanto. Quando o barro seca, e contém pequenos seixos de quartzo, constitui uma boa parede. Sempre exige, no entanto, ser bem rebocada, e protegida por largos beirais, para proteção contra chuva, e de um alicerce de pedra ou tijolo, para evitar que a umidade do solo desgaste sua base”. (BURTON, 1976, p.100 e 101)

Burton (1976) descreve a taipa como sendo uma técnica construtiva definida como uma armação de madeira cheia de barro. Entretanto, essa descrição também se enquadra no conceito das vedações de pau-a-pique, não podendo se afirmar que a técnica identificada pelo viajante, era realmente a taipa. Ampliando-se a análise para as notas de rodapé, onde o autor define comparativamente o termo taipa com o *pisé* e o *puddle*, é possível constatar que provavelmente a técnica visualizada realmente tenha sido a taipa.

Em Minas Gerais, essa técnica foi utilizada na construção de igrejas e algumas residências, porem de forma bem mais restrita que em outras regiões, como São Paulo e Goiás, como referenciado por Mawe (1978) em sua descrição da cidade de São Paulo, no ano de 1807 e 1808, que relata existirem numerosas praças, e lugares de devoção, como conventos, mosteiros e igrejas, muitos dos quais construídos em taipa. Segundo o viajante, essa técnica é executada da seguinte maneira:

“Erguem-se as paredes da seguinte maneira: constrói-se um arcabouço com seis pranchas moveis, justapostas, e mantidas nessa posição por meio de travessões, presos por pinos móveis e vigas, à medida que avança no trabalho. Coloca-se o barro em pequenas quantidades, que os trabalhadores atiram com pás, umedecendo-o, de quando em quando, para dar-lhe maior consistência. Cheio o arcabouço, retiram o excesso, e prosseguem na mesma operação, até rebocar todo o madeiramento da

casa, tomando-se cuidado de deixar espaços para as janelas, as portas e as vigas. A massa, com o correr do tempo, endurece; as paredes, perfeitamente lisas na parte interna, tomam qualquer cor que o dono lhes queira dar e são, em geral, ornadas com engenhosos enfeites. Esta espécie de estrutura é durável; vi casas assim construídas que resistiram duzentos anos e a maioria tem várias histórias. Os telhados constroem-se de modo a projetarem-se dois a três pés além da parede, fazendo com que a chuva corra distanciada da base [...] mas embora a região ofereça excelente argila, e lenha em quantidade, raramente cozinham os tijolos”. (MAWE, 1978, p.63,64)

A descrição deste autor sobre a execução da taipa demonstra um conhecimento e uma proximidade maior com a técnica, em função da riqueza de detalhes que o relato oferece ao leitor, sendo provável que este tenha presenciado a execução da mesma. Neste relato é interessante a descrição dos taipais e dos pinos e travessões de fixação dos mesmos. As pesquisas e práticas contemporâneas desta técnica de construção mostram como é estratégica esta fixação das formas para a boa execução da taipa. Outro aspecto de importância crucial na execução da técnica revelado pelo autor é a colocação da terra em “pequenas quantidades”. Grandes camadas de barro não permitem a correta compactação das mesmas e podem levar ao comprometimento de toda a estrutura.

Curiosa é a colocação de Mawe com relação ao uso da argila e da lenha que, apesar da abundância e da qualidade dos materiais, estes não são usados para a fabricação de tijolos. A tônica do autor sobre o texto, revela a provável admiração do uso de técnicas construtivas com terra crua, sendo que haviam condições favoráveis para que fossem utilizados os tijolos cozidos, assim como na Inglaterra.

5.2.2 ADOBOS

Segundo Vasconcellos (1978), os “adôbos” são tijolos de barro, que são compactados manualmente em formas de madeira e postos a secar na sombra e depois ao sol, devendo o barro conter uma quantidade de areia, fibras vegetais ou estrume de boi para que se tenha consistência. O assentamento e o reboco são feitos de barro, podendo receber reboco de cal e areia.

Bardou (1979) define esta técnica como sendo a fabricação de tijolos através da utilização de solo, selecionado pelos antigos construtores por sua composição arenosa, que são moldados em fôrmas de madeira e secos diretamente ao sol ou a sombra por algumas

semanas. O viajante Richard Burton, em sua descrição da cidade de Barbacena, relata sobre as casas:

“O material de construção favorito é o bem conhecido adobe, o tijolo secado ao sol de México e Salt Lake City; em Minas, é uma massa de barro, pesando uns 15 quilos. Alguns moradores têm, em suas casas, alicerces de pedra, para impedir que a umidade e as chuvas acabem provocando o desmoronamento de tais massas de barro, não levadas ao forno e arrastando-as. O beiral das casas projeta-se para a frente desmesuradamente”(BURTON, 1976, p.85).

O adobe é caracterizado pelo viajante como uma técnica conhecida, que segundo a descrição exige detalhes arquitetônicos, como os “alicerces de pedra” e a projeção do beiral, em vista da sua suscetibilidade a deterioração frente às intempéries. Entretanto, Saint-Hilaire (1975), em sua descrição da Vila do Fanado, demonstra um desconhecimento da técnica, quando ressalta que os “paralelepípedos de barro” são chamados de “adobe ou adôbos” e faz uma descrição do processo executivo.

“Não se constrói em Vila do Fanado como nas partes da província que até então percorrera [...]. As paredes são feitas de paralelepípedos de barro batido com a erva e que se põe a secar ao sol. Esses paralelepípedos têm o nome de adobes ou adôbos” (SAINT-HILAIRE, 1975, p. 222).

George Gardner, naturalista escocês que chegou ao Brasil em 1836 e aqui permaneceu até 1841, descreve a Vila das Almas, situada em um recôncavo como “consiste de poucas ruas irregulares, com casas baixas e de mísero aspecto, feitas de grandes tijolos crus, de barro misturado com grama aparada e secados ao sol”. (GARDNER, 1975, p. 151). O viajante, descreve a técnica construtiva, de modo que seja possível identifica-la como sendo o adobe, porém essa não é nomeada no texto. E novamente, ocorre uma associação entre a técnica construtiva e a indigência das edificações caracterizadas como “baixas e de mísero aspecto”.

Ao contrário das afirmações de Vasconcellos (1979) os relatos insistem nos adobes secos ao sol. Em Mali, África, constatamos também que esta é a forma de execução usada contemporaneamente neste país. Digna de nota é também a observação feita por Saint-Hilaire (1975) da adição de “erva” que realmente melhora a qualidade executiva dos adobes diminuindo as suas trincas devido à retração.

5.2.3 PAU-A-PIQUE

O pau-a-pique consiste em uma grade de madeira presa a paus colocados perpendicularmente entre os baldrames e frechais (paus-a-pique), feita por paus roliços de diâmetro entre 10 cm a 15 cm que são amarrados com diversos tipos de cordas (linho, cânhamo, couro) formando uma estrutura capaz de sustentar o barro que será colocado entre os vazios da armação. O barro é arremessado e pressionado sobre a trama de paus, sendo este um sistema caracterizado pela sua leveza, pouca espessura e rapidez de execução (VASCONCELLOS, 1979).

Para Saint-Hilaire (1975), o interior de Minas Gerais possuiu um ar de decadência, proveniente do aspecto de desmazelo que as edificações em terra oferecem para a paisagem, já que estas “se estragam facilmente, principalmente por fora”. Também são identificados preconceitos, na descrição do viajante sobre a técnica do pau-a-pique, quando ele a caracteriza como sendo de fácil execução para a construção das “casas dos pobres” e destaca que são frágeis frente às intempéries, já que se “destroem com facilidade extrema”.

“O ar de decadência que tem, em geral, no interior da Província de Minas, os vilarejos e habitações isoladas, decorre também, em grande parte, deve-se dizê-lo de que essas construções, sempre feitas de barro, se estragam facilmente, principalmente por fora. As casas dos pobres são tão fáceis de construir, que qualquer um é seu próprio arquiteto; e, como se verá, essas casas também se destroem com facilidade extrema. Para se erguer as paredes, fincam-se na terra, a pequena distância um dos outros, esteios de madeira toscos, da grossura aproximada de um braço. Com auxílio de alguns cipós, amarram-se a estes ripas transversais muito aproximadas e, quando se completa assim uma espécie de gaiola, enchem-se os intervalos com barro”. (SAINT-HILAIRE, 1975, p. 94)

Em sua viagem para Roça Grande, passando pelo lugarejo de Praia do Bem Será, Burton se depara com uma fileira de casinhas e descreve sua construção como:

[...] “esteios fincados no chão, suportando um telhado sobre uma armação de madeira; muitas vezes, assim, o telhado fica pronto e são colocadas as portas e janelas antes de aparecerem as paredes. Em seguida é que vem a construção das paredes, com uma armação de varas, que é enchida com barro. Essa curiosa forma de construção é chamada de pau-a-pique ou parede de mão. Onde se conhece o adobe, este toma o lugar do pau-a-pique e do barro. Nessas casas moram os cavouqueiros brasileiros livres” [...]. (BURTON, 1976, p.241)

A descrição revela que a técnica era desconhecida pelo autor, pois ele se surpreende com a sua execução, quando expõe “Essa curiosa forma de construção...”. Também é possível

constatar que na concepção de Burton, há determinada superioridade do adobe sobre o pau-a-pique, além do fato de novamente a técnica construtiva estar relacionada a populações operárias.

Na minha interpretação a pintura de Debret intitulada “Família pobre em sua casa” (FIG. 37) retrata claramente este fato, pois expõe o interior da habitação de uma viúva pobre que mora com sua filha e uma negra velha. A residência se compõe de duas peças de tamanho diferente, sendo a dos fundos a cozinha, a julgar pelos utensílios, e a maior a peça de dormir com uma rede e esteiras no chão. A representação das paredes exibe a técnica construtiva do pau-a-pique e nos leva a associa - lá a miséria e pobreza descritas no próprio título, apesar de entendermos que esta estaria retratando uma realidade vivenciada pelo viajante. Pensamos que o pintor tenha se utilizado de estereótipos, ou seja, são imagens fundamentadas em valores e conceitos já pré-concebidos.



Figura 37 – Família pobre em sua casa. Fonte: (DEBRET, 1954, p. 224).

5.3 TERMOS TÉCNICOS

Os registros escritos de épocas passadas detêm a capacidade de transmitir uma realidade lingüística. Os viajantes europeus que relataram suas expedições pelo Brasil ao longo do período colonial e durante o Brasil Império utilizaram-se de uma linguagem menos formal e, portanto, mais permeável aos usos correntes na linguagem da época. Dentro dessa perspectiva, interessa a esta pesquisa considerar os textos dessa natureza, não como fonte de dados lingüísticos, mas sim como exemplares da língua utilizada na época em que foram produzidos, a fim de que se conheçam os significados atribuídos a cada termo.

Adobe, taipa e pau-a-pique⁶¹, são termos que comumente foram utilizados pelos viajantes em seus relatos, para se referirem ao que hoje denominamos métodos construtivos, identificados durante o período que permaneceram no Brasil. Tais terminologias técnicas serão analisadas dentro do campo da lingüística e semântica, a fim de que se compreenda o seu significado em uma época distinta da atual.

Para o desenvolvimento da pesquisa, recorre-se a três fontes de períodos distintos, capazes de criar um espectro amplo e consistente das definições e variações lingüísticas. São estes, o “Vocabulario portuguez & latino: aulico, anatomico, architectonico...” de Raphael Bluteau (entre 1712-1728); o “Diccionario da lingua portugueza - recopilado dos vocabularios impressos até agora, e nesta segunda edição novamente emendado e muito acrescentado, por Antonio de Moraes Silva” (1813), e finalmente o “*Diccionario da Lingua Brasileira*” por Luiz Maria da Silva Pinto (1832).

Os próprios títulos revelam particularidades intrínsecas a cada obra, como o *Diccionario da Lingua Portuguesa*, de António de Moraes Silva⁶², publicado no ano de 1813 em Portugal, que apresenta a sua obra como uma recopilagem do Vocabulário de Raphael Bluteau, onde foram “emendados” e “acrescentados” novos verbetes. Essa referência à obra de Bluteau é em parte entendida pelo prestígio deste autor em Portugal e também pelo fato de que

⁶¹ Termos traduzidos das literaturas de viagem que foram escritas em inglês, alemão e francês.

⁶² António de Moraes Silva, brasileiro, natural do Rio de Janeiro e estudante de direito da Universidade de Coimbra. Foi processado duas vezes pelo Tribunal do Santo Ofício de Coimbra, por práticas consideradas heréticas. Sendo decretada a sua prisão, se refugiou na Inglaterra, só retornando a Lisboa em 1785. Apresentou-se ao Tribunal para fazer a sua confissão e foi condenado a confiscação de seus bens para o fisco e a Câmara Real. Permaneceu em Portugal até 1794, quando retornou ao Brasil, para a cidade de Muribeca, em Pernambuco, para se dedicar às atividades agrícolas.

Moraes aproveitou de maneira sistemática a nomenclatura e as definições de seu predecessor.

Entre a publicação do Vocabulário de Bluteau e o Dicionário de Moraes, transcorre um período significativo de mais de setenta anos, e a conseqüente ocorrência de alterações na língua portuguesa. Seguindo a inovação de Bluteau, Moraes apresenta o vocabulário usual e mais freqüente na língua escrita e oral, com suas variações. Deste modo, ao abreviar e atualizar a nomenclatura de Bluteau em apenas dois volumes com um corpus de referência de autores dos séculos XV a XVIII, António de Moraes Silva se tornou o mais importante dicionarista do português contemporâneo.

O “Vocabulário Portuguez e Latino” do clérigo Raphael Bluteau⁶³ foi publicado pelo Real Colégio das Artes da Companhia de Jesus, no século XVIII, a pedido do rei D. João V de Portugal, que ao longo de oito volumes recolhem um corpus de ordem monumental. A respeito destas obras, o Vocabulário tem um caráter mais enciclopédico, com definições extensas e detalhadas, resultantes do espírito humanista do renascimento, diferentemente do Dicionário de Moraes que é caracterizado pela sua objetividade e cientificismo, com descrições precisas da língua.

O corpus de referência utilizado por Raphael Bluteau, para a elaboração do vocabulário é referente a 410 obras de 288 autores portugueses, além de 47 autores latinos. Dentre estas, há um número representativo de obras que são relatos de viagens dos portugueses na época de suas conquistas, com informações sobre a flora, a fauna, usos e costumes de inúmeros países, inclusive do Brasil, revelando o caráter enciclopédico e a erudição de Bluteau, um autor contemporâneo a sua época.

A intitulação “*Diccionario da Lingua Brasileira*” dada pelo major Luiz Maria da Silva Pinto⁶⁴ a sua obra, parece reivindicar uma emancipação para o português falado na América.

⁶³ Raphael Bluteau, filho de pais franceses, nasceu em Londres em 1638, e aos seis anos de idade deixou a Inglaterra com sua mãe, indo para a França. Coursou Humanidades em Paris e doutorou-se em Teologia em Roma, tornando-se clérigo da ordem dos teatinos de S. Caetano, em 1661. Enviado para Portugal, aprendeu rapidamente a língua portuguesa e começou a usá-la numa intensa atividade oratória. A morte de D. Maria Francisca o levou a se retirar para a França, onde permaneceu até 1704, quando retornou a Portugal. Recolheu-se, então, ao mosteiro de Alcobaça, onde concluiu sua obra o Vocabulário Portuguez e Latino. Voltou para Lisboa em 1713, onde, a partir de então, recebeu a proteção do rei D. João V que entre as inúmeras provas de estima ao ilustre teatino, ordenou que suas obras fossem publicadas a custa da fazenda real. Bluteau morreu em 13 de Fevereiro de 1734.

⁶⁴ Luis Maria da Silva Pinto nasceu em Goiás em 1775, e exerceu uma longa carreira no Estado, como diretor do Censo, vice-diretor da Instrução Pública, sendo em 1822 nomeado administrador da Tipografia Provincial. O primeiro dicionário publicado em terras brasileiras, e um dos primeiros livros impressos em Minas Gerais, é o Dicionário da Língua Brasileira do autor.

Publicado pela Tipografia Silva, em Ouro Preto, no ano de 1832, essa obra revela a condição política de um Brasil independente que buscava a sua identidade nacional. Concebido para ser um dicionário “*portátil*”, este é classificado pelos estudiosos, como uma versão simplificada e resumida do Moraes, sendo que não apresenta registros de palavras exclusivas do Brasil, como poderia se supor pelo título.

Inseridos em momentos históricos distintos, esses dicionários evidenciam a grafia e o significado das palavras nos séculos XVIII e XIX, possibilitando a comparação e a análise dos verbetes com os termos atuais. A perspectiva do significado atribuído a cada termo técnico, inserido no contexto de sua época, torna-se um instrumento de acesso ao entendimento das descrições da literatura de viagem, considerando-se que esses dicionários são caracterizados pela sua riqueza de informações históricas e pela sua tipologia enciclopédica. Feitas estas considerações referentes a cada obra, passaremos a analisar a definição dos termos técnicos em cada um dos dicionários.

5.3.1 ADOBE

ADOBO, s.m. Espécie de ladrilho, que se seca ao sol.

(PINTO, 1832, p.4)

ADÒBE, s.m. Tijolo de barro quadrado cru. Suas casas são de adobe, &c. Góes, Cbr. de D. Man. I.P. cap 35. §. Adobe, grilhão. Sousa. Adobes nos pés. Como, 4.4.3. “e lhe deitarão o próprio adobe, que elle mandou lançar a D. Garcia Henriques”. Ver Adoba, e Adóva.

(SILVA, 1813, p.44)

ADOBE, **adôbe**. Espécie⁶⁵ de ladrilho grosso, não cozido ao fogo, mas seco ao sol. *Later crudus*. No liv. 35. cap14. diz Plínio, Illini quidem crates parietum luto, lateribus crudis extriquis ignorar? Era o forte fabricado de Adobes. Jacinto Freire, pág. 329.

(BLUTEAU, 1728, v.1, p. 131 e 132)

O primeiro dicionário publicado em terras brasileiras, de Luis Maria da Silva Pinto, apresenta a grafia *adobo*, e não *adòbe* como no dicionário de Moraes e *adobe* no Vocabulário de

⁶⁵ A letra “*f*” que aparece nos verbetes de Bluteau se refere a um caractere (latin extendido, latin small letters) especial usado pelo autor que tem o som de “*s*” sendo este já substituído na transcrição.

Bluteau. Apesar destas variações de grafia, as definições do termo demonstram similaridades e permitem um mesmo entendimento do seu significado. As demais informações que compõem o verbete, tanto em Bluteau como em Moraes, são exemplos do emprego do termo nas citações de outros autores, sendo acompanhadas das fontes de referência.

O adobe está para a história da construção dos abrigos do homem, como o próprio homem para a história da civilização. Com séculos de existência na paisagem, essa técnica foi mencionada no único tratado de arquitetura do período anterior à era cristã, o texto de Vitruvius, e em muitos outros textos como o de Plínio, citado por Bluteau. Posteriormente, os dicionaristas do século XVIII e XIX referenciaram o corpus de suas obras em autores clássicos e contemporâneos a sua época, o que torna plausível a hipótese de que estes tivessem meios de descrever corretamente essa técnica construtiva. Além disso, a arquitetura em adobe foi presença constante em Portugal, nas regiões dos vales, junto aos rios onde os estuários se cruzam com a planície e no litoral centro, onde a costa se encontra com o mar, onde predominam os solos de aluviões, ricos em minerais, areias e siltes.

É notável a acentuada ênfase nas definições do termo adobe, com relação ao caráter modular dessa técnica, explicada como uma “espécie de ladrilho”, e caracterizada por secar ao sol, o que dá o tom de diferenciação deste com relação ao tijolo cozido.

5.3.2 TAIPA

Taipa⁶⁶, s.f. Parede de barro, ou de terra calcada.

(PINTO, 1832, p.131)

Taipal, s.m. Taboa, que se põe de hun e de outro lado para calcar o barro ou a terra nas paredes de taipa. adj. Diz-se do carro, que tem taboas altas pelas bordas.

(PINTO, 1832, p.131)

⁶⁶ Foram transcritos de todos os dicionários, os termos taipa e taipal, sendo o primeiro relativo a técnica construtiva e o segundo ao instrumento utilizado na execução da técnica.

TÁIPA, s.t. Parede feita de terra, ou barro calcado entre dois taboões paralelos, a cuja distancia he proporcionada a grossura da parede.

(SILVA, 1813, p.750)

TAIPÁL, s.m.pl. Os taipaes são as taboas entre as quaes se calca o barro, quando se faz a parede de taipa, B. 1.10. 2.d maneira de taipaes.

(SILVA, 1813, p.750)

TAIPA. He nome Árábico, corrupto de Tapia, que val o meímo, que parede de barro. Fazem-se as paredes de Taypa com terra pisada entre taboas, & alguas vezes pela boa qualidade da terra, & por bem feytas, durão estas paredes quasi tanto, como as de pedra, & cal. Parede de taypa. *Paries formaceus*. No cap. 14 do livro 35. descreve Plínio Histor. as paredes de taypa com as palavras, que se seguem. *Quid? Non in África, Hifpaniâque ex terra parietes, quos appellant, formaceos, quoniam in formâ circumdatis utrinque duabus tabulis inferciunter verius, quàm inftruuntur, evis durant incorrupti firmiores?* Querem alguns, que estas palavras de Plínio se entendão das obras de formigão. Vid. Formigão. Chama Petrónio a hum gênero de parede de taypa, em que com o barro sé mistura palha. *Paries, luto fatiatus, & paleâ*. (As casas do Xeque erão de Taipa, com eyrados por cima. Barros, l. Dec.Fol 67.col3.)

(BLUTEAU, 1728, v. 8, p.17)

TAIPAL. Chamão se Taypaes as taboas, entre as quaes se piza o barro, com que se fazem as paredes de taypa. *Tabule, que inferciuntur terra ad parietes formaceos extrxendos*. (Entulhou os paos da madeyra entre hum, & outro à maneyra de taypaes. Barros, l. Dec.fol.196. col.I.)

(BLUTEAU, 1728, v.8, p.17)

A grafia dos termos “taipa” e “taipal” são análogas às convencionadas atualmente, com exceção de Moraes que faz uso de acentos agudos, indicando a sílaba tônica. Com relação à significação dos vocábulos, Silva Pinto define de forma abrangente os termos taipa e taipal, o que possibilita diferentes interpretações tanto para a técnica como para o instrumento necessário à execução. Igualmente instigante é o fato de este autor utilizar a terminologia “calcada”, assim como Moraes o fez em sua transcrição, o que denota uma

semelhança entre as construções discursivas desses autores. A comparação entre esses verbetes indica que Silva Pinto poderia ter consultado outros vocabulários, como o de Moraes, para construir as suas definições. Essa hipótese já foi levantada por outros autores, que notaram que Silva Pinto resumia as definições de Moraes, e algumas vezes retirando as citações clássicas.

Em Bluteau, os verbetes atingem um nível de descrição técnica, capaz de permitir a compreensão da execução do método construtivo. Essa tecnologia, segundo o autor, é definida pela elevação de paredes de “terra pifada entre taboas” onde os instrumentos taipais são “as taboas, entre as quaes fe piza o barro”. Contudo deve-se atentar para o fato de que para o autor, o instrumento usado para a mistura e compactação do material solo só se procede a pisão, abstendo-se da informação de que se pode adotar o pilão para a execução.

A taipa, na história da arquitetura de terra de Portugal, é considerada uma técnica construtiva tradicional e amplamente disseminada no século XVIII, sendo característica de todo o sul do país, com predominância na zona meridional do Alentejo. Com isso, é possível se constatar que os dicionaristas portugueses, transmitiram para a definição dos verbetes um conhecimento, teoricamente, popular e notório.

Emblemática é a consideração do autor com relação à durabilidade da técnica, quando este ressalta que “algumas vezes pela boa qualidade da terra, & por bem feytas, durão eftas paredes quafi tanto, como as de pedra, & cal”. É importante observar, o afloramento de um conceito da época nesta definição, o da superioridade técnica do material pedra e cal, em relação à terra crua, o que em parte é verdadeiro quando analisamos sua durabilidade e resistência, entretanto vários fatores devem ser analisados a fim de que se não cometa equívocos.

O autor também menciona o fato de que alguns estudiosos, ao se referirem a descrição da taipa no livro de Plínio, a confundem com a técnica do formigão, que na concepção de Bluteau, consiste em uma parede “que fe faz com terra afpera, & pedregulho, traçado com cal, & pifado entre taboas”. A nomenclatura formigão, é explicada pelo fato de “nelle entra tanta pedrinha, que parece hum formigueiro dellas”.

5.3.3 SEBE

SÉBE, s.f. Tapume de rama secca para cercar, e vedar a entrada em quinta, vinha, &c; o que se faz de arbustos, silvados, ou arvorezinhas, se diz sebe viva. §. *Sebes*, talvez são cercas de páo. § fig. Casas de sebe, feitas e topadas de esteyo, e enchaméis de páo, cruzados com ripas, ou varas, que formão como uma grade (as ripas por ambas as bandas dos esteyos) e tapão-se os buracos com barro amassado. *Castan.* 8. 280, opp. a casas de taipa, ou de parede de tijolo, ou d'alvenaria.

(SILVA, 1813, p. 674)

SEBE. Tapume de rama, que se faz, para impedir a entrada em quintaes, vinhas, &c. & às vezes para tapar água, quando sé cobre com terra. [...] Tambem ha Sebe de paos. (As casas com suas *Sebes* de pao. Oriente conquist.part.I.fol.837) O livro diz *Seves*. Falla nas casas dos Casres de Monomotapa.

(BLUTEAU, 1728, p. 533 e 534)

Nas definições dos dicionaristas não consta os verbetes pau-a-pique, taipa de mão, taipa de pescoção, taipa de sopapo ou barro de mão. No entanto, as descrições do termo sebe, no dicionário de Moraes e no vocabulário de Bluteau, apresentam dois sentidos. O primeiro refere-se a um “tapume de rama que se faz para impedir a entrada”, e o segundo a um método construtivo onde “enchaméis de páo, cruzados com ripas, ou varas, formão como uma grade e tapão-se os buracos com barro amassado”. Parece claro, que essa definição é semelhante à descrição da execução da técnica construtiva do pau-a-pique, que também era conhecida como taipa de sebe, apesar de constar nos dicionários apenas como sebe.

Curiosamente, Bluteau não apresenta uma definição da técnica, fazendo menção apenas ao termo “sebe de paos”, que só pode ser compreendida através da leitura do exemplo “as cafas com fuas *Sebes* de pao”. A ausência de uma significação conclusa em Bluteau, permite duas percepções, sendo a primeira, relativa ao restrito conhecimento dos autores com relação à técnica construtiva, e a segunda, se refere ao fato de que esta técnica não estava descrita nos tratados e manuais que foram as fontes de referência para esses autores.

Uma destas fontes, o livro *Oriente Conquistado*, foi citada por Bluteau no verbete *sebe*. O autor comenta que a menção feita no texto é do termo “Seves” e que esta se refere as “casas dos casres⁶⁷ de Monomotapa”. O império Monomotapa situava-se próximo a costa oriental africana, sendo descrita pelos viajantes europeus como um reino de rigorosa estrutura social com tradições enraizadas, rico em ouro e com uma arquitetura monumental. Os contatos portugueses estabelecidos com este reino se intensificaram com as crescentes relações comerciais, que foram estendidas aos missionários jesuítas que viriam a converter o Monomotapa ao cristianismo (FIG. 38).

A visita do Padre Julio Cesar, da Companhia de Jesus, a corte do império no ano de 1620, é citada no verbete *monomotapa* do dicionário de Bluteau. Nela o autor revela que o palácio do imperador era magnífico, com tetos forrados de ouro, ornados com riquíssimas tapeçarias, e munidos de torres de admirável arquitetura e simetria. E continua:

“[...] a casa do dito Príncipe tinha nove cercas de seves de paos, além das casas de suas mulheres, as quaes molheres serião mais de mil, & os filhos, como moícas os quaes andavão acarretando palha, para cobrirem as casas, & que o mesmo Rey em pessoa andava solicitando este provimento para hua casa de sobrado, que lhe tinhão edificado huns Canarins⁶⁸. [...] O trono era o lumiar da porta, no qual se assentou sobre hu degrao alto, cuberto de huma machira, & de machiras⁶⁹ constava todo o mais ornato, & armação das paredes” (BLUTEAU, 1728, p.560).

Aparece na descrição os termos “cercas de seves de paos”, que remetem a própria definição da técnica da taipa de sebe, que é constituída de uma cerca de paus cruzados. Esta hipótese se valida quando o autor, no fim do texto, coloca que “cuberto de huma machira, & de machiras constava todo o mais ornato, & armação das paredes”, pois a machira é justamente uma trama de cordões, que era usada para a confecção de vestimentas (com linhas mais finas), assim como para a armação das paredes (com fios mais espessos).

⁶⁷ Casre – Preto, negro. Em árabe significa “infiel, incrédulo” e designa qualquer individuo que não professa o islamismo. Aplicado, entre outros, aos pagãos da África Oriental, os portugueses adoptaram-no, restringindo a sua significação, e transmitiram-no as outras nações européias (DALGADO, 1921, v.I, p.170).

⁶⁸ Canarim – É o habitante do Canará. Mas os portugueses desde o principio applicaram erroneamente a denominação ao povo de Goa. Às vezes por canarins se entendem somente gentios ou somente os cristãos indígenas (DALGADO, 1921, v.I, p.198).

⁶⁹ Machira – Em duas acepções se emprega o termo na África Oriental: na de machila que é uma espécie de palanquim, que se usa em Goa para transporte de pessoas; ou na de um lençol grosso de algodão. A última é a primordial de que se derivou a outra, consistindo originalmente o transporte em uma peça de lona, atada pelas pontas a um varal; o qual, depois de sucessivos melhoramentos, chegou ao seu estado actual, mais cômodo e elegante (DALGADO, 1921, v.II, p.06).



Figura 38 – Parede exterior do Grande Zimbabwe. David Randall-Maclver, 1906. No sudeste da África, os povos Shona fundaram entre o século XII e XIV a cidade do “Grande Zimbabwe”, sendo esta o centro econômico, político e religioso deste império. A palavra zimbabwe é entendida pelos povos Shona como “fortificação em pedra”, o que traduz bem a construção desta cidade, que se apresenta como um conjunto de palácios reais e torres sagradas construídas com pedras e circundada por uma parede também em pedra. Este espaço era habitado exclusivamente pelos nobres, sendo que as demais classes habitavam cabanas de terra cobertas com palha e localizadas na cercadura dos palácios. Mas a partir de 1420 esta cidade foi abandonada por seus habitantes que seguiram o líder Mutota rumo ao norte em busca de uma região prospera. Assim surge o império Mutapa, descrito pelos portugueses como Monomotapa, no início do século XVI, com o controle das terras agrícolas férteis do planalto de Zambeze, sendo a sua capital estabelecida a 358 km da antiga cidade do “Grande Zimbabwe”. Entretanto, tudo indica que o Império Mutapa continuou a construir prestigiosos edifícios de pedra apenas até o século XVI, sendo posteriormente utilizada a terra como material de construção.

Outro ponto relevante é que foram identificadas pelo padre um número de “nove cercas”, o que nos leva a imaginar que estas estruturas estariam visíveis, ou seja, sem reboco, pois só assim seria possível a identificação pelo mesmo. O autor também se refere a uma “casa de sobrado” que havia sido edificada para o rei, esta afirmação surpreende pelo fato de que as estruturas em taipa de sebe deveriam ter alto apuro técnico para serem empregadas em casas com mais de um pavimento.

Diante do exposto, é de se supor que neste império africano, já no século XVII, no início dos contatos com os portugueses nesta região, estes povos já se utilizavam da técnica da taipa de sebe em suas construções. Aliado a este fato, tem-se que esta região foi grande

exportadora de mão-de-obra para o Brasil, sendo que possivelmente tenham chegado escravos deste reino a este país.

Nesse mesmo sentido, a ausência do verbete “sebe” no dicionário de Silva Pinto, levanta as mesmas hipóteses, podendo se acrescentar o fato de que, apesar de Moraes ser a principal fonte de referência desse autor - e ter definido de forma tão concisa a técnica - Silva Pinto não o fez.

Maria Fernandes⁷⁰ (2011) coloca que a técnica do pau-a-pique é conhecida em Portugal como tabique em terra, taipa de fasquio e taipa de rodízio, e que estas terminologias são encontradas nos documentos do século XV ou mesmo no XVI e XVIII, sendo que até mesmo na etnografia mais recente do século XIX o termo é tabique de terra. Como não se constatou a presença do termo pau-a-pique na documentação histórica de origem portuguesa, pode-se inferir que esta seja uma denominação brasileira, que traduzem bem a execução da técnica, ou talvez uma variação do termo “tabique”.

5.3.4 TABIQUE

Tabique, s.m. Parede delgada de tijolos direitos huns sobre os outros. Parede de grades de madeira, cobertas de cal.

(PINTO, 1832, p. 128)

TABÍQUE, s.m. *Parede de tabique*, delgada feira de tijolos, ao contrário da parede de *frontal* que he de tijolos, e grossa. §. It. Parede feita de grades de madeira delgada, cheios os vãos de cal.

(SILVA, 1813, p. 748)

Tabique. He hua parede delgada de tijolos, postos direyτος hum sobre outro, ao contrario de *frontal*, q se compõem de tijolos deytados. Dizem os Etymologicos, que *Tabique* he palavra Árábica, composta de *Taxbiq*, que val o meímo que o que acabamos de dizer, *Paries è laterculis erectis*.

(BLUTEAU, 1728, v. 8, p. 7)

⁷⁰ Informação obtida através de troca de e-mail com a autora.

Do ponto de vista de análise discursiva, Silva Pinto, Moraes e Bluteau, apresentam praticamente a mesma construção, sendo o elemento diferenciador das três ocorrências a inserção da etimologia da palavra “tabique” em Bluteau.

No que concerne à definição do vocábulo propriamente dito, Silva Pinto e Moraes apresentam dois significados diferentes para a mesma palavra, pois uma “parede delgada de tijolos direitos huns sobre os outros” difere tecnicamente de uma “parede de grades de madeira, cobertas de cal”. Pode-se inferir que tanto Silva Pinto como Moraes, desconheciam a técnica que estavam descrevendo, sendo que apresentaram dois significados diferentes para uma mesma palavra. Como o vocabulário de Bluteau foi à base de análise para Moraes, o mesmo manteve a definição de seu precursor e acrescentou a esta, uma outra significação. Do mesmo modo, Silva Pinto o fez com o verbete de Moraes.

As informações do verbete em Silva Pinto e Moraes se referem em um primeiro momento, a uma descrição puramente arquitetural, onde a técnica construtiva não é mencionada. Nessa descrição, é possível constatar que a percepção visual do autor, foi a principal fonte de informações para a definição do vocábulo. O aspecto “delgado” da parede distingue essa de uma parede frontal, que na concepção do autor é “grossa” ou de “tijolos deytados”, o que indica que a técnica descrita, pudesse se referir ao pau-a-pique, justamente por produzir uma parede pouco espessa, diferentemente do adobe e da taipa.

Em seguida a primeira citação do verbete, o autor complementa que as paredes são “feitas de grades de madeira delgada, cheios os vãos de cal”, o que confirma a hipótese dessa ser a definição da técnica do pau-a-pique e exclui a possibilidade dessa ser a descrição do que se entende por tabique no Brasil, que difere de Portugal. É importante esclarecer que o termo tabique em Portugal e pau-a-pique no Brasil, são designações de uma mesma técnica, definida pelo revestimento de grades de varas de madeira com argamassa de barro, resultando em paredes leves de reduzida espessura. Entretanto o termo tabique no Brasil é definido como uma técnica de vedação, em que tábuas de madeira são revestidas de argamassa de terra.

Outro ponto a ser esclarecido dentro dessa temática é o do preenchimento da trama em madeira, que segundo o autor é feito com cal. No entanto, sabe-se que a técnica do pau-a-pique exige que essa trama seja revestida com argamassa de barro e que, após o tempo de cura, seja aplicado um reboco a base de cal. Assim, não é possível se compreender se o autor se referia ao reboco de cal, ou se realmente, ele citava o fato de a própria argamassa de barro apresentar cal em sua composição.

A análise dos significados atribuídos por Bluteau, Moraes e Pinto aos termos adobe, taipa, sebe e tabique nos séculos XVIII e XIX nos apresentam um espectro do universo técnico português - tendo em vista que estes dicionaristas eram desta nacionalidade - ou ainda na pior das hipóteses, nos é oferecida à perspectiva do conhecimento individual de cada autor. Estas definições revelam que algumas técnicas construtivas compunham parte do ambiente construído referencial destes autores enquanto que outras só estariam citadas e descritas em livros que serviam de referência para estes dicionaristas.

Os termos “adobe” e “taipa” foram definidos pelos três dicionaristas com exatidão não deixando possibilidades para dúvida e, atestando que estas técnicas eram conhecidas pelos mesmos ou bem referenciadas como dito anteriormente. Com relação às definições de sebe e tabique colocamos que ambas demonstram certa imprecisão em quase todos os dicionários consultados. No caso do significado atribuído a terminologia sebe por Bluteau inferimos que foi necessário recorrer as referências citadas pelo autor para confirmarmos que a descrição correspondia a técnica da taipa de sebe.

Desta forma deduz-se que a taipa de sebe e o tabique seriam técnicas construtivas relativamente menos conhecidas pelos portugueses se comparadas com a taipa e o adobe. Além disso, a terminologia “pau-a-pique” foi provavelmente concebida no Brasil, pois a denominação desta mesma técnica em Portugal é distinta da empregada neste país, e não foi identificada nas documentações oficiais da metrópole. De qualquer maneira, a terminologia “pau-a-pique” expressa em si mesma a execução desta técnica que foi amplamente utilizada no Brasil colônia.

5.4 TÉCNICAS CONSTRUTIVAS EM TERRA NA ÁFRICA OCIDENTAL E SUAS RELAÇÕES COM O BRASIL

Ao focarmos as sociedades africanas encontramos algumas especificidades constituintes de sua cultura construtiva. A arquitetura vernácula africana se apóia exclusivamente na tradição oral e prática, assim como todas as suas demais manifestações culturais. De acordo com Vausina (1961), os povos africanos, tanto no Saara quanto ao sul do mesmo, eram em grande parte civilizações baseadas na palavra falada, mesmo na África Ocidental onde já existia a escrita, a partir do século XVI, poucas pessoas sabiam escrever e este ato ficava relegado a um plano secundário.

Nas sociedades orais, a fala significa um meio de comunicação e uma forma de se preservar a sabedoria ancestral através do testemunho verbal. A transmissão oral inclui máximas e fórmulas de aprendizagem por memorização enquanto a transmissão não-verbal envolve demonstração, mimetismo e prática em estágios, sendo as duas partes constituintes do ensino e transmissão dos saberes e fazeres construtivos na África (OLIVER, 2006). Como exemplo, tem-se que até hoje no Mali, a construção de adobe faz parte do saber local, que se procura perpetuar colocando as crianças em contato com os adobeiros e os mestres de construção como uma forma simples de aprender e respeitar o saber empírico. Também podemos citar a manutenção realizada anualmente nas mesquitas de Tombouctou e de Djenné ⁷¹, na qual se reúne e participa parte da população local.

Entretanto, esta priorização da comunicação oral em detrimento da escrita permitiu que a história da África fosse registrada e contada por outros povos, que imprimiram assim a sua visão e opinião diante de uma cultura tão distinta da sua (MALOWIST, 2010). Resta-nos recorreremos a estas evidências transcritas nos relatos de viagem a fim de identificarmos as técnicas construtivas que eram utilizadas pelos povos da África Ocidental no século XVIII e XIX e que vieram com estes homens como uma bagagem técnica que será sempre resgatada quando for necessário construir sua moradia em solo brasileiro. É importante esclarecer que o trabalho dos artesãos, suas práticas construtivas tradicionais e seus rituais, no âmbito da arquitetura de terra, são específicas a cada local, pois a terra varia em todas as regiões do mundo, sendo possível apenas adaptar os saberes e fazeres a outras condições.

Sem dúvida alguma, as explorações de Richard Francis Burton a África Ocidental e alguns anos depois ao Brasil, e especificamente a Minas Gerais, fazem dos diários de viagem deste inglês a principal fonte para o desenvolvimento desta pesquisa. Com relação às viagens a África Ocidental, foram selecionados os relatos de sua visita ao reino de Daomé descrito no livro “A Mission to Gelele, King of Dahome” e sua expedição a Abeokuta transcrita no primeiro volume de “Abeokuta and the Camaroons Mountains”. Como fontes suplementares têm-se as descrições da viagem de Francis Moore pelo rio Gâmbia em 1738, os textos da viagem do padre Vicente Ferreira Pires ao reino de Daomé escrita em 1800, e por fim os

⁷¹ Especificamente, no caso da Grande Mesquita, cada membro da população de Djenné, em uma data predeterminada, se responsabiliza pela manutenção da edificação, distribuindo tarefas – coleta, preparação e aplicação da matéria-prima requerida – segundo idades e sexos. Em certo sentido se convertem em uma grande comunidade de artesãos que aplicam coletivamente conhecimentos e habilidades que desenvolveram na manutenção de suas próprias habitações em uma cidade que tem o barro como material construtivo exclusivo.

diários de Frederick Forbes, oficial da marinha britânica que em 1849 realizou duas missões para a corte do rei de Daomé⁷².

A primeira viagem de Burton como cônsul pela África Ocidental iniciou-se em setembro de 1861 à cidade de Abeokuta, sendo que alguns anos depois, precisamente em 1863, Burton recebeu a indicação para uma missão diplomática em Daomé. Esta ordem foi muito bem recebida pelo viajante que nutria certa curiosidade pessoal acerca de um estado que era conhecido por sua selvageria e poder no interior da África. Entretanto, os objetivos diplomáticos de Burton para com Daomé e seu rei Gelele eram:

[...] Informar a Gelele que a Inglaterra estava fazendo o máximo para acabar com o tráfico de escravos; fazer o possível para diminuir o número de sacrifícios humanos; enfatizar que se o rei quiser mercadores ingleses em Whydah ele deverá incentivar o comércio lícito de óleo de palma; entregar os presentes encomendados por Gelele a Wilmot no ano anterior; e pedir a liberação de alguns prisioneiros cristãos que estavam em Daomé. (GEBARA, 2007, p. 189).

Nota-se que a relação de Daomé com a Inglaterra era um tanto enfadonha, já que o nível de interferência que os ingleses queriam impor sobre este reino gerou inúmeras resistências por parte de Daomé. Versando sobre este tema, Burton inicia a narrativa do livro em Fernando Pó, sede de seu consulado, segue para Lagos, então colônia inglesa, e posteriormente para a cidade de Whydah⁷³, roteiro este percorrido em sua viagem. Os próximos capítulos descrevem a chegada de Burton a Allada e Agrime, sendo que o restante do relato de viagem se atém as exaustivas descrições da cultura daometana, que ocupa mais da metade dos dois volumes.

Whydah, um dos principais portos da costa ocidental, era caracterizado como uma comunidade “atravessadora”, tendo em vista que esta era uma cidade ioruba na qual os traficantes de escravos já estavam firmemente estabelecidos desde o século XVIII (LAW, 2004). Também é importante referenciar “o papel de tais comunidades costeiras como intermediárias na transmissão de influências culturais, e, a longo prazo na mediação da acomodação de sociedades africanas para a dominação econômica e política europeia” (LAW, 2004, p. 6, tradução nossa). Mas esta cidade portuária só viria a ganhar importância com o domínio daometano sobre a mesma, que ocorreu como consequência da expansão desta economia para a exportação atlântica de escravos, vindo a exigir deste Estado uma

⁷² Todas as localidades da África Ocidental que foram citadas neste capítulo estão representadas na FIG. 5 para consulta.

⁷³ Whydah, Ouidah, Ajudá, todas se referem a mesma localidade.

saída para o mar, que seria concretizado com a anexação da cidade de Whydah (Ouidá) em 1727.

Ao longe, Whydah surge na paisagem visualizada por Burton (1864) como uma cidade separada da costa por um amplo pântano verde, por uma estreita lagoa e por um alto banco de areia. Para o viajante este lugar se veste de tricolor, com o azul do céu, o verde das matas e o brilho vermelho do solo argiloso, com leves traços de cinza que se caracteriza como uma argila ferruginosa (que ele já havia visto na Índia e China). Mas ao adentrar a Whydah a descrição muda de caráter, pois para ele “a cidade não é excessivamente insalubre, apesar de ser extremamente suja, e apesar dos grandes buracos de onde o material de construção vinha sendo extraído, assim como em Abeokuta e Sokoto” (BURTON, 1864, p. 58 e 59, tradução nossa).

A mesma descrição é encontrada em outros relatos de viagem e em distintas cidades da África Ocidental, onde invariavelmente os buracos na terra, produto da escavação do solo para seu emprego nas técnicas de construção em terra crua das moradias urbanas, faziam parte da paisagem (FIG. 39). Esta prática tradicional se refere à primeira etapa de execução, em que o material era retirado de vários pontos do terreno. A identificação da terra apropriada para a construção era determinada, antigamente, através do tato e da observação visual, avaliando-se a cor, textura e odor do solo⁷⁴. Os antigos construtores já sabiam que o conhecimento do material (solos) era fundamental, já que nem todos os solos são adequados à construção e a sua escolha impactava diretamente sobre a durabilidade destas estruturas.

Dentro da lógica imperialista, era importante que os viajantes recolhessem o maior número de informações sobre a geografia e a geologia dos locais visitados, por isso no texto de Burton (1864) são descritos os solos por ele identificados em Whydah e algumas características dos mesmos, que ele cita, “o solo quando molhado, transformado em pasta, e exposto ao sol, se torna duro como um tijolo, o que poderia ser feito, mas não é realizado” (BURTON, 1864, p. 59, tradução nossa). Com isso, o autor nos revela que provavelmente a técnica construtiva do adobe, não era utilizada em Whydah.

⁷⁴ Genericamente, pode-se colocar que a terra com predominância das cores vermelha, castanho ou amarelo-claro são adequadas para a utilização em técnicas de construção. Com relação ao odor, aquelas que tenham cheiro de matéria orgânica não são apropriadas à construção. A textura dos solos, pode avaliar de forma genérica, a predominância de determinados grãos (pedregulhos, areias, siltes e argilas) em relação aos outros (LENGEN, 2008).

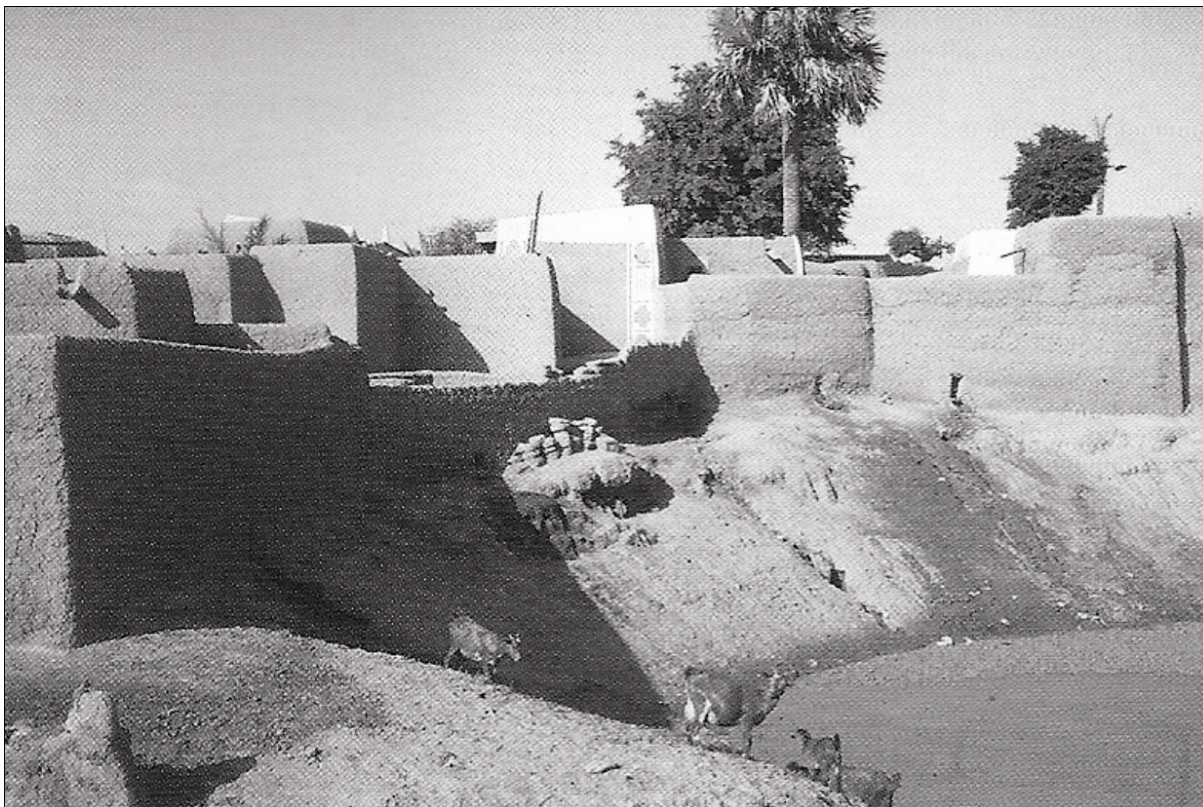


Figura 39 – “Borrow pits”. Áreas destinadas à obtenção de solo desértico para construção de casas. Kano, norte da Nigéria. Fonte: (OLIVER, 2006, p.132).

Mas é nas páginas seguintes do livro, quando Burton convida os leitores a um passeio pela cidade de Whydah descrevendo seus principais locais, que o autor revelará a técnica construtiva predominantemente utilizada nesta localidade africana. Iniciando o percurso pelo sudeste da cidade, o viajante descreve um espaço que faz parte de todas as vilas daometanas, a guarita. Seguindo por esta, Burton (1864) visualiza uma multidão de pequenas cabanas fetiche, que estão dispostas em “ruas que são apenas continuações dos caminhos que se estendem pelos matos [...] estes não são ruins para a caminhada, com exceção da estação chuvosa” (BURTON, 1864, p. 65, tradução nossa). Para o viajante, Whydah se constitui das paredes dos compounds e dos fundos das casas⁷⁵, que são construídas de maneira uniforme, sendo a técnica descrita como:

⁷⁵ Sobre o interior das casas Burton comenta que esta sempre “desmente o miserável exterior, pois por baixo do telhado de cobertura vegetal há vigas aparentes e pilares perigosamente salientes, existem quartos confortáveis em seu interior” (BURTON, 1864, p.65, tradução nossa).

O material é o pisé vermelho da Bretanha e Sind⁷⁶ amontoados em três ou quatro camadas, mas por lei não mais; cada camada é de um pé e meio por dois pés de altura: o material não contém nem palha nem pedra, mas as vezes, o pó de concha é usado para reforçar. Cada camada é coberta durante a ereção com uma cobertura de sape, e é deixada para secar, por três dias no vento Harmattan⁷⁷, e por dez nas estações úmidas: este endurece e fica na consistência de um arenito, e é, de fato, o nacional adobe (BURTON, 1864, p.65, tradução nossa).

O método construtivo referenciado é o da taipa de pilão, “pisé vermelho da Bretanha”, o que nos causa certo estranhamento já que segundo Fernandes (2008, p.03) com exceção do norte da África, “a taipa é uma técnica secundária, por vezes resultante de processos de colonização de que são exemplo alguns sistemas defensivos dos séculos XVI e XVII”. Pode-se especular que a presença mais expressiva desta técnica em Whydah (Ouidah) esteja correlacionada à forte presença dos colonizadores portugueses, que tinham esta técnica como característica, sobretudo de todo o sul de seu país. Outro ponto curioso desta citação, é a relação de comparação que Burton faz entre a descrição da taipa de pilão e o adobe, o que nos leva a entender que o emprego desta técnica nas construções de Whydah se compara a significativa utilização do adobe em terras africanas.

Burton também descreve a utilização da cal (pó de concha) obtida da quebra e queima de conchas ou corais, que era adicionada à mistura com o objetivo de reforçar o material. Contemporaneamente, podemos explicar que os efeitos desta antiga prática estavam ligados a ocorrência de uma reação exotérmica de hidratação, capaz de reduzir a quantidade de água da mistura e, assim, aumentar a resistência à compressão da estrutura ao longo do tempo. Este fato vem apenas demonstrar que estes povos detinham amplo conhecimento da terra como material de construção, tanto das suas características e potencialidades como das suas restrições.

Frederick E. Forbes (1851) que esteve em Whydah alguns anos antes de Burton apresenta em seu relato uma técnica construtiva distinta daquela referendada pelo seu sucessor de viagem. Recebido em Whydah pelo comandante inglês, Mark Lemon⁷⁸ que, segundo Forbes, era considerado por todos um homem rico tendo em vista que este era proprietário de dez escravos, de um grande terreno com uma casa de “homem branco” e plantações. Sobre a casa que seria construída para seu abrigo, o autor faz o seguinte comentário:

⁷⁶ O termo Sindh se refere a uma província do atual Paquistão que foi visitado por Burton em 1842.

⁷⁷ O Harmattan é um vento seco que sopra do sul do Saara para o Golfo da Guiné, entre o final de novembro e meados de março.

⁷⁸ Mark Lemon é chamado de Madiki pelos africanos que não consegue pronunciar o seu nome corretamente.

Desta propriedade ele corta a madeira e os escravos talham esta; em seguida eles escavam a argila, e fazem o que é chamado de “swish”, que é misturar a argila vermelha com água e palha para tornar essa mais adesiva: e disso todas as casas de Whydah são construídas. Então eles começam a trabalhar e a construir a casa, trinta pés de altura, oitenta de comprimento e quarenta de largura; tendo isso em três principais e quatro pequenos cômodos, além de duas varandas. Eles depois cortam o mato seco, e fazem à cobertura; então procuram as ostras na lagoa, e com as conchas caiam a construção (FORBES, 1851, p. 129, tradução nossa).

A análise comparativa da citação de Burton (1864) e de Forbes (1851) nos leva a algumas reflexões. Ambos os viajantes identificaram técnicas construtivas que seriam predominantes em Whydah, sendo que para Burton esta seria o pisé, e para Forbes seria uma técnica denominada swish⁷⁹. As descrições das técnicas feitas pelos viajantes são muito parecidas, pois estas são executadas de forma similar, em camadas de altura e largura aproximadas que devem estar secas antes que se proceda com as camadas subsequentes. Juntamos a isso o fato de que, como já citado anteriormente, o pisé era uma técnica secundária na África, o swish por sua vez era amplamente utilizado nesta região. Desta maneira argumentamos que Burton ao descrever a técnica swish tenha identificado similaridades com o pisé, e atribuído a esta uma denominação errônea, em função até do seu rol de conhecimento técnico.

Também aparece nesta citação a técnica da caição, ou seja, a pintura a base de cal, que além de sua função estética esta era usada como uma camada protetora, cuja aplicação se dava em várias demãos de forma cruzada até a obtenção do recobrimento desejado. Esta camada servia de proteção contra a erosão causada pelas chuvas, assim como um consolidante do próprio reboco ou da própria técnica em terra crua, quando esta era aplicada diretamente. As origens desta prática construtiva não podem ser atribuídas exclusivamente a europeus ou africanos. Segundo Mark (2002) na África Ocidental, alguns povos Mande caiavam suas construções em período anterior ao século XVI, e além destas também foram identificadas diversos tipos de pintura a cal cujo uso estava baseado em valores simbólicos. Entretanto encontramos esta mesma prática nas casas dos colonos portugueses por toda a costa ocidental africana no século XVII, que foi trazida pelos mesmos, pois na região do Algarve ao sul de Portugal, há predominância de fachadas caiadas.

A preciosidade das literaturas de viagem se pautam na liberdade temática observada em todas elas, pois, por se tratarem de relatos de experiências vividas, essas obras contém

⁷⁹ Swish; vara flexível; técnica variante do pau-a-pique.

diversos tipos de informação. Nos relatos da primeira viagem de Burton à África Ocidental, transcrita no volume “Abeokuta and the Camaroons Mountains”, essa característica fica evidente, pois são abordados detalhadamente os aspectos geográficos, políticos e sociais dos africanos. Transparecem também os valores pessoais e opiniões de Burton, principalmente com relação à inferioridade intelectual e moral dos negros que resultavam em diferenças intransponíveis com relação aos europeus, já que na sua concepção o negro era um “selvagem” e difícil de “civilizar”. De acordo com Gebara (2007), que analisou os relatos de viagem de Burton na África Ocidental durante os anos de 1861 a 1865, o discurso do viajante tinha um caráter intervencionista que seria a base para legitimar as ações britânicas.

Mas antes de analisarmos os relatos técnicos desta obra, cabe-nos contextualizarmos a história das cidades visitadas por Burton nesta expedição, Lagos e Abeokuta, e conseqüentemente as relações existentes entre Inglaterra e África Ocidental neste período. Diferentemente de Daomé, a história da cidade de Abeokuta, inicia-se mais recentemente, no ano de 1830, como resultado da dissolução do Império Oyo na década anterior e que teve conseqüências sobre toda a região Ioruba (ALAGOA, 2010). As populações Egba, subgrupo dos Iorubas, formavam a maior parte do contingente presente na fundação de Abeokuta. Esta era uma cidade bastante populosa e forte, que teve grande interferência inglesa, ainda que de forma indireta, a partir de meados da década de 1840. Pouco tempo depois, a partir de 1852, os ingleses que tanto desejavam acabar com o comércio de escravos, resolvem se apoiar na concepção dos missionários e filantrópicos, que argumentavam sobre o aumento do comércio lícito como uma forma de diminuir o comércio ilícito e aumentar o fluxo comercial através de Lagos, que era considerado o “porto de Abeokuta”. A constante ajuda inglesa para consolidar esta cidade com maior poder no interior, próximo à costa de Lagos, promoveu entre elas uma dinâmica de relativa cooperação (GEBARA, 2007). Aqui, fica claro que a relação de Daomé com a Inglaterra era diferente daquela existente entre esta última e Abeokuta, o que irá impactar diretamente nos relatos de viagem de Burton.

A perspectiva de realizar um mergulho nas imagens vistas pelos olhos de Burton e descritas em seus relatos oferece uma relativa definição da identidade africana através de inúmeros aspectos, dentre eles a moradia destes povos e a formação e constituição das suas cidades. O viajante sintetiza o que seria a sua primeira impressão de Abeokuta:

“As ruas são tão estreitas e irregulares como as de Lagos, interceptando cada uma em todos os ângulos possíveis [...]. As casas são feitas de barro socado (pisado) – os tijolos de adobe de Futa e Nupe são aqui desconhecidos [...] – cobertas com altos e flutuantes telhados de sape, que queimam com uma velocidade exemplar”. (BURTON, 1863, v.I, p. 80, tradução nossa)

O que chama a atenção nesta citação é o fato de que o autor não reconhece a técnica construtiva que era utilizada na construção das casas em Abeokuta, uma vez que a denominação “barro socado” pode se referir a várias técnicas. Entretanto, podemos afirmar que a técnica visualizada por Burton não seria o adobe, pois o próprio viajante atesta que esta não era utilizada nesta cidade, mas sim em “Futa e Nupe”. Os povos de língua fula (futa) que habitam a região das savanas de leste a oeste, sofreram forte influência do Islã e assim assimilaram suas práticas, em Boundou, as habitações⁸⁰ têm a forma quadrada, são cobertas com um telhado de palha e paredes de adobe (OLIVER, 1997). Com relação à Nupe, as informações são escassas e indiretas, mas sabemos que a história ioruba se liga a Ifé e estes se ligam igualmente a Nupe e às regiões circundantes a Niger, já que existe grande semelhança entre os bronzes fundidos em Nupe e Ifé e também com relação as suas práticas construtivas (ALAGOA, 2010). Ainda sobre as habitações de Abeokuta, Burton coloca que:

A forma da edificação é a de um quadrado vazio sombrio, totalmente ao contrario das cabanas circulares dos Krumen e dos Kafirs. Existem cômodos dentro de cômodos para as varias subdivisões da família poligâmica. Dentro deste espaço central as várias portas, aproximadamente quatro pés de largura, abrem para uma varanda onde, chaminés são desconhecidas, o fogo é construído. Cozinhar é uma atividade realizada a céu aberto, assim como os grosseiros potes em terra dispersos sobre todo o terreno. Os cômodos, que são de dez a vinte em uma casa, são sem janelas, e propositalmente escuros, para manter fora o brilho do sol; eles variam de dez a 15 pés de comprimento, e de sete a oito em largura (BURTON, 1863, v. I, p. 81, tradução nossa).

A ausência de chaminés e janelas nas moradias dos escravos foi sempre emblematicamente citada por Burton (1864), sendo que em algumas passagens ele relata que se cozinhava dentro das habitações, e em outras que esta era uma atividade externa. Em sua viagem ao Camarões, passando por uma aldeia que se formava de duas linhas paralelas de cabanas, que tinham apenas uma porta, mas nenhuma janela ou chaminé, Burton explana que “O interior é dividido em três: em uma extremidade esta um cômodo escuro, que serve, eu presumo, para o pai e a mãe que formam a família; o centro é o hall; e

⁸⁰ Os “compounds” Fula em Boundou geralmente abrigam duas ou três famílias cujas habitações estão dispostas em torno de um pátio central, construídos sobre uma baixa plataforma bem mantida de adobe (Oliver, 1997, p. 2127).

a outra extremidade pode ser chamada de cozinha” (BURTON, 1864, v. II, p. 99, tradução nossa). Este último trecho do relato, que apresenta a divisão interna da habitação, grava grande semelhança com a moradia ioruba, pois remete a unidade familiar seccionada em três cômodos com usos análogos aos citados pelo viajante.

Com relação ao ato de se cozinhar ou apenas ter o fogo dentro da cabana, Slenes (1999, p.252) esclarece que as razões simbólicas e práticas dos escravos de origem ou descendência centro-africana, eram “além de esquentar, secar e iluminar o interior de suas moradias, afastar insetos e estender a vida útil de suas coberturas de colmo, também servia-lhes para ligar o seu lar aos lares ancestrais”. Estes povos detinham o conhecimento de que um dos problemas do uso de vegetais na cobertura era o desgaste provocado por insetos, sendo uma forma de evitar isto a circulação da fumaça da cozinha em toda a casa, de forma que o forro ficasse seco e impedindo que os insetos se alojassem (LENGEN, 2004). Outro saber arquitetônico que provavelmente atravessou o Atlântico com os africanos escravizados foi aquele de que o fogo constante também provocava o enegrecimento das paredes pela fuligem, que atuava como um verniz capaz de proteger o interior da habitação dos ataques do cupim (SLENES, 1999). A respeito das técnicas em terra crua, acrescentamos que a constante exposição das paredes internas ao fogo causaria um aumento, ainda que ínfimo, da resistência e durabilidade destas estruturas.

O espaço construído pelo escravo em solo brasileiro e retratado pelos artistas-viajantes, demonstra que muitas práticas mantinham padrões africanos. A litografia colorida à mão de Johann Moritz Rugendas representa o cenário da vida cotidiana na residência escrava, onde ao fundo e no alto está a casa do senhor com uma mulher à varanda que observa (FIG. 40). As crianças brincam, alguns descansam e outros tecem esteiras. Apesar de não termos a perspectiva interna da casa, podemos afirmar que dentro desta havia fogo, já que na cena uma mulher traz do interior da casa uma brasa para acender o cachimbo do homem sentado à porta. Completando este quadro da moradia escrava, colocamos que esta não tinha nem chaminé nem janelas, que sua planta era retangular, com telhado de duas águas coberto com folhas de palmeira e baixo a julgar pelo tamanho das pessoas representadas. A evidência de uma trama de madeira no desenho das paredes representa, sem dúvida, que esta era de pau-a-pique, com uma gaiola de madeira.

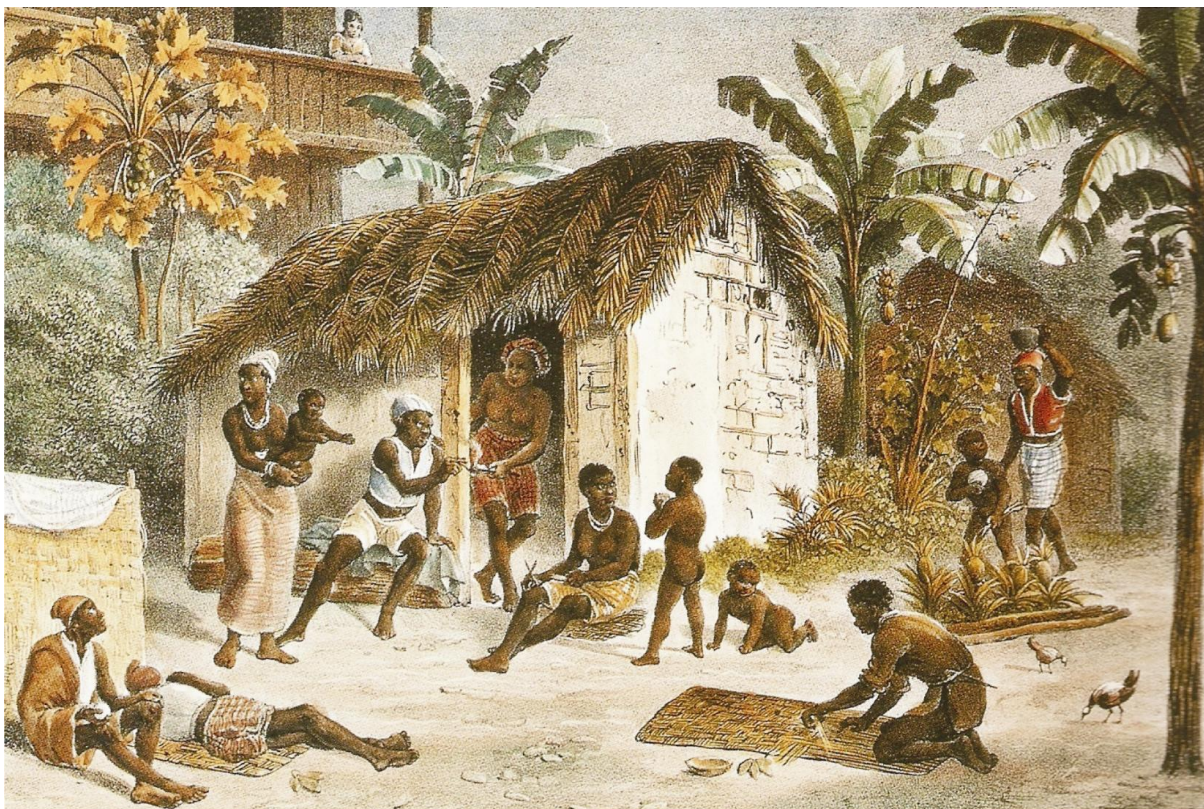


Figura 40 – Habitação de negros, gravura de Rugendas, 1835. Fonte: Biblioteca Nacional. Disponível em: http://bndigital.bn.br/scripts/odwp032k.dll?t=xs&pr=fbn_dig_pr&db=fbn_dig&disp=list&sort=off&ss=new&arg=habitacao+escravos&argaux=habita%C3%A7%C3%A3o+escravos&use=kw_livre&x=33&y=14. Acesso em: 10 maio 2011.

A “cabana” ou a “choça” habitada pelos escravos no Brasil está também representada em uma pintura de Joaquim Candido Guillobel⁸¹ intitulada “Negra pobre dando a mão ao filho que leva uma cana na mão” (FIG. 41). Este português nos brinda com uma gama de graciosos desenhos dos tipos populares do Rio de Janeiro, em sua maioria negros livres inseridos nos serviços urbanos que, segundo Belluzzo (1994), são vistos com alegria pelos seus modos peculiares e seus trajés pobres. Na cena aparece, em primeiro plano, a negra com seu filho e, aos fundos, a sua casa que segue a tradicional tipologia arquitetônica das moradias escravas: planta retangular, sem janelas, com apenas uma abertura frontal (porta), e cobertura vegetal. Sobre a técnica construtiva utilizada, pela distância e ausência de detalhes, nada podemos aferir.

⁸¹ Joaquim Candido Guillobel natural de Lisboa (1787) fez sua história na pintura antes da chegada da missão Artística Francesa. Foi primeiro-tenente do Imperial Corpo de Engenheiros e em 1823 iniciou Arquitetura Civil, que levou a área acadêmica como professor de desenho descritivo e arquitetura. Um preciso álbum deste artista com valor extraordinário para a história do Brasil relata a chegada da Corte no Rio de Janeiro. A tradicional religião, os aspectos da Corte e os tipos, usos e costumes do Brasil, incluindo os negros, africanos e crioulos, representados de maneira grotesca, devido à preocupação de fazer realçar os olhos.



Figura 41 – Negra pobre dando a mão ao filho que leva uma cana na mão, aquarela de Guillobel, 1814. Fonte: Enciclopédia Itaú Cultural de Artes Visuais. Disponível em: http://www.itaucultural.org.br/aplicexternas/enciclopedia_ic/index.cfm?fuseaction=artistas_obras&acao=mais&inicio=1&cont_acao=1&cd_verbete=2235. Acesso: 10 maio 2011.

O mesmo pintor retrata, em outra aquarela, o interior de uma casa habitada aparentemente por uma família negra, e nos apresenta a perspectiva da vida doméstica destas famílias com seus usos e costumes. No centro do desenho estão um homem e uma mulher que fumam cachimbo deitados cada qual em uma rede. À esquerda da cena, uma criança trabalha no pilão e uma mulher segura um bebê de colo. Ao que nos parece, a casa se resume a uma peça de planta retangular, com porta e janela, piso de terra batida e cobertura vegetal plana. As redes e a cômoda ou baú são toda a mobília da moradia que possivelmente foi construída em adobe, já que fica evidente na representação das paredes o desenho de blocos com dimensão próxima daquela utilizada na técnica. Sustenta esta afirmação o fato de que os ganchos utilizados para a colocação das redes estão fixados em peças de madeira e não na própria parede. Além disso, a proporção das figuras humanas com relação

à altura da casa e ao tamanho dos blocos de adobe revela que esta era relativamente mais alta que aquelas representadas por outros pintores.



Figura 42 – Interior de uma casa do baixo povo, aquarela de Guillobel, 1820. Fonte: (MOURA, 2000)

O adobe é uma técnica construtiva amplamente utilizada na África Ocidental desde tempos imemoriais. No entanto, segundo Prussin (1974), a técnica denominada “banco”⁸² foi e continua sendo a norma para a habitação na zona rural da Savana, sendo aplicada concomitantemente com os tijolos em terra crua. Já nos centros urbanos da África Ocidental como Segou, Djenné, Timbuktu e Gao, o “banco”, assim como os tijolos esféricos moldados à mão, foram substituídos pelo adobe, pois nestas haviam um predomínio da forma retangular que só poderia se desenvolver com o tijolo retangular, tendo em vista que

⁸² O método tradicional de construção em terra crua nas regiões de Savana da África Ocidental é um processo de “argila molhada” denominada “banco”, intimamente relacionada em conceito com a técnica “coil pottery” (cerâmica em bobina). “Coil pottery” é também a base para a construção em terra crua de celeiros. A capacidade estrutural “round drumlike” desta forma deriva da continuidade desta parede circular. Conseqüentemente, existem poucas aberturas por razões estruturais e climáticas. Novamente, janelas são inexistentes e as pequenas portas redondas ou ovais são cortadas nas paredes após esta ser levantada, porque de outra forma as paredes iriam desabar. A laje, terraços de cobertura em terra construídos pelos kassena, talleusi, lobi, gurusi, somba e outros povos, servem para reforçar o sistema de paredes. Entretanto, a construção das coberturas planas em terra só é possível em áreas onde há madeiras capazes de suportar a carga de telhados de barro. A solução mais comum é uma cobertura cônica que utiliza a vegetação da savana e requer estruturas mais leves (PRUSSIN, 1974, p. 192).

seria conceitualmente ilógico criar uma forma de construção retangular com unidades de tijolos esféricos. Prussin (1974) esclarece a origem destas transformações:

Por outro lado, com a introdução de uma novidade, os construtores de tijolos lidam com um conceito espacial totalmente novo: o cubismo. Considerando que as formas construtivas retangulares da floresta tropical úmida podem ter resultado ou até serem ditadas pelos materiais vegetais disponíveis, as construções retangulares que aparecem com frequência nos centros urbanos das savanas são resultado da introdução e difusão de uma nova forma de construção com tijolos do norte da África islamizado, através de séculos de comércio com estas regiões. Não é coincidência que precisamente nestes centros urbanos criados pelo comércio e tráfico que o adobe é a norma construtiva. (PRUSSIN, 1974, p. 192)

O saber das mãos que foram utilizadas como ferramentas para formar e moldar os blocos de construção esféricos, cônicos e cilíndricos teve que se adaptar a uma nova técnica. Isso exigiu novas habilidades e novas ferramentas, que viajando de mão em mão em uma discreta habilidade, foram os componentes de um novo ambiente tecnológico emergente. Esta descrição caberia a uma infinidade de sociedades que estiveram sujeitas ao contato com outras e que de alguma forma foram influenciadas por pessoas contíguas, capazes de transmitir e provocar mudanças nos métodos de construção com terra crua.

Para Oliver (2006), este foi o caso dos povos Ashanti que tiveram suas estruturas em madeira e barro rebocado gradativamente substituídas pelo “swish”, uma técnica de construção introduzida na floresta de Gana no século passado. Em sua passagem por Abeokuta, Burton (1864) descreve que presenciou o processo de construção da casa de um mercadante nativo, com a presença de numerosos trabalhadores que se encontravam em uma rígida divisão de trabalho, característica dos africanos e asiáticos, como enfatizado pelo viajante, e assim ele continua:

Alguns cavavam um buraco profundo, - aqui assim como em Benin e em Sokoto, onde estes estão dispersos por toda a cidade, um incômodo constante, - que depois continua a ser preenchido com chuva e drenagem, sujeira, miudezas, e às vezes com o cadáver de uma criança ou de um escravo. Outro grupo de escravos estava trabalhando a argila, e convertendo esta na “swish ou dab” requerida para as paredes; enquanto uma terceira parte estava engajada em preparar a palha e as folhas de palmeira para a cobertura. Quando a construção começar haverá um grupo para carregar as bolas de argila para a cena de ação, o segundo grupo de trabalhadores que arremessa as mesmas bolas na forma de uma parede e amassam estes, os terceiros, meninos e meninas, quem molda outras bolas a partir do chão ou do andaime para os pedreiros acima. A viga para por na vertical e deixar as coisas no esquadro com sua pá de madeira, e finalmente os homens da cobertura para finalizar os trabalhos (BURTON, 1864, v.I, p. 116 e 117, tradução nossa).

Burton (1864) define a técnica “swish” de forma análoga a que conhecemos contemporaneamente, e que se resume a moldagem de solos lateríticos em bolas que são dispostas em fileiras de aproximadamente meio metro de altura, que devem estar secas antes de se proceder com as camadas subsequentes. Com relação ao acabamento exterior, o viajante coloca que este é feito em “três camadas horizontais, que devem secar por um dia ou dois no sol e no vento antes de receber outra adição; os construtores, entretanto, vão esperar o toque final no mês de dezembro, quando o ar seco do Harmattan endurecera o trabalho deles a consistência de um concreto” (BURTON, 1864, v.I , p. 116 e 117, tradução nossa). O bom funcionamento das paredes em terra crua exige a presença de acabamentos exteriores para que estes reduzam o contato das mesmas com os elementos que podem causar sua deterioração, ou seja, a função destes é de proteção. Estes se constituem geralmente de três camadas de argamassa de argila e areia que podem conter cal. Devem ser respeitados os períodos de secagem das camadas, afim de que a camada esteja suficientemente endurecida e tenha promovido a fechamento das fissuras geradas por retração (RODRIGUES, 2005).

Em algumas técnicas construtivas, a argamassa de terra exerce o papel de vedação e não de material estruturador, este é o caso do pau-a-pique. Uma das características da argila como material de construção é que esta trabalha bem à compressão, mas sua resistência à tração é baixa, exigindo soluções capazes de minimizar estes efeitos. Oliver (2006) esclarece que o reforço é uma forma nas quais os solos ganham resistência. O solo que poderia ser lavado por uma chuva tropical é usado com madeira em vários tipos de abrigo da África sub-saariana, ramos entrelaçados ou malhas de varas fornecem a estrutura para estas paredes que são rebocadas com argila. Os grandes beirais protegem as paredes das chuvas fortes. Alguns povos misturam à argila o esterco de vaca o que a torna mais resistente.

Mary Gaunt⁸³ em sua viagem a Cape Coast, litoral de Gana e território inglês, na primeira década do século XX, apresenta uma foto da cena cotidiana dos povos daquela região, que caminhavam em direção à cidade, mais especificamente ao mercado, para comercializar galinhas e porcos (FIG. 43). Neste cenário, ao fundo, aparecem algumas habitações com coberturas vegetais e paredes em pau-a-pique, técnica construtiva expressivamente

⁸³ Mary Eliza Bakewell Gaunt nasceu em 1861 na Austrália. Escritora, trabalhou para a imprensa e em 1894 publicou seu primeiro romance *Dave's Sweethea*. Viajou para as Antilhas, África Ocidental, e China como em outras partes do Oriente. Registrou suas experiências em cinco livros de viagens um deles aqui citado e intitulado “Sozinha na África Ocidental” (1912).

utilizada na região costeira da África Ocidental e que foi vista e retratada também por viajantes que visitaram a costa brasileira.



Figura 43 – Moradia em pau-a-pique, Cape Coast, 1912. Foto de Mary Gaunt intitulada “galinhas para o mercado”. Fonte: (GAUNT, 1912, p. 161).

Maria Callcott ⁸⁴, escritora britânica e notável pintora, retrata através do desenho intitulado “Fisherman’s Hut” uma habitação de pescadores na Bahia, que supomos serem negros, pela representação das crianças que brincam na frente da casa com uma rede e uma vara de pesca (FIG. 44). Moradia de planta retangular, com cobertura vegetal de duas águas, apresenta um número expressivo de aberturas nas duas faces retratadas e é construída de pau-a-pique sendo esta rebocada e caiada, de acordo com o retrato da parede. Todos estes aspectos apontam similaridades entre as tipologias encontradas no litoral da África Ocidental e no Brasil, em parte devido tanto as condições ambientais assim como pelos conhecimentos técnicos trazidos pelos africanos e adaptados a este país.

⁸⁴ Maria Dundas Graham Callcott nasceu em 1785 na Inglaterra. Escritora britânica também pintora, desenhista e ilustradora. Esteve no Brasil um ano antes da declaração da independência de Portugal.

A descrição de Pohl (1976), a respeito da construção de uma moradia no Brasil colonial, comprova este fato:

“[...] usualmente alguns escravos fazem a construção. Vigas recém queimadas são enterradas verticalmente, em três fileiras, de modo que a do meio exceda regularmente as outras duas em altura. As vigas são unidas por traves transversais, sem pregos, mas por meio de cipós e o todo é coberto de telhas. Varas igualmente atadas com cipós e revestidas de barro, formam as paredes principais e laterais, nas quais depois, conforme a necessidade ou o arbítrio, são encaixadas portas e janelas”. (POHL, 1976, p. 144).



Figura 44 – Cabana de pescadores, Bahia, obra anônima atribuída a Maria Callcott. Fonte: Biblioteca Nacional. Disponível em: http://bndigital.bn.br/scripts/odwp032k.dll?t=xs&pr=fbn_dig_pr&db=fbn_dig&use=kw_livre&disp=list&ort=off&ss=new&arg=fish+hut&x=0&y=0. Acesso em: 10 maio 2011.

As comparações entre as técnicas construtivas identificadas por Richard Francis Burton na África Ocidental e aquelas utilizadas pelos escravos na construção de suas moradias no Brasil, revelam pontos de convergência e divergência. Com relação a estes últimos, colocamos que tanto Burton como Forbes descrevem detalhadamente a técnica denominada “swish” como representativa da cidade de Whydah na África, sendo que do outro lado do Atlântico não se tem notícia do emprego deste método construtivo. Há, no entanto algumas convergências, como no caso do adobe e do pau-a-pique que aparecem

representados nas habitações escravas pintadas por Rugendas, Guillobel e Maria Callcott denotando conexões plausíveis já que estas técnicas eram amplamente utilizadas na África Ocidental.

Assim, fica evidente que dentro do universo técnico africano foi priorizado o emprego de determinadas técnicas em detrimento de outras. Como no caso do “swish” que apesar de fazer parte do universo técnico africano não foi empregado pelos africanos e afro-descendentes na construção de suas moradias no Brasil, enquanto que o adobe e o pau-a-pique o foram. Além disso, como bem representado pelos artistas-viajantes em suas pinturas, a técnica do pau-a-pique teve um uso superiormente notável em relação ao adobe nas construções das moradias escravas no Brasil.

Supõe-se que o pau-a-pique, técnica predominante em toda a costa da África Ocidental, fosse aquela que melhor se adaptava as novas condições que haviam sido impostas ao escravo. Fatores ambientais como a disponibilidade de materiais, o tipo de clima, solo e vegetação, ou ainda por outros fatores como o tempo disponível para a construção, devem ter sido ponderados antes da escolha do emprego desta técnica. Juntamos a estas condições, o fato de que o pau-a-pique era conhecido e empregado pelos portugueses em determinadas regiões de seu país, obviamente que em menor escala que a taipa. Tudo nos leva a conjecturar que o emprego maciço desta técnica nas moradias escravas esteja mais conectado a África Ocidental que a Portugal, assim como o emprego da taipa esta mais ligada a Portugal que a África.

Cabe ainda ressaltar que independentemente das técnicas construtivas utilizadas, as moradias escravas do Brasil estão representadas tanto na pintura de Rugendas como nas de Guillobel de forma comparável a tipologia já anteriormente apresentada, e que se resume a uma habitação de planta retangular com cobertura vegetal que contém um número reduzido de aberturas e é relativamente baixa.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nenhum dos aspectos constituintes da cultura de um povo expressa tão bem o contato entre distintas nações como a arquitetura. As relações que se tecem entre culturas ficam impressas nas formas arquitetônicas, nos estilos e nas técnicas construtivas dos povos envolvidos. Desta maneira, a arquitetura se constitui como parte integral de uma identidade e reflete a natureza da interação e assimilação cultural, que promoveram ao longo de anos a instituição e a evolução das formas construídas e dos significados sociais inscritos nestas formas.

A história da arquitetura brasileira reflete um amplo processo de interação sendo que este se estende para além do contato ocorrido entre as culturas indígenas, portuguesas e africanas, pois contempla uma série de contribuições originárias dos imigrantes que vieram ao Brasil. Este emaranhado de relações se funde para formar a arquitetura popular brasileira, que pode ser entendida como o resultado do compartilhamento e mistura dos melhores componentes de distintas culturas que se tornaram parte de um patrimônio comum. Uma das linhas deste trançado é aquela que ligou a África ao Brasil no século XVIII em Minas Gerais, criando na dinâmica do dia-a-dia colonial um encontro marcado pela pluralidade étnica de povos originários do mesmo continente, mas de culturas tão distintas, sendo que dentro desta dialética se incluíam os escravos originários da África Ocidental.

A visão de mundo destes povos ao chegarem a Minas Gerais, a princípio, era fundamentada em seu mundo originário ideal e não naquele que havia sido recém descoberto por estes. As suas criações materiais demonstraram, entretanto, que os costumes e práticas de seu universo ganharam um contorno que se aproximava do Brasil e se afastava levemente da África, e desta forma criava uma nova cultura. O gradativo processo de mudança da visão de mundo dos africanos culminou na transformação de sua cultura e da mesma forma gravou nos artefatos por eles criados a insígnia da cultura afro-brasileira.

Os princípios da constituição desta cultura estão descritos na literatura de viagem e na iconografia do século XIX, nos oferecendo a perspectiva da visita ao passado mineiro ao adentrarmos aos cenários descritos e representados. As descrições deixadas pelos viajantes revelaram-se uma fonte capaz de demonstrar o conjunto de relações que promoveram o contato e a interação cultural dos africanos em solo mineiro. Entretanto, uma visão crítica destas fontes que são essencialmente o olhar europeu “superior” sobre a nascente sociedade brasileira e toda sua cultura material ofereceram uma perspectiva

repleta de “pré-conceitos” que contribuiram, a nosso ver, para a construção de uma imagem tortuosa da arquitetura de terra no Brasil.

As nossas identidades estão indelevelmente associadas ao lugar onde vivemos de tal modo que o morar é uma expressão de cada cultura, e este se constitui de seus valores simbólicos e materiais. O quilombo como espaço criado pela instituição da escravidão foi palco da materialização da cultura construtiva africana na concepção das estruturas arquitetônicas e nos usos atribuídos a cada espaço. As revelações da estrutura interna dos quilombos e a identificação da constituição de espaços de poder como a casa do rei, do conselho, e do ferreiro assim como de espaços destinados as praticas artesanais e subsistência destas comunidades corporificadas na casa do tear e dos pilões, representam uma re-elaboração de estruturas políticas, econômicas e sociais similares as da África Ocidental.

Os quilombolas estavam desvinculados das influências e imposições dos senhores e por isso detinham autonomia e controle sobre os aspectos de sua vida material e cultural, o que lhes permitiram reproduzir determinados aspectos da estrutura física dos assentamentos da África Ocidental. A localização acerca de recursos naturais, a utilização de um amplo sistema de defesa com fossos, estrepes, guaritas, a delimitação do assentamento com cercas ou paliçadas bem como a escolha de locais de difícil acesso, estabelecem laços com os padrões africanos de assentamento. Afora estes elementos formais tem-se que os arranjos das moradias escravas nos quilombos revelaram-se uma tipologia arquitetônica bastante similar aos moldes lorubas. Esta similaridade sugere uma filiação arquitetônica direta e uma conexão cultural entre estas duas formas arquitetônicas, sendo que esta não é uma constatação exclusivamente brasileira já que foram encontradas em outras partes da América e Caribe que também receberam escravos da África Ocidental.

O trabalho escravo nas áreas urbanas e nas propriedades rurais permitia um contato de elevado grau de proximidade com a cultura do colonizador, lhes facultando um nível superior ao dos quilombos tanto de influencia como de menor autonomia sobre a concepção dos espaços de moradia de acordo com seus padrões construtivos. Apesar disso a moradia escrava nas fazendas mineiras, nas proximidades das vilas e nos assentamentos das empresas mineradoras, que estão descritas na literatura de viagem e retratadas pelos artistas-viajantes do século XIX, irão se revelar um modelo que não esconde filiação com tipologias arquitetônicas africanas. As várias correspondências se resumem a forma retangular sem compartimentação interna que se configura em um volume simples, a

cobertura duas águas com materiais vegetais, a ausência de janelas e a presença de uma porta como entrada única e finalmente a baixa altura da edificação.

Fica evidente que os conceitos foram importados da África Ocidental com a idéia de que esta forma e uma série de práticas ligadas a esta eram consideradas adequadas à nova situação aos quais os africanos estavam submetidos. As mesmas preferências espaciais que tinham na África certamente foram inclusas a sua moradia no Brasil, já que a memória construtiva africana guiou as escolhas e percepções da experiência escrava. Ou ainda se analisarmos por uma perspectiva cética, caso esta tipologia tenha sido o resultado de imposições feitas pelos senhores assim como de sua influência então esta atendeu, de qualquer forma, tanto as expectativas dos escravos como as necessidades dos senhores.

Se percorrermos os caminhos da história desta tipologia arquitetônica perceberemos que este modelo recebeu modificações morfológicas relevantes, mas manteve seus conceitos essenciais. Com relação à técnica construtiva utilizada na construção destas moradias nos parece que esta esteve conectada mais a África do que sujeita as influências européias, já que o pau-a-pique era amplamente utilizado na costa da África Ocidental. As alterações, entretanto, não a excluíram de nossa paisagem, pelo contrário, foram exatamente estas adaptações arquitetônicas que a fundiram definitivamente e a fizeram parte integrante de nossa arquitetura popular e desta forma de nossa paisagem cultural. As superposições das sucessivas cenas descritas e retratadas pelos viajantes permitiram que visualizássemos os primórdios da aparição desta tipologia que permanece em nossa paisagem até os dias atuais.

Os africanos responderam arquitetonicamente a escravidão de forma a adaptar em nível espacial, material e social uma determinada tipologia africana a um novo ambiente físico e cultural, com o intuito de que este se assemelhasse a um padrão familiar, assim seria possível estabelecer o envolvimento destes com a sua moradia em um país ainda desconhecido. A reação à adversidade foi tenazmente conservadora tendo em vista que o contato dos africanos com uma nova cultura não promoveu necessariamente uma mudança radical nas concepções de sua arquitetura, mas sim alterações arguciosas.

Independentemente do nível de interação e assimilação ocorrido entre as culturas construtivas envolvidas, é imperativo que tenha ocorrido uma inter-relação arquitetônica e tecnológica entre Brasil e África, e estas implicaram na criação de uma tipologia seguida por uma motivação cultural. A principal contribuição africana é justamente a expressão dos valores e conceitos que perfazem sua filosofia arquitetônica.

REFERÊNCIAS

ALAGOA, E.J. **Do delta do Níger aos Camarões: os fon e os iorubas**. In: **História Geral da África, V: África do século XVI ao XVIII**. UNESCO; Brasília, Secad/MEC, UFSCAR, 2010.

ALENCASTRO, Afonso de. Famílias escravas em Minas Gerais nos inventários e registros de casamento. O caso de São José do Rio das Mortes, 1743-1850. **Varia História**, Belo Horizonte, v.23, n.37, p. 184-207, 2007.

ASAKITIKPI, Aretha O. Functions of hand woven textiles among Yoruba women in southwestern Nigeria. **Nordic Journal of African Studies**, 16 (1): 101-115 (2007).

ASHURST, John; ASHURST, Nicola. **Practical building conservation: english heritage technical handbook**. Aldershot. 2v. 1995.

BALANDIER, Georges. **La vie quotidienne au Royaume du Kongo du XVI au XVIII siècle**, Paris: Hachette, 1992.

BARDOU, Patrick; ARZOUMANIAN, Varoujan. **Arquitecturas de adobe**. Barcelona: Editorial Gustavo Gili. 1979. 165p.

BARNES, Sandra T. Benin, Oyo and Dahomey: Warfare, State Building, and the Sacralization of Iron in West African History. **Expedition**, v.25, n.1, p. 5-14, 1983.

BASTIDE, Roger. **As Américas negras: as civilizações africanas no Novo Mundo**. São Paulo: DIFEL, 1974. 210p.

BAZIN, Germain. **A arquitetura religiosa barroca no Brasil**. Rio de Janeiro: Record, 1983. 2v.

BELLUZZO, Ana Maria de Moraes. **O Brasil dos viajantes**. São Paulo: Metalivros; Odebrecht. 3v. 1994.

BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). Anais. Rio de Janeiro, 108: 47-113. 1988.

BIERNATZKI, Johannes. **Alemania y sus colonias: viajes a través Del império y sus posesiones em ultramar, con La colaboración de Arthur Achleitner, Johannes Biernatzki, et al. H. Hilger, Berlim, Alemanha. 1902.** Disponível em: http://www.wdl.org/pt/item/2383/?qI=por&s=biernatzki&view_type=gallery. Acesso em: 12 de janeiro de 2011.

BLUTEAU, Raphael. **Vocabulario portuguez & latino: aulico, anatomico, architectonico...** Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712 - 1728. 8 v.

BOAHEN, A. **Os Estados e as culturas da costa da Guiné Inferior**. In: **História Geral da África, V: África do século XVI ao XVIII**. UNESCO; Brasília, Secad/MEC, UFSCAR, 2010.

BOXER, C. R. **A idade de ouro do Brasil : (dores de crescimento de uma sociedade colonial)**. São Paulo: Comp. Ed. Nacional, 1969.

BURTON, Francis Richard. **A mission to Gelele, King of Dahome, with notices of so called "amazons" the grand customs, the yearly customs the human sacrifices, the present state of the slave trade and the Negro's place in nature**. 2 v. Londres, Tinsley Brothers, 1864.

BURTON, Richard Francis. **Abeokuta and the Camaroons Mountains: an exploration**. 2 v. Londres, Tinsley Brothers, 1863.

BURTON, Richard Francis. **Viagem do Rio de Janeiro a Morro Velho**. São Paulo. Coleção Reconquista do Brasil, 36. 1976.

BURY, John; OLIVEIRA, Myriam Andrade Ribeiro de. **Arquitetura e arte no Brasil colonial**. São Paulo: 1991. 219p.

CARVALHO, Marcus Joaquim M. de. **O quilombo de Malunguinho, o rei das matas de Pernambuco**. In: **Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. 509p.

CASTELLO, Lineu. **A percepção de lugar: repensando o conceito de lugar em arquitetura-urbanismo**. Porto Alegre: PROPAR-UFRGS. 2007.

CASTRO, Yeda Pessoa de FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **A língua mina-jeje no Brasil: um falar africano em Ouro Preto no século XVIII**. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro: Secretaria de Estado da Cultura, 2002. 240 p.

CUNHA, Marianno Carneiro da; VERGER, Pierre. **Da senzala ao sobrado: arquitetura brasileira na Nigéria e na Republica Popular do Benim =: From slave quarters to town houses : Brazilian architecture in Nigeria and the People's Republic of Benin**. São Paulo: Nobel: EDUSP, c1985. 185p.

DALGADO, Sebastião Rodolfo. **Glossário Luso-asiático**. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1921. 2v.

DEBRET, Jean Baptiste. **Viagem pitoresca e historica ao Brasil**. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1989. 26p.

DEBRET, Jean Baptiste. **Viagem pitoresca e histórica ao Brasil**. 3. ed. São Paulo: 1940-1954. 4v.

DEL PRIORE, Mary; VENÂNCIO, Renato Pinto. **O livro de ouro da história do Brasil**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2001. 397p.

FERNANDES, Maria. A Taipa no Mundo. In: **Seminário de Construção e Recuperação de Edifícios em Taipa**, 2008, Almodóvar. *Trabalhos Técnicos...* Disponível em: www.esg.pt/6atp/docs/Exemplo_de_artigo_Portugues.doc. Acesso em: 18 de maio de 2011.

FOYLE, Arthur M. **Aspects of Nigerian Architecture**. Royal Anthropological Institute of Great Britain and Ireland. *Man*, Vol. 53, Jan.1953. Disponível em: <http://www.jstor.org/pss/2793896>. Acesso em: 24 de janeiro de 2011.

FORBES, Frederick E. **Dahomey and the Dahomans: Being the Journals of Two Missions to the King of Dahomey, and Residence at His Capital, in the Year 1849 and 1850**. Longman, Brown, Green, e Longmans, Londres, Inglaterra. 1851.

FREYRE, Gilberto; ANDRADE, Carlos Drummond de; BANDEIRA, Manuel; REGO, José Lins do; DIAS, Cícero; Poti. **Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. 32. ed. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1992. 569p.

FREYRE, Gilberto. **O escravo nos anúncios de jornais brasileiros do século XIX**. 2. ed. Aum. São Paulo: Companhia Editora Nacional; Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, 1979. 125p.

FUNARI, Pedro Paulo de Abreu. **A arqueologia de Palmares: sua contribuição para o conhecimento da história da cultura afro-americana**. In: **Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. 509p.

GARDNER, George. **Viagem ao interior do Brasil: principalmente nas províncias do Norte e nos distritos do ouro e do diamante durante os anos de 1836-1841**. São Paulo: Belo Horizonte: Ed. da Universidade de São Paulo, Itatiaia. 1975. 260p.

GAUNT, Mary Eliza B. **Alone in West Africa**. 1912. 404 p.

GEBARA, Alexsander Lemos de Almeida. **A África presente no discurso de Richard Francis Burton: uma análise da construção de suas representações**. 2007. 233 f. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

GODINHO, Vitorino Magalhaes. **Estrutura da antiga sociedade portuguesa**. 3 ed. Lisboa: Editora Arcádia, 1977, p. 71-116.

GOMES, Flávio dos Santos. **Uma história da liberdade**. In: **Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. 509p.

GOMES, Flávio dos Santos. **A hidra e os pântanos: quilombos e mocambos no Brasil (sec. XVII a XIX)**. 1997. 773f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1997.

GRAVATÁ, Hélio. **Viajantes estrangeiros. (1809-1955). Minas Gerais**, Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 5 (213), set. 1970. Suplemento literário.

GUIMARÃES, Carlos Magno. **A negação da ordem escravista: quilombos em Minas Gerais no século XVIII**. 1983. 210 f. Dissertação de mestrado - Universidade Federal de Minas Gerais.

GVINEA propia, nec non Nigritiæ vel Terræ Nigrorvm maxima pars: geographis hodiernis dicta utraq[ue] Æthiopia inferior, & hujus quidem pars australi. Homann Erben, Nuremberg. 1743.

HERBERT, Eugenia W. **Iron, Gender and Power**. Rituals of Transformation in African Societies, Bloomington and Indianapolis: Indiana University Press, 1993.

HOUBEN, H.; GUILLAUD, H. **Earth Construction – A comprehensive guide**. London: Intermediante Technology Publications, 1994. 362 p.

INIKORI, J.E. **A África na história do mundo: o tráfego de escravos a partir da África e a emergência de uma ordem econômica no Atlântico**. In: **História Geral da África, V: África do século XVI ao XVIII**. UNESCO; Brasília, Secad/MEC, UFSCAR, 2010.

KARASCH, Mary C. **A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808-1850)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. 643 p

KLEIN, Herbert S. **Escavidão africana: America Latina e Caribe**. São Paulo: Brasiliense, 1987. 316p.

LARA, S. H. **Do singular ao plural. Palmares, capitães-do-mato e o governo dos escravos**. In: **Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. 509p.

LAW, Robin. **Ouidah: the social history of a West african slaving port, 1727-1892**. Great Britain: Woolnough, 2004.

LEITE, Ilka Boaventura. **Negros e viajantes estrangeiros em Minas Gerais – século XIX**. 1986. 233f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1986.

LENGEN, Johan Van. **Manual do arquiteto descalço**. São Paulo: Empório do livro; Rio de Janeiro: Tiba, 2008.

LIBBY, Douglas Cole. **Trabalho escravo e capital estrangeiro no Brasil: o caso de Morro Velho**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1984, 158p.

LIBBY, Douglas. **Transformação e trabalho em uma economia escravista. Minas Gerais no século XIX**. São Paulo, Brasiliense, 1988.

LIBBY, Douglas Cole. **As populações escravas das Minas Setecentistas: um balanço preliminar**. In: RESENDE, Maria Efigênia Lage de, VILLALTA, Luiz Carlos (orgs.). **História de Minas Gerais: As Minas Setecentistas**. v.1. Belo Horizonte: Autêntica, 2007. p.407-438.

LUCCOCK, John. **Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo. 1975. 435p.

LUNA, Francisco Vidal & COSTA, Iraci del Nero da. A presença do elemento sudanês nas Minas Gerais. **Suplemento Cultural do Jornal O Estado de São Paulo**, São Paulo, ano II, no. 188, 1978, p. 14-16.

MALLOWIST, M. **A luta pelo comércio internacional e suas implicações para a África**. In: **História Geral da África, V: África do século XVI ao XVIII**. UNESCO; Brasília, Secad/MEC, UFSCAR, 2010.

MANNING, Patrick. **Slavery and African Life: Occidental, Oriental and African slave trades**. Cambridge: Cambridge University Press, 1990. (African Studies Series; 30).

MARQUESE, Rafael de Bivar. Moradia escrava na era do tráfico ilegal: senzalas rurais no Brasil e em Cuba, c. 1830-1860. **Anais do Museu Paulista**, São Paulo, v.13, n. 2, p. 165-188, 2005.

MARK, Peter, **“Portuguese” style and luso-african identity**. Bloomington: Indiana university press, 2002. 208p.

MAWE, John. **Viagens ao interior do Brasil**. São Paulo: USP; Belo Horizonte: Itatiaia. 1978. 243p.

MENEZES, Ivo Porto de. Fazendas mineiras. **Monografias: Acervo Curt Lange**, Belo Horizonte: 1969. 1v.

MEYER, Laure. **Objectos africanos: vida cotidiana, ritos, artes de corte**. [Lisboa]: Livros e Livros, 2001. 207 p.

MILLER, Joseph C. **King and Kinsmen. Early Mbundu States in Angola**. Oxford: Crarend Press, 1976, p. 151-75.

MOORE, Francis. **Travels into the Inland Parts of Africa: Containing a Description of the Several Nations for the Space of Six Hundred Miles up the River Gâmbia**. E. Cave, Londres, Inglaterra. 1738. 305p.

MOURA, Carlos Eugenio Marcondes de. **A travessia da Calunga Grande: três séculos de imagens sobre o negro no Brasil (1637-1899)**. São Paulo: EDUSP, 2000. 691p.

MUNANGA, Kabengele. Origem e histórico do quilombo na África. **Revista USP**, São Paulo, n.28, p. 56-63, dez. 1995.

OLIVA, Anderson Ribeiro. A invenção dos iorubas na África Ocidental: reflexões e apontamentos acerca do papel da história e da tradição oral na construção da identidade étnica. **Revista estudos afro-asiáticos**, v.27, p. 141-180, 2005.

OLIVER, Paul. **Encyclopedia of vernacular architecture of the world**. Cambridge; New York, NY, USA: Cambridge University Press, 1997. 2384 p.

OLIVER, Paul. **Cobijo y sociedad**. Madrid: 1978. 181p. ((El Diseño del Entorno))

OLIVER, Paul. **Dwellings: the house across the world**. Austin: University of Texas Press, 1990. 256 p.

OLIVER, Paul. **Built to Meet Needs: Cultural Issues in Vernacular Architecture**. Itália: Architectural, 2006. 445 p.

OLIVEIRA, M. M. **O uso da terra na construção da antiga capital da América Portuguesa: uma memória**. In: **Arquitetura de terra em Portugal =: earth architecture in Portugal**. Jorge, Filipe; Fernandes, Maria Alice da Cunha; Correia, Mariana; Associação Centro da Terra. Lisboa: Argumentum. 2005.

OLIVEIRA, Myriam Andrade Ribeiro de. **O rococó religioso no Brasil: e seus antecedentes europeus**. São Paulo: Cosac & Naify, 2003.

OLIVEIRA, Mario Mendonça de. **As fortificações portuguesas de Salvador quando cabeça do Brasil**. Salvador: Fundação Gregório de Mattos, 2004.258p.

OSASONA, Cordelia O. **From traditional residential architecture to the vernacular: the nigerian experience**. Ife-Ife. 2007. Disponível em: <http://www.mudonline.org/aat/papers.html>. Acesso em: 15 de dezembro de 2010.

PAIVA, Eduardo França. **Brasil – Portugal: sociedades, culturas e formas de governar no mundo português (séculos XVI – XVIII)**. São Paulo: Annablume, 2006. 367 p.

PAIVA, Eduardo França. ANASTASIA, Carla M. J. **O trabalho mestiço: maneiras de pensar e formas de viver – séculos XVI a XIX**. São Paulo: Annablume: PPGH/UFMG, 2002. 529 p.

PAIVA, Eduardo França. **Escravidão e universo cultural na colônia: Minas Gerais, 1716-1789**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2001. 285 p.

PENA, Eduardo. S. **Notas sobre a historiografia da arte do ferro nas Áfricas Central e Ocidental**. In: XVII Encontro regional de história – O lugar da história, 2004, Campinas. Anais...Campinas; ANPUH, 2004. P. 1-8.

PINTO, Luiz Maria da Silva. **Diccionario da Lingua Brasileira por Luiz Maria da Silva Pinto, natural da Provincia de Goyaz**. Na Typographia de Silva, 1832.

PIRES, Vicente Ferreira; LESSA, Clado Ribeiro de. **Viagem de África em o Reino de Dahome**. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1957. xli, 202p.

POHL, Johann Baptist Emanuel. **Viagem no interior do Brasil**. Belo Horizonte: São Paulo: 1976. 417p.

POHL, Johann Baptist Emanuel. **Viagem no interior do Brasil: empreendida nos anos de 1817 a 1821 e publicada por ordem de sua majestade o imperador da Áustria Francisco Primeiro**. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro. 1951. 2v.

PRICE, Richard. **Palmares como poderia ter sido**. In: **Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. 509p.

PRUSSIN, Labelle. **An Introduction to Indigenous African Architecture**. The Journal of the Society of Architectural Historians. Vol. 33, Out. 1974. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/988854>. Acesso em: 15 de fevereiro de 2010.

RAMOS, Arthur. **As culturas negras no novo mundo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1934. 399p

RAMOS, Donald. **O quilombo e o sistema escravista em Minas Gerais do século XVIII**. In: **Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. 509p.

RAPOPORT, Amos. **Vivenda y cultura**. Barcelona: Gustavo Gili, 1972. 217p.

RESENDE, Rodrigo Castro. **As nossas Áfricas: população escrava e identidades africanas nas Minas Setecentistas**. 2006. 167p. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2006.

REVISTA DO ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO. Expedição mandada fazer por Gomes Freire de Andrade para bater os quilombos. Belo Horizonte. Imprensa Oficial de Minas Gerais. Ano VIII, 1903, p. 619 -621.

RODRIGUES, Nina. **Os africanos no Brasil**. 6.ed. São Paulo: Cia Ed. Nacional, 1982, 283p.

RODRIGUES, Paulina Faria. **Revestimentos de paredes em terra**. In: **Arquitetura de terra em Portugal =: earth architecture in Portugal**. Jorge, Filipe; Fernandes, Maria Alice da Cunha; Correia, Mariana; Associação Centro da Terra. Lisboa: Argumentum, 2005.

ROUGET, Fernand. , Corbeil, França. 1906. 459p.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Segunda viagem do Rio de Janeiro a Minas Gerais e a São Paulo, 1822**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: USP. 1974.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais**. São Paulo: USP. 378p. 1975.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Viagens pelo distrito dos diamantes e litoral do Brasil: com um “resumo histórico das revoluções do Brasil, da chegada de D. João VI a América à abdicação de D. Pedro”**. São Paulo: Comp. Ed. Nacional, 1941.452p.

SENNETT, Richard. **O artífice**. Rio de Janeiro: Record, 2009. 360 p.

SILVA, Antonio Moraes. **Diccionario da lingua portugueza - recopilado dos vocabularios impressos ate agora, e nesta segunda edição novamente emendado e muito acrescentado, por ANTONIO DE MORAES SILVA.** Lisboa: Typographia Lacerdina, 1813.

SLENES, Robert W. **Na senzala, uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava - Brasil Sudeste, século XIX.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999. 299p.

SMITH, Robert Chester. **Arquitetura colonial.** Salvador: 1955. 94p.

RODRIGUES, Jose Wash. **Documentário arquitetônico relativo à antiga construção civil no Brasil.** 2ed. São Paulo: Ed. USP: Liv. Martins, 1975. 326p.

SOARES, Mariza de Carvalho. **Devotos da cor: Identidade Étnica, Religiosidade e Escravidão no Rio de Janeiro, Século XVIII.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

SOUZA, Laura de Mello. Violência e práticas culturais no cotidiano de uma expedição contra quilombolas – Minas Gerais, 1769. In: **Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil.** São Paulo: Companhia das Letras, 1996. 509p.

THORNTON, John Kelly. **A África e os africanos: na formação do mundo Atlântico, 1400-1800.** Rio de Janeiro: Campus, 2004. 436 p.

VANSINA, Jan. **Oral tradition.** A study in Historical Methodology. London: Routledge & Kegan Paul. 1965.

VARGAS, Milton. **História da técnica e da tecnologia no Brasil.** São Paulo: CEETEPS, 1994. 412p.

VASCONCELLOS, Sylvio de; UNIVERSIDADE DE MINAS GERAIS. **Arquitetura no Brasil: sistemas construtivos.** 5. ed. rev. Belo Horizonte: UFMG, 1979. 186p.

VASCONCELLOS, Sylvio de. **Arquitetura, dois estudos.** Goiânia: MEC / SESU / PIMEG/ ARQ-UGE. 1983.

VIVAR, Luis. **Descripción geográfica y gobierno, administración y colonización de las colônias españolas del Golfo de Guinea.** Felipe Peña Cruz, Madrid, Spain. 1912. Disponível em: http://www.wdl.org/pt/item/2425/?ql=por&s=madrid&view_type=gallery. Acesso em: 21 de fevereiro de 2010.

VLACH, John Michael. **By the work of their hands.** Virginia: University Press of Virginia, 1991. 240p.

WEIMER, Günter. **Arquitetura popular brasileira.** São Paulo: Martins Fontes, 2005. 333p.

WEIMER, Günter. **Inter-relações arquitetônicas Brasil-África.** 2008. 40p. Pronunciamento de Posse como membro efetivo do IHGRGS. Porto Alegre. Disponível em: http://www.ihgrgs.org.br/artigos/Gunter_Brasil_Africa.htm. Acesso em: 25 de março de 2010.

_____. Ritos da vida privada. In: SOUZA, L. de M.; NOVAIS, F.A. (Org.). **História da vida privada no Brasil**. Cotidiano e vida privada na América portuguesa. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. v. I. p. 275-330.